

CRISTIANE RAMOS DE MATOS MARÇAL

**MOVIMENTO SOCIAL DA DIVERSIDADE SEXUAL
E POLÍTICA SOCIAL: QUAIS SÃO OS DILEMAS?**

PUC-CAMPINAS

2011

CRISTIANE RAMOS DE MATOS MARÇAL

**MOVIMENTO SOCIAL DA DIVERSIDADE SEXUAL
E POLÍTICA SOCIAL: QUAIS SÃO OS DILEMAS?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo

PUC-CAMPINAS

2011

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas – Processos Técnicos

t302 **Marçal, Cristiane Ramos de Matos.**

M299m **Movimento social da diversidade sexual e política social: quais
são os dilemas? / Cristiane Ramos de Matos Marçal. - Campinas: PUC -
Campinas, 2011.
127p.**

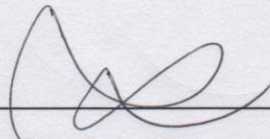
Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de

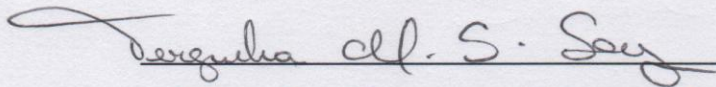
CRISTIANE RAMOS DE MATOS MARÇAL

**MOVIMENTO SOCIAL DA DIVERSIDADE SEXUAL
E POLÍTICA SOCIAL: QUAIS SÃO OS DILEMAS?**

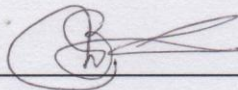
BANCA EXAMINADORA



Presidente Prof.a. Dr.a. Raquel Souza Lobo Guzzo



Prof.a. Dr.a. Terezinha Martins dos Santos Souza



Prof.a. Dr.a. Marcia Hespanhol Bernardo

PUC-CAMPINAS

2011

Quadrilha revisitada (Jefferson Vasques)

João comia Teresa que trepava com Beth
que não gozava com Carlos que olhava (demais) pro Fred
que enrabou o Fábio que nunca havia transado.

João saiu do Brasil, Teresa, do armário,
Beth pediu divórcio, Carlos pulou do oitavo,
o Fred purpurinou e o Fábio,
agora é Fábria e descobriu o amor por si própria
(que não tinha entrado na história).

"O senhor mire e veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as
pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas –
mas que elas vão sempre mudando..."

(Riobaldo, em Grande Sertão Veredas, por Guimarães Rosa)

**Dedico este trabalho a todas aquelas, e aqueles,
que lutam diariamente contra todas as formas de
opressão e exploração, em busca de um mundo sem injustiças.**

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Armindo e Marisa, que por meio das discussões e com carinho me possibilitaram a semente da dúvida, na busca para não naturalizar o que o mundo nos proporciona, e a responsabilização por aquilo que sou enquanto ser humano, me ver na relação com o outro, com o mundo. Ao meu irmão, Mindinho, minha cunhada Carol e a pequena Daniela que me ensinam o quão bela pode ser a vida quando nos permitimos vivê-la.

Agradeço ao IDENTIDADE – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual, que me acolheu nessa cidade de tanta correria e de tantas contradições, me auxiliando a entender que a luta é feita por incessantes momentos de brigas, divergências, alegrias, cuidado, experimentações e companheirismo: Rodrigo Rosa, Lola, Janaína, Tiago, Vanessa, Esther, Paulo Mariante, Kátia, Régis, Luiz Gustavo “Jujuba”, Denise, Rafael, Felipe, Fernando e outras tantas que passaram e deixaram marcas.

Aos meus amigos e amigas, eternos companheiros, Larissa Rybka, Vanessa de Nadai, Paty Russo, Livia Midori, Paula Massa, Eliana Zucchi, Theodora, Luciana Uts, Carla Coração, Taninha, Thalita, Thais, Guarujá, Alan, Cida, Mary, Janiffer e Mário, pois me ensinam como não ser individualista, “viajando” junto comigo, por vezes apenas me ouvindo, me ensinando, em momentos das minhas próprias contradições, não me deixando cair no fatalismo e na alienação, por vezes apenas me dando um abraço, dizendo calma, o que queremos, e que talvez não vejamos em seu momento maior de transformação, esta aqui para fazermos e transformarmos juntos!

Pedrinho, grande companheiro de dúvidas e de caminhos, o eterno agradecimento!

Aos trabalhadores do Centro de Saúde do DICIII, aos amigos que tenho por lá e que guardo comigo sempre, que me acolhe como trabalhadora do SUS e nas tristezas e lutas do dia-a-dia me ensinam, em momentos onde deveria haver o desespero, que as contradições mais perversas e cruéis dessa sociedade, não são naturais, me mostrando toda a vida, a beleza e a potência que existe quando enfrentamos o inexorável.

Aos colegas de militância da saúde, da diversidade sexual, de todas as lutas contra a opressão e exploração, com quem cruzei e vivi por essa vida e que deixaram marcas fundamentais em minha eterna formação, por meio de lutas que jamais eu viveria se não fosse a força e a coragem desses lutadores.

Aos do Grupo de Pesquisa com quem convivi nesses quase dois anos, Walter, Etienne, Laudemir, Raquel Tizzei, Ana Paula, Adinete, Mariana, Toninho, Flávia e aqueles que já se foram, por me acolherem, mesmo com todas as diferenças, mas que me permitiu pensar junto.

À minha companheira de lutas Raquel Guzzo, por ter me orientado neste trabalho, de tanta ansiedade, tanta angústia, mas de tanto desvelar caminhos e possibilidades, o que me mostra sempre que este não será o fim da linha, afinal, a luta continua!

Resumo

Marçal, C.R.M. ***Movimento social da diversidade sexual e política social: quais são os dilemas?*** 128p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2011.

Este estudo analisa a função das políticas sociais da diversidade sexual, o papel da V Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT e elementos do movimento da consciência presentes em um grupo do movimento social da diversidade sexual do município de Campinas/SP. A pesquisa foi realizada pelo registro da participação de 11 integrantes do grupo na reunião preparatória para a conferência. A reunião foi gravada e transcrita com a autorização de seus membros. Dentre os participantes havia um dos fundadores do grupo e participantes que começaram a ir a suas reuniões este ano. A análise se utilizou do materialismo histórico dialético, por meio da construção de *unidades de sentido*. Os resultados evidenciaram que os sujeitos não distinguem políticas públicas e políticas sociais e as separam das políticas econômicas. A ideológica universalização do ser humano como cidadão, pelo Estado, foi revelada por meio da revolta, e a política social foi reconhecida como limitada, mas a contradição se expressa no *“ruim com ela, pior sem ela”*. O processo da realização da V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Campinas/SP, como instrumento de participação popular, é tido como limitado, sem efetividade, mas suas contradições ainda não foram explicitadas. Mesmo assim, o grupo reconhece que esse processo pode ser um importante espaço de encontro do próprio movimento e de pessoas novas, bem como momento de formação tendo a possibilidade de revelar as contradições do Estado, enquanto mediador da inconciliável desigualdade imposta pela luta de classes. Foi possível observar o movimento contraditório da consciência comprometendo os rumos do movimento, levando-o a adaptar-se à ordem, alienar o ser humano de sua condição de desenvolvimento, descolando a subjetividade da objetividade, da materialidade que a determina e impossibilitando a passagem para a consciência da necessidade de transformação da sociedade.

Palavras-chave: Movimento social da diversidade sexual, política social, consciência.

Abstract

Marçal, C.R.M. ***Social movement of sexual diversity and social policy: which are the dilemmas?*** 2011. 128p. Dissertation (Masters Psychology as Profession and Science) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas. 2011.

This study examines the role of social policies of sexual diversity and the V Conference of Municipal Public Policy, as well as the consciousness movement of members of the LGBT present in a group of social movement of sexual diversity in Campinas / SP. The survey was conducted by recording the participation of 11 members of this group at the preparatory meeting for the conference. The meeting was recorded and transcribed with the permission of its members. The participants included one of the founders of the group and participants who have begun to attend its meetings this year. The analysis used the dialectical historical materialism, through the construction of *unit's sense*. The results evidenced the confusion that the participants do between public and social policies as well as the separation to the economic policy. The ideological universalization of the human being as a citizen, by the state, was revealed to revolt and the social policy is recognized as limited, but the contradiction is expressed in "*bad with it, the worse without it.*" The process of the V Municipal Public Policy Conference for LGBT as an instrument of popular participation is seen as limited, not effectiveness, but its contradictions has not yet been explained. Even so, the group recognized that this process could be an important meeting place of the movement itself and of new people, and could also be training time to become able to reveal the contradictions of the state as mediator of inequality imposed by irreconcilable class struggle. Was possible to observe the contradictory movement of consciousness undermining the direction of the movement, leading him to adapt to the order, dispose of the human being of his condition of development, taking off the subjectivity of objectivity, materiality and making it impossible to determine the transition to the awareness of the need to transform the society.

Keywords : sexual diversity social movement, social political, consciousness.

Resumen

Marçal, C. R. M. **Movimiento social de la diversidad sexual y la política social: ¿cuáles son los dilemas?** 2011. 128p. Disertación (Maestro in Psicología como Ciencia y Profesión) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2011.

Este estudio examina el papel de las políticas sociales de la diversidad sexual y la V Conferencia de Política Pública Municipal, así como el movimiento de conciencia de los miembros presentes de la comunidad LGBT en un grupo del movimiento social de la diversidad sexual en Campinas/SP. La encuesta se llevó a cabo mediante el registro de la participación de 11 miembros de este grupo en la reunión preparatoria para la conferencia. Las reuniones fueron grabadas y transcritas con el permiso de sus miembros. Entre los participantes hubo uno de los fundadores del grupo y también participantes que han comenzado a asistir a sus reuniones en este año. Sólo dos de los participantes no frecuentan o no frecuentarán la universidad. El análisis se utilizó del materialismo histórico dialéctico, a través de la construcción del sentido de unidades. Los resultados evidenciaron la confusión entre los participantes entre las políticas públicas y sociales, así como la separación de la política económica. La ideológica universalización creada por el Estado del ser humano como ciudadano se reveló a la rebelión y la política social es reconocida como limitada, pero la contradicción se expresa en "malas con ella, peor sin ella." El proceso de la V Conferencia de Políticas Públicas Municipales para LGBT como un instrumento de participación popular es visto como limitado, sin efectividad, pero sus contradicciones aún no han sido explicadas. Asimismo, el grupo reconoció que este proceso podría ser un importante punto de encuentro del movimiento en si mismo y de la gente nueva, y tiempo de formación para ser capaz de revelar las contradicciones del Estado como mediador de la desigualdad impuesta por la lucha de clases irreconciliable. Fue posible observar el movimiento contradictorio de conciencia socavando la dirección del movimiento, que lo llevó a adaptarse a la orden, disponer del ser humano de su condición de desarrollo, quitándose la subjetividad de la objetividad, de la materialidad que la determina, tornando imposible la transición a la conciencia de la necesidad de transformación de la sociedad.

Palabras clave: movimiento social por la diversidad sexual , conciencia, política social.

SUMÁRIO

Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
Resumen.....	x
1.Justificativa.....	1
2.Fundamentos Teóricos.....	6
2.1. O Problema e a Práxis.....	7
2.2. Falsa Coesão Entre Política Social, Estado e Movimento Social.....	20
2.3. Objetividade e Subjetividade no Movimento da Consciência: Aprisionamento ou Emancipação?.....	30
3.Objetivos.....	44
3.1.Objetivo Geral.....	44
3.2.Objetivos Específicos.....	44
4.Método.....	45
4.1.Contexto.....	50
4.2.Cenário.....	52
4.3.Participantes.....	54
4.4.Material.....	55
4.5.Procedimentos Éticos.....	56
4.6.Fontes de Informação.....	57
4.7.Processo de Coleta dos Dados.....	57
5.Resultados e discussões.....	59
5.1.Parte 1. As Funções da Política Social.....	59
5.2.Parte 2. A Função da V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT.....	65
5.3.Parte 3. Elementos da Consciência – os caminhos percorridos e a percorrer.....	74

6.Considerações Finais.....	91
6.1.Limites que apontam rumos.....	95
7.Referências Bibliográficas.....	97
Anexo I. Perguntas Disparadoras.....	104
Anexo II. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	105
Anexo III. Caracterização dos participantes.....	106
Anexo IV. Quadro síntese das falas transcritas.....	109

1. JUSTIFICATIVA

“Porque em 2008 a gente desceu a Treze de Maio com alvos na frente porque uma travesti tinha sido assassinada na cidade de Campinas, que foi a Flavinha. A Flavinha foi assassinada na cidade e resolvemos fazer um ato aqui na Treze de Maio e descemos com alvos perguntando quem era o alvo da violência. A Camille era um dos alvos. Então, era como se fosse uma morte premeditada. E hoje a gente vai novamente descer a Treze de Maio, enterrando a Camille, ou gritando por justiça, pelo que aconteceu à Camille” (Coletivo de Comunicadores Populares, 2010).

Este estudo foi desenvolvido no contexto cotidiano, de cinco anos de trabalho e militância-ativismo da pesquisadora com a Diversidade Sexual. Experiência essa que se desenvolve na relação como trabalhadora do serviço público de saúde, no Centro de Saúde do DIC III, e atuando junto ao movimento social da Diversidade Sexual/LGBT de Campinas/SP, no Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual¹, há cinco anos, na reivindicação, proposição e implementação das políticas sociais voltadas a essa população, no combate ao preconceito e a discriminação contra ela.

Este trabalho objetiva ampliar os conhecimentos teóricos sobre a temática do movimento social da diversidade sexual, na sua dimensão das políticas sociais no Brasil, entendidas como expressão da luta por direitos no interior da sociedade capitalista, bem como analisar qual o papel do movimento social nessa luta. Para além dos conhecimentos adquiridos na prática cotidiana sobre o tema, busca-se aqui analisá-las sob as exigências da ciência, visando contribuir com o aprofundamento da análise que a academia e os movimentos sociais têm sobre o tema.

¹ Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual, é um grupo da cidade de Campinas-SP, que desde 1998 vem debatendo a vivência da sexualidade não-heteronormativa e combatendo a violência contra essas pessoas. Oficialmente se constituiu como ONG colocar em caixa alta (Organização não-governamental) dividido em coordenadorias, mas na prática foi assumindo características mais próximas as dos movimentos sociais e ampliando seu debate para as questões sobre a sexualidade e o que é ser cidadão, por isso, as mudanças de nome: 1º Identidade - Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual; e 2º Identidade – Grupo de Ação pela Cidadania de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Bissexuais de Campinas, ao atual. Consultar: www.identidade.org.br

Esse estudo terá o caráter de um ensaio, visto que são raros os estudos específicos na área da diversidade sexual, que se utilizem do Materialismo Histórico Dialético como arsenal heurístico, especialmente a categoria “luta de classes” na análise das políticas sociais, bem como a relação entre Estado e movimento social, e do avanço da consciência de classe. Neste sentido, sendo o concreto a síntese de múltiplas determinações, o que significa que a análise deve abordar além da relação entre as opressões e a exploração de classe que ocorre no capitalismo, as políticas sociais como fenômeno no interior do capitalismo. Assim, foi possível realizar este ensaio, por meio da intersecção e relação com outras áreas, como opressões relacionadas ao machismo, patriarcado, políticas sociais e políticas públicas, análise dos movimentos sociais, e a formação/concepção da consciência na relação objetividade/subjetividade na sociedade capitalista.

O cotidiano aqui apresentado não pretende se esgotar em si mesmo. Por meio dele pretende-se confrontar e relacionar com processos e fenômenos que o transcendem, localizando-o em uma totalidade concreta, em uma determinada formação econômico-social, que permita evidenciar o que se esconde por detrás da aparência do fenômeno, sua essência, iniciando o caminho de revelar suas múltiplas determinações. Fazer isso requer uma abstração intelectual que permita extrair dele os significados não imediatamente dados ou relacionados, mas se utilizar da razão como produto, principalmente, do pensamento já elaborado e sistematizado. Conforme apontou Heller (2008), as características da vida cotidiana sob o capitalismo é marcado pelo: caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações, a fixação repetitiva do ritmo e a rigidez do modo de vida.

Assim, o ponto de partida para este de estudo é a relação cotidiana com a questão da diversidade sexual, como característica que permitiu debater a prática e a teoria, como conceitos inseparáveis da vida concreta. A partir daí, utilizou-se da crítica não como simples e pura negação, mas como estratégia de aprofundamento na busca de um conhecimento mais verdadeiro e/ou crítico na tentativa de retratar as contradições do real, em sua estrutura, dinâmica e gênese, ser e devir, como aponta Delari Jr (2011).

Apesar da dificuldade em se analisar as múltiplas intersecções pessoais com o tema, essa externalidade do pensamento acadêmico poderá contribuir, para extrair do fenômeno da violência e suas formas de combate possibilidades de atuação diversas, procurando apontar limites e caminhos por onde avançar. Ou seja, o imediatismo que o cotidiano nos impõe, para a resolução de problemas e conflitos, pôde ficar por alguns instantes em suspenso, para que houvesse um aprofundamento na apreensão dos determinantes históricos do fenômeno e vislumbrar sua superação, senão completa, mas de acordo com as condições históricas vividas. Esse critério de objetividade não se trata de isentar o pesquisador de tomar posição, colocando que aqui se considera a noção de neutralidade como falsa, mas de convidá-lo a se posicionar não em função de suas crenças pessoais, “absolutas” ou “relativas”, senão em confronto com as características mais profundas e elevadas da realidade que se buscou apreender, explicar com vistas a transformar (Delari Jr. 2011).

Nessa perspectiva histórica, materialista e dialética, segundo Rizzotto (2000), tem-se a impossibilidade de apenas identificar e estabelecer um sistema de necessidades concluso, uma estrutura mínima e congelada de necessidades humanas, pois a riqueza do ser humano está exatamente na sua capacidade de satisfazer e criar novas necessidades, ou seja, de fazer história. Por isto, este estudo enfatizará a questão de que não basta constatar que as necessidades existam, mas fundamentalmente entender como elas são satisfeitas, e se recriam, o que revela o padrão de sociabilidade existente na estrutura societária de uma sociedade.

Dar visibilidade à morte de uma travesti, à exclusão ou recente inclusão desse tema nas políticas sociais e os embates para isso são e foram importantes, na medida em que a homofobia², como forma de violência

² Apesar de não ter espaço neste trabalho para aprofundar essa discussão, vale ressaltar que a utilização do termo homofobia é polêmico dentro do movimento social da diversidade sexual e para a academia, sendo que alguns autores, como Junqueira (2007) referem que o termo tem uma carga semântica medicalizada, como o era o termo homossexualismo. Este autor relembra inicialmente que: “o termo “homofobia” é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg (1972), que agrupou dois radicais gregos: homo, semelhante, e fobia, medo – para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e às homossexualidades. Com esse sentido, o termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificados. Essas emoções, em alguns casos, seria a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem

específica, lesbofobia, ou ainda transfobia, ou outras formas de não inclusão na normativa heterossexual, existem e estão se tornando mais visíveis.

O Brasil é apontado como o país no qual mais pessoas morrem por essa razão, no entanto estes dados são ainda subestimados, por questões relacionadas à invisibilidade e ao ocultamento sobre o tema. Permanece a questão em debate acerca da função da política social, qual a avaliação do movimento social da diversidade sexual sobre a exclusão/inclusão dessa população nas políticas sociais e a necessidade de se olhar para essa inclusão com uma crítica que revele suas determinações, para além da aparência, recusando a neutralidade e perseguindo a objetividade.

Em 2009, a Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa, “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às minorias sexuais no Brasil”, como já havia realizado sobre o racismo no país, e os dados revelaram algo que já não é surpresa para quem trabalha com o tema, ou vivencia na pele tal violência: 11 em cada 12 brasileiros concordam com a afirmação: “Deus fez o homem e a mulher [com sexos diferentes] para que cumpram seu papel e tenham filhos”. O índice de homofobia, construído a partir dos dados da pesquisa, demonstram que um quarto – 25% - da população brasileira é homofóbica. (Fundação Perseu Abramo, 2010)

Essa situação expõe a contradição na existência de um Estado de Direito no Brasil, que garanta igualdade de direitos a essas pessoas, relacionadas às pessoas heterossexuais. Ainda assim, deve-se enfatizar a necessidade de, em outro momento, problematizar o que seria o Estado de Direito brasileiro, baseado no direito à propriedade privada, de homens, brancos e donos dos meios de produção. Bem como problematizar o que seria a heteronormatividade como categoria totalizante, ou seja, questionar se existem pessoas que se comportem, tenham seus afetos, totalmente dentro dos padrões heteronormativos e, portanto, puramente heterossexuais.

como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais” (p.3).

Ressaltando ainda a importância concreta do aprofundamento desta temática, por meio da descrição e análise do problema em questão, não se faz necessário, que a justificativa se utilize de uma questão de amplitude numérica, pois em menor ou maior intensidade, a heteronormatividade, enquanto moral sexual vigente oprime, não somente aos homossexuais, mas a toda a humanidade ao regular e cercear o desejo. Esta opressão é expressa em diferentes intensidades, mais brutalmente para alguns e vai até a violação dos direitos em níveis extremos para a sobrevivência humana, como é o caso relatado das travestis mortas. Após um brutal assassinato³ uma delas expressou essa condição em entrevista ao Coletivo de Comunicadores Populares (2010): “Ser travesti é estar o tempo todo com uma arma apontada pra tua cabeça”.

Os estudos e análises sobre a diversidade sexual vêm ganhando visibilidade, no entanto, se faz necessário auxiliar na proposição e avaliação de políticas sociais para esse segmento, na reflexão acerca de qual sexualidade e vivência dos direitos humanos se tem, e qual se pode ter, nesse contexto sócio-econômico de modelo capitalista, em sua versão neoliberal. Além disso, é preciso aprimorar intervenções nessa área, de modo a produzir uma reflexão crítica sobre por quais caminhos o próprio movimento tem percorrido.

Constatado isso, esta dissertação vem propor a análise da luta pela diversidade sexual, que incorpora e supera a luta LGBTT, por meio da lógica materialista, histórica e dialética, na qual nada pode ser explicado por si mesmo, mas por meio do outro e pelo outro. Isso possibilita vislumbrar outro horizonte de estratégias de mobilização e avanço das condições de vida e consciência de classe, diretamente para essa população, e indiretamente para a sociedade como um todo. Por isso esse entrelaçamento de relações, pertencimentos e reflexões, será rico se conseguir ser externo o suficiente para não ser pego na armadilha do imediatismo, mas comprometido com uma mudança social efetiva e urgente.

³ No dia 24 de julho de 2010, Camille Gerin, integrante do Identidade, foi encontrada pela polícia em uma vala, apenas de calcinha, em um terreno baldio próximo a linha do trem, quando um homem a tentava enterrar, ainda viva. Sua morte foi declarada no dia 27 de julho do mesmo ano, após ter seu rosto desfigurado e nenhuma testemunha para relatar o ocorrido. A polícia encerrou o inquérito como homicídio simples, sem explicar onde estariam os pertences de Camille, e o acusado irá, até o presente momento, para julgamento com júri popular.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A questão sobre a relação das políticas sociais e efetivas mudanças sociais remonta a um corpo de conhecimento que não somente explica a realidade, mas a analisa, a partir de elementos nem sempre explicitados para os interessados nessa relação.

Esta reflexão pretendeu desenvolver uma análise inicial do sentido das políticas sociais para o movimento da diversidade sexual, que incluem as necessidades da população LGBTT⁴ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), e aquelas que incluem a diversidade sexual como possibilidade da condição humana. Trata-se de uma análise realizada por meio da experiência concreta, síntese de várias determinações diferentes, unidade na diversidade, que converteu nessa dissertação de mestrado em Psicologia como Ciência e Profissão, na PUC-Campinas/SP. A experiência como trabalhadora, profissional psicóloga, do Sistema Único de Saúde - SUS, na cidade de Campinas-SP, a atuação enquanto ativista de um dos grupos da diversidade sexual da cidade, Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual, assim como a análise da produção teórica sobre a questão compuseram a fonte de informação para esta análise.

A base de fundamentação teórica para essa análise foi estruturada em três partes. A primeira refere-se ao surgimento dessa questão como um problema a ser investigado, da práxis, prática como produto de uma reflexão crítica e validada pela ação. A segunda parte coloca os limites da relação entre o Estado provedor das políticas sociais, e as necessidades provenientes do cotidiano dos movimentos. E a terceira parte destaca o movimento da consciência, se vai em direção à consciência para si, na relação histórica e dialética entre objetividade material e subjetividade, refletindo as conseqüências para a vida cotidiana das pessoas envolvidas.

⁴ LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ainda se utiliza de outra identidade chamada Transgênero e com o tempo surgem outras.) são identidades cunhadas pelo movimento social como estratégias de afirmação, de características específicas, que surgiram ao longo do processo de visibilidade do movimento, entendendo e se adaptando a diversidade nas expressões e formas de viver a sexualidade. Hoje alguns autores e grupos do movimento social, começam a fazer uma crítica à utilização dessas identidades, com a discussão de que elas aprisionam as possibilidades de vivência da sexualidade. Trabalharei aqui com a análise de que essa estratégia foi cooptada pela ideologia burguesa, se limitando apenas a “emancipação política” dessas pessoas, com a função que limita a “emancipação humana” das pessoas, do que a afirmação “contraditória” de seus direitos, o que é pouco discutido na literatura encontrada sobre o tema. (Iasi, 2007 e Konder, 2010)

2.1. O PROBLEMA E A PRÁXIS

Em entrevista concedida ao Coletivo de Comunicadores Populares (2010) na cidade de Campinas, duas integrantes do Grupo Identidade exemplificaram e justificaram a necessidade de se analisar e superar a realidade concreta de violência, na qual vivem hoje, as pessoas que assumem e demonstram sua discordância com a heteronormatividade. Essa entrevista foi realizada durante um Ato Público, para colocar a indignação, raiva, e revolta com relação à morte de uma das integrantes do grupo.

“Quando as pessoas perguntam ‘**mas o que é ser travesti?**’ Ser travesti é estar o tempo todo com uma arma, pensando figuramente, é estar com uma arma apontada pra tua cabeça. É fazer roleta russa com a tua própria vida. Assumir ser travesti na sociedade aqui no Brasil, aqui em São Paulo, aqui em Campinas, é isso. É estar o tempo todo falando “sou um alvo”. A hora que você resolver você pode vir me pegar.”

“As pessoas que mais nos criticam (...) as pessoas que mais metem o pau na gente, são os clientes das travestis, que a noite procuram pra ser passivas pra elas. **Hipocrisia. Caem de pau na luz do sol e de boca à luz da lua.**”

A relação entre a morte de uma travesti e uma política social é de complementaridade. Excluída das instituições da sociedade, a vulnerabilidade dessa população aumenta exponencialmente, os episódios de violência física se somam à violência em geral e tornam visível o preconceito relacionado às questões da sexualidade não heteronormativa, da diversidade sexual. Mas para algo que ainda não é percebido pela sociedade, como um todo, como violento, se exige mais do que evidências para sua comprovação, exigem-se provas, muitas vezes impossíveis de serem levantadas.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT lançado em 2009 (Brasil 2009a), como resultado da I Conferência Nacional LGBT teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”, revela alguns avanços e contradições no debate sobre a questão. Na parte na qual elenca os princípios, o documento coloca que:

“Um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as

pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero.(...)

A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a cidadania com respeito às diversidades.

Nesse sentido, mesmo as políticas mais amplas, como as macroeconômicas, têm incidência sobre a vida das pessoas e devem ser pensadas levando em consideração essas implicações, objetivando romper com os padrões de discriminação. A população LGBT deve ser considerada como sujeito de direito e sujeito político. O desenvolvimento econômico e social deve ser promovido de maneira sustentável, com respeito ao meio-ambiente e usando adequadamente os recursos naturais do país.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT parte da certeza de que um maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Responsabilidade do conjunto do governo e rede institucional entre governo Federal, Estadual e Municipal.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT orienta-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social, assim destacados.” (p.11-12).

No documento citado acima, ficam explícitas as contradições existentes entre na intenção do Estado em ser democrático, mas que ao se efetivar apenas “convida” o movimento social da diversidade sexual para participar da elaboração deste, uma vez que a composição para sua elaboração não foi nem ao menos paritária. Além disso, apesar de se comprometer com a universalidade, laicidade do Estado, a equidade das políticas sociais, com a justiça social e a participação e controle social, não discute e nem prevê como essas ferramentas funcionariam.

Ainda com relação ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009a) no documento, também, é considerada importante a relação da política macroeconômica, que assume e determina as condições de vida das pessoas, mas, para isso, prevê o desenvolvimento

econômico e social sustentável, apontando apenas ações de geração de renda e inclusão no mercado de trabalho, e o respeito com o meio ambiente por meio da utilização racional dos recursos naturais, sem dizer como isso será possível. Mas considera importante a manutenção e o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito, a elevação para a condição de cidadãos, das pessoas que vivenciam a diversidade sexual, critério de exclusão delas dessa sociedade, ou seja, se diz preocupado em manter a ordem, mas não prevê ações, caminhos para a dissolução desse Estado e a transformação da sociedade em sua contradição fundamental, a sociedade dividida em classes que, em uma relação estrutural, sustenta e reforça a manutenção das opressões.

No mesmo ano, em 2009, foi lançado o PNDH3 (Brasil, 2009b), o Programa Nacional de Direitos Humanos 3, que trouxe à tona questões polêmicas da sociedade, e que foi fruto de debates por meio de audiências públicas, conferências regionais, estaduais e nacional de Direitos Humanos. Estas mobilizaram cerca de 14 mil pessoas, representantes dos diversos setores da sociedade brasileira – tanto no âmbito civil quanto no governamental – em todos os estados da federação. O plano é uma revisão do programa inicial, PNDH1 (Brasil, 1996) que já havia levantado algumas questões e trouxe ao debate as seguintes polêmicas: a proposição da descriminalização do aborto, a proibição da ostentação de símbolos religiosos em locais públicos, o direito ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por estes casais, entre outras propostas, na tentativa de reformar pontos conservadores da constituição brasileira. Também abrange direitos dos povos indígenas e quilombolas e sugere o acompanhamento editorial dos veículos de comunicação. Mas após intensos debates publicizados pela grande mídia, os setores mais conservadores da sociedade pressionaram e o plano teve diversos pontos retirados, mesmo que tenha sido divulgado que sua construção havia acontecido de maneira ampla e pública.

Esses dois documentos apontam os avanços e retrocessos contínuos dentro dos limites colocados na atuação estrita na área das políticas sociais, sem que se considere o Estado como representante de uma classe, sem que se considere a “luta de classes” como a realidade na qual vivemos. Assim,

tentativas progressistas de avanços nessas áreas sucumbem ao jogo de forças, não apenas dentro do próprio Estado, mas que refletem a sociedade, não mais considerada como sociedade civil, mas como capitalista, e o Estado como representante da burguesia, que por vezes é chamado a responder as contradições inerentes a esse processo, buscando avanços e retrocessos quando necessário para contenção das expressões mais explícitas dessa contradição.

Outro documento importante a ser citado é a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2010). Nele, o Ministério da Saúde faz uma síntese de debates e discussões, que já vinham acontecendo e eram apontados em documentos anteriores, dando justificativa sobre a relevância do tema, diretrizes e apontando ações a serem realizadas nas diversas instâncias governamentais. No Plano de Saúde Integral (Brasil, 2010), a justificativa aparece da seguinte forma:

“A Política LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas a redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais. (p.5)

(...) Dessa forma, enfrentar toda a discriminação e exclusão social implica em promover a democracia social, a laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, exige ampliar a consciência sanitária com mobilização em torno da defesa, do direito à saúde e dos direitos sexuais como componente fundamental da saúde.” (p.6)

A equidade e a especificidade no atendimento a essas pessoas, dentro dos princípios que regem o SUS (Sistema Único de Saúde), da forma como são implantadas pelos serviços de saúde, burocratizados, possibilitam que a questão da diversidade sexual seja tratada no serviço de saúde como não existente ou não reconhecida. Apesar de avanços como, por exemplo, considerar os determinantes sociais na questão do processo saúde-doença, e deixar explícito a questão do direito à saúde relacionada aos direitos sexuais e reprodutivos, a equidade é na prática considerada como tratar a todos de maneira indiscriminada. Aqui o preconceito, como prática moderna, não

permite, por exemplo, que o nome social⁵ seja utilizado, embora esteja contemplado na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde desde 2006. (Brasil, 2006).

Esses planos e políticas precisam ser efetivados, precisam ser mais do que uma carta de intenções e prever ações, prazos, orçamento para serem concretizados e deixarem de serem apenas idealizações.

Diante de tal constatação, a validação de tal preconceito pela autoridade biomédica ainda se mantém presente, pois mantém travestismo e transtornos de identidade de gênero em suas classificações patológicas do DSM IV (American Psychiatric Association - APA, 1995) e do CID 10 (WHO, 2005).

Em novembro de 2006, um grupo de especialistas na área da diversidade sexual, de 25 países se reuniu e o resultado desse encontro foi o documento intitulado “Princípios de Yogyakarta” (2006). Foi feito um levantamento sobre a legislação internacional de direitos humanos vigente para essa área, quais eram as obrigações dos Estados e foram propostos parâmetros para a aplicação dessa legislação, além de quais seriam as obrigações dos Estados, bem como se tentou pressionar, dar função, para as organizações internacionais não-governamentais de direitos humanos.

O documento se inicia pautando qual o preâmbulo de sua elaboração: lembrando que os seres humanos são iguais em direitos e dignidade sem distinção; que assim, estão preocupadas/os com a violência e que essa violência solape a integridade, podendo enfraquecer seu senso de auto-estima e de pertencimento à comunidade, levando muitas a reprimirem sua identidade, marcados pelo medo e invisibilidade; que sendo estando conscientes de que são historicamente atingidos por violações dos direitos humanos, propõem: a proibição absoluta pela legislação internacional à discriminação, que os Estados adotem medidas que busquem eliminar preconceitos e costumes, baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de um determinado sexo,

⁵ Entende-se por “nome social” como o nome que a pessoa decide utilizar, que a representa, diferentemente do nome de registro, uma vez que a mudança de prenome, apesar de ser garantida pela lei quando causa constrangimento a pessoa, nesse caso da pessoa que se identifica com um nome próprio utilizado mais por homens, mas tem um nome que representa a feminilidade, e vice-versa, ela não consegue a mudança, a menos que passe por um trâmite burocrático que depende do julgamento pessoal, ou passe por cirurgia readequação corporal e entre com um processo judicial.

ou papéis estereotipados de homens e mulheres, direito a pessoa decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, sem que estejam submetida a coerção, discriminação ou violência e apontam os princípios, um avanço para a legislação mundial atual. Considerado uma importante carta de princípios, que marca a mundialização do tema, qual é a sua real efetividade, qual a possibilidade real de se construir tais princípios?

Logo na introdução, encontra-se um desafio: está colocado que muitos Estados e sociedades impõem normas de gênero e de orientação sexual e inclusive policiam as pessoas sobre isso, e o desafio é como construir uma sociedade que não precisará impor; como constituir a relação entre os seres humanos que supere a divisão, o binarismo de gênero e o binarismo da orientação sexual sem que seja necessário oprimir.

Muitas questões surgem quando da análise de tais documentos, mas atentando-se para a questão do preconceito com relação à diversidade sexual, outro documento importante foi a resolução de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, no qual explicita sua posição sobre a homossexualidade, embora necessite de avanços:

“CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações” (p.1).

A resolução acima coloca um marco na atuação profissional do psicólogo, que deu abertura para esse debate dentro de outras categorias profissionais, por meio da premissa ética de se trabalhar com a questão da orientação sexual sem considerá-la necessariamente um problema, desviante, inferior, uma doença, mesmo que questões que advenham do preconceito que trazem sofrimento as pessoas que vivenciam essas questões ainda precisem ser debatidas e consideradas para a atuação profissional.

O preconceito, conforme colocou Heller (2008), é fruto do pensamento e comportamento cotidiano, que se define pelo caráter momentâneo dos efeitos, da natureza efêmera das motivações e impregnado pela fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida burguês (ritmo frenético e diversidade de atividades). É um conhecimento empírico, baseado na experiência, mas ultrageneralizador. Essa ultrageneralização é condição de nossa existência, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados. Mas essa ultrageneralização se transformará em preconceito, se a mediação feita por meio do juízo provisório que ela gera, porque se antecipa ao comportamento possível, não for colocado em questão pelo “infinito processo da prática” (p.64).

Todo ser humano tende a se orientar através de estereótipos de sua interação primária (classe, camada, nação), assimilar essas normas lhe garante o êxito nessa sociedade e a conformação. Conformidade e conformismo configuram-se, assim, quando o ser humano perde suas possibilidades de movimento individual, aderindo à lógica dominante.

O preconceito realiza-se de maneira direta ou indireta. Crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos e confirma nossas ações anteriores. Quando nossa vida não encontra satisfação naquilo que é do humano-genérico, a encontra na fé, que é o sentimento do preconceito, que satisfaz suas necessidades no particular-singular, não considerando sua consciência em uma relação dialética. Assim, para a autora, a relação entre o que seria correto e verdadeiro, corrigindo o juízo provisório, só seria possível por meio da prática humana, que colocaria novo juízo provisório em um processo inesgotável, mas quando o ser humano caiu no conformismo, isso significa que ele perdeu a sua capacidade de se movimentar enquanto

indivíduo. Mas não nos movimentamos porque de alguma forma isso poderia perturbar o êxito dos desses juízos provisórios, que são refutados pela ciência crítica e pela experiência cuidadosamente analisada, se tornando preconceitos, ou seja, são produtos da vida e do pensamento cotidiano.

Essa fixação afetiva no preconceito é à base da fé. No ser humano, a fé nasce de sua particularidade-individualidade, cujas necessidades satisfazem, o ser humano é singular-individual e ente humano-genérico, uma parte orgânica da sociedade, da história da sociedade, mas o particular não é aquilo que o ser humano acredita, mas sim aquilo que ele cumpre com os objetivos da fé e a necessidade satisfeita por ela.

Contra-pondo-se a isso se tem a confiança, como bem apontou Heller (2008). A confiança é diferente de fé, pois tendo consciência do eu humano-genérico e particular-singular, tem-se um distanciamento, uma consciência de nós enquanto ser social, pois toda confiança se apóia no saber, na experiência vivida e compartilhada.

Sendo assim, o preconceito é a superioridade do particular ao humano-genérico para a integração social, predominantemente da classe dominante e na ideologia burguesa. Os preconceitos servem para conservar, manter a coesão da integração social, dada pela ideologia, a coesão de uma integração não é diretamente proporcional a intensidade dos preconceitos, mas só a ameaça interna a assusta.

O que provoca o preconceito, segundo Heller (2008), é a necessidade de manutenção da coesão da integração social dada pela ideologia, sobretudo da classe social que se relaciona de forma histórica com as opressões de gênero, e em mútua relação com a diversidade sexual. No caso da diversidade sexual, embora seja questionável a exclusividade do preconceito contra tudo que quebra com a lógica heteronormativa⁶ ser exclusividade desse grupo, o

⁶ Heteronormatividade é um termo cunhado por Michael Warner, em 1991. É um termo originário da discussão de Rubin (1986) acerca do sistema dicotômico de sexo/gênero como um conjunto de disposições pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana. A heteronormatividade seria um conjunto de normas tradicionais de sexo, identidade de gênero e papel social de gênero e sexualidade impostos, normatizados, regulados pela sociedade por meio de suas instituições, como o casamento heterossexual monogâmico, a passividade

preconceito de grupo não é tão somente por fazerem parte desse coletivo. Buscamos *a priori* uma característica do grupo em um indivíduo, considerando-as essenciais a ele e “essencializáveis” dele. Assim, não se tem uma característica analítica, mas normativa, um rótulo, como a hipótese levantada sobre a utilização da “identidade”, coletiva ou individual, pelo movimento LGBTTT, como tática que o aprisionou não somente na imobilidade da vivência pessoal, mas no aprisionamento político de sua ação. Este estudo tentou problematizar essas questões, ao não conseguir incluí-lo em padrões, mesmo os previstos para “os da margem”.

O ser humano predisposto ao preconceito, assim, faria duas coisas para Heller (2008): não corrigiria o juízo provisório, mesmo depois de sua experiência posterior, e não investigaria a profundidade da integração das pessoas em seus respectivos grupos. Isso ocorre quando as qualidades ou particularidades são separadas da concreta situação histórica.

O método Materialista Histórico e Dialético, que é utilizado aqui, como método de análise da realidade e prática política, nos ajuda na apreensão desse fenômeno, ao demonstrar que tudo o que existe tem necessidade de justificação teórica, porque o mero fato de sua existência lhe dá direito de reclamar racionalidade, realidade e necessidade. Aqui a concepção de teoria é a de conhecimento produzido com base em uma práxis, que será passada como matéria-prima para que as gerações trabalhem nela na preparação do futuro, a modifiquem conforme a evolução das relações humanas e de produção (Martins, 2008).

Aqui se faz importante confrontar a lógica dialética com a lógica formal, não por oposição, mas por superação, não reconhecendo opostos confrontados exteriormente (Martins, 2008), mas tê-los como interiores um ao outro, ou seja, a identidade dos contrários. A essência do fenômeno não está posta explicitamente, na aparência, em sua *pseudoconcreticidade*, conforme aponta Kosik (1989), não se revelando de modo imediato, mas sim, pelo

como característica das mulheres e a virilidade como característica dos homens, por exemplo, que incide sobre toda a humanidade, e não apenas relacionada aos homossexuais, entre outros “desviantes” da norma.

desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

A realidade concreta encerra a materialidade histórica dos processos de produção e reprodução da existência dos seres humanos. O conhecimento sobre ela é, por consequência, apenas um meio pelo qual a consciência, assimilando-a, a reproduz intelectualmente. Para alterar a existência concreta do fenômeno, o preconceito contra aqueles que vivenciam de alguma forma considerada marginal a sexualidade, ideologicamente, só se revela possível quando a atividade teórica orientar a intervenção prática transformadora da realidade. Aqui será testada sua validade, ou seja, a validação vem pelo critério da prática. (Martins, 2008)

Konder, (1989) coloca que, para Lukács, o que diferencia o marxismo da ciência burguesa não é a predominância do econômico, mas o ponto de vista da totalidade, que permite ver, no real, um infinito de possibilidades qualitativas. O Materialismo Histórico e Dialético seria, para este autor, constativo e não normativo, reconhecendo que a economia não seja o sujeito da história, mas aponta que é através da dialética que a sociedade de classes e a insuficiência de desenvolvimento das forças produtivas poderá não ser o nosso destino único.

Green (1999) contextualiza o movimento da diversidade sexual colocando de maneira contraditória a justificativa teórica de que o movimento tenha surgido mais por uma pressão por espaços de sociabilidade, do que com caráter reivindicatório, ou seja, pela necessidade do encontro de pessoas que vivenciavam questões relacionadas à quebra com a lógica heteronormativa, a necessidade de existir para além da vida estritamente privada, mais do que por vontade em se organizar enquanto grupo, movimento social na reivindicação por direitos. Este é um ponto importante no processo da consciência, mesmo dizendo da necessidade de direitos individuais, caráter anti-autoritário, mais uma consciência “em si” do que “para si” (Konder, 2010), revela o movimento da consciência, de reivindicação de existência particular/grupal.

Assim, Facchini (2005) divide a história do movimento, no Brasil, em três momentos. A primeira onda foi caracterizada pelo movimento homossexual,

que durou da segunda metade da década de 1970 até início dos anos 1980, tendo sido o momento de seu surgimento e expansão durante a “abertura” política, com o fim oficial da ditadura militar, com as características de ser um movimento anti-autoritário e comunitarista, mas que acaba com a retomada do regime democrático e o com o surgimento da AIDS, ou que foi estigmatizada com a expressão: “peste gay”.

A segunda onda é conhecida como o declínio, que perdura durante a década de 1980, pela dificuldade em viabilizar uma política identitária homossexual no Brasil.

Já no início dos anos 1990, começaria a terceira onda, que vai até os dias atuais, segundo Facchini, (2005) mas com diferenciações surgindo, que é conhecido como o reflorescimento das iniciativas militantes, com respostas à epidemia da AIDS, o aumento da presença na mídia, a participação entre os movimentos por direitos humanos e direitos para lésbicas e gays, ações junto a parlamentares com proposição de projetos de leis nos níveis federal, estadual e municipal, a criação de agências estatais de DST/AIDS e de Direitos Humanos, a formulação de respostas frente à exclusão das organizações religiosas, a constituição de grupos e organizações locais e nacionais e com os eventos de rua, por exemplo, as Paradas Gay/ Orgulho Homossexual/ da Diversidade, etc, que auxiliaram na forma de ver a sexualidade e a consolidar uma identidade “homossexual” individual e coletiva.

Nesse processo, Facchini (2005) discute o impacto da epidemia de aids nas organizações não-governamentais existentes na época de seu surgimento no país, em meados dos anos 1980, e também a reação dos demais movimentos sociais de homossexuais à doença. Nesta parte, a autora apresenta o período de retomada do ativismo homossexual brasileiro, muito estimulado pelo advento da aids e seus desdobramentos e características estigmatizantes para homossexuais, e de que maneira grupos organizados mais informalmente foram buscando registro e reconhecimento legal como organização não-governamental, visando à participação em concorrências governamentais para financiamento de projetos genericamente chamados de “prevenção da aids” ou “para defender direitos de gays, lésbicas e travestis”.

Aqui é possível perceber o processo da consciência do movimento da diversidade sexual.

O ser humano é o ser social e reconhece sua singularidade na indissociável relação com outros seres humanos, na relação entre particular-singular-universal. Para Konder (2000), essa análise de valor intrínseco ao ser social cria importantes exigências quanto ao caráter das associações.

O que se encontra na vivência dos movimentos de combate as opressões é que o discurso dos setores excluídos por parte da classe dominante da sociedade, por vezes o vitimiza, impondo a implementação de reformas setoriais e/ou administrativas como forma de solucionar os problemas, delineando inclusive como se organizarão em seus grupos, como exemplo as ONGs. Esse discurso, segundo Rizzotto (2000), tendo como pano de fundo um pressuposto politicismo, ora ingênuo, ora cínico, coloca a política com absoluta autonomia em relação ao econômico, em que bastariam políticas adequadas e um bom desempenho institucional/administrativo para que os diversos problemas e necessidades da sociedade fossem resolvidos. Esta visão idealista extrai a prática política do mundo real, eliminando seus condicionantes sociais, ideológicos e econômicos.

Na perspectiva Materialista Histórico e Dialética, como coloca Iasi (2007) citando Marx, e fazendo a atualização cabível ao momento atual do debate feminista trocando homem para ser humano:

“Os *seres humanos* fazem sua própria história, mas não a fazem da forma como querem, pois agem sob circunstâncias que estão dadas pelo desenvolvimento histórico anterior. A contradição entre a intenção subjetiva e a materialidade na qual essa vontade terá que agir explode no indivíduo isolado como algo que parece intransponível. O problema é que para a tarefa em questão, e em se tratando de indivíduos isolados, na verdade trata-se de uma barreira intransponível” (p.38).

Ao falar sobre o que são as necessidades humanas Rizzoto (2000) coloca que em primeiro lugar, o ser humano precisaria estar em condições de viver e de desenvolver-se socialmente, sendo que o desenvolvimento social se constitui no próprio desenvolvimento de necessidades em um processo

dialético. Contudo, não basta que as necessidades existam, mas fundamentalmente entender como elas são satisfeitas, o que revelaria o padrão de sociabilidade existente na estrutura societária.

O movimento da diversidade sexual, tendo em pauta a conquista da cidadania exclusivamente como condição, restringe as possibilidades de compreensão da opressão das sexualidades desviantes da heteronormatividade, resumindo-as à luta por direitos e inclusão na lógica de mercado, enquanto consumidores. Cidadania é a participação no consumo, emancipação humana é a igualdade no mundo, é a participação na produção, como aponta Tolman (2003), e não apenas o acesso aos bens materiais, mas participação na produção deles e ao constante processo de recriar necessidade. Para isso, a cidadania limita, embora sempre com novas roupagens, a existência de identidades individuais, ou mesmo coletivas.

Para isso, a cidadania se utiliza da lógica formal, conforme esclarece Novack (2006), contra a lógica formal e sobre a dialética. Ele coloca que diferentemente da dialética, na qual a existência de uma coisa é interdependente da outra, a lógica formal é o processo do pensamento dominado pelas leis da identidade, uma coisa é sempre igual ou idêntica a si mesma (A é igual a A), sob qualquer condição permanece única e a mesma. Descontextualiza a análise da realidade, é a-histórica, desconsidera que o tempo seja condição fundamental da existência, sendo, portanto, válida, quando não se aplica a um objeto real. “Sendo ponto de partida, como o é, será também de todos os erros posteriores”. (Novack, 2006, p.35). Outra lei da lógica formal é a Lei da Contradição, por oposição, na qual A não é não- A . o que coloca a exclusão da diferença na essência das coisas e do pensamento. Como última lei vem a do Terceiro Excluído, na qual se A é igual a A , então não pode ser igual a não- A . Diferentemente, para a linguagem dialética, “as mudanças quantitativas destroem a qualidade velha e trazem uma nova” (Novack, 2006, p.38), tudo está sempre em constante mudança. Na categoria da identidade, como equivalente lógico da imobilidade na existência objetiva, a totalidade da natureza, do menor elemento ao maior, transcorre sua existência entre um eterno chegar a ser e deixar de ser, em um movimento e mudança sem descanso.

Sendo assim, é possível apontar alguns limites da estratégia da luta pelas identidades, por meio de uma análise histórica e baseada na realidade concreta, para que o processo dialético se confirme por meio de uma transformação qualitativa e possa propor alternativas, tanto para o movimento social, quanto para os sujeitos que vivenciam essas questões.

2.2. FALSA COESÃO ENTRE POLÍTICA SOCIAL, ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL

“É como eu falei, o poder público, é só uma face disso. É só o gerente desse tipo de coisa. Ele só gerencia essa situação. Que o capitalismo em si criou, que essa sociedade onde nós vivemos criou” (Coletivo de Comunicadores Populares, 2010).

O contexto de surgimento dos movimentos de luta e reivindicação por políticas sociais se faz necessário, bem como discutir o que no início do século XXI se nomeia como “questão social”, que só pôde emergir com o capitalismo, na luta dos movimentos populares do século XIX, nas mobilizações operárias a partir das primeiras revoluções industriais. Estes movimentos produziram uma dinâmica que associou o objetivo de manutenção de corpos saudáveis e preparados para a reprodução do capital, às reivindicações dos trabalhadores. Essa junção foi decisiva para que os adeptos da teoria liberal e defensores do livre mercado assumissem que o sistema de auto-regulação, contido no capitalismo, não satisfazia às necessidades mais elementares das pessoas, colocando assim, um novo papel para os governos dos Estados. No entanto, o Estado se pautou como uma forma especial de preservação da existência social, fora da concorrência, mas ao lado do capital, conforme apontou Rizzotto, 2000.

O surgimento da questão social com as características atuais se dá nesse momento, com o surgimento da classe trabalhadora, explicitando a contradição fundamental do capitalismo, como modo de produção social, modo de produção que evidencia que quem produz a riqueza não a possui e ainda, que não há espaço para todos no mercado, o que configura a sua

desigualdade fundamental. A questão social é colocada hegemonicamente como a inclusão na sociedade capitalista, dos excluídos desse circuito de produção e troca de mercadorias, dos trabalhadores excluídos do mercado formal, mesmo que seja uma das contradições fundamentais a não inclusão de todos nesse sistema. A questão social vista apenas como uma questão de inclusão encobre a contradição capital-trabalho que traz a desigualdade e a exploração como condição inerente da sociedade capitalista, ou seja, a questão social cai no debate sobre a igualdade de oportunidades, mas não em igualdade de condições. (Behring e Boschetti, 2006).

Discutir de que maneira a questão da opressão se relaciona com a exploração ainda é um desafio para o movimento de teorizar as relações concretas que se dão na sociedade, mas já se tem como consenso que essa relação historicamente torna a vulnerabilidade de trabalhadores que vivenciam a opressão por questões relacionadas à diversidade sexual ainda maior, ou seja, o capitalismo se aproveita e aprofunda suas contradições quando as condições de expressão da sexualidade devem ser escondidas, ou é razão de discriminação, criando assim a ilusão de que bastariam políticas de “inclusão” para que todos acessassem o mercado de trabalho e o consumo, como o que vem acontecendo no início do século XXI. Conforme colocou Saffioti (2011), qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, e aqui fazendo um paralelo com a heteronormatividade, uma vez que a questão da homofobia perpassa essa relação, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformação radical no sentido da preservação das diferenças e eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade. Conflitos podem existir e para este tipo de fenômeno não há solução para as relações sociais de gênero isentas de hierarquias, sem mudanças cruciais nas relações sociais mais amplas.

Netto (1990, citado por Yamamoto e Oliveira, 2010) sustenta que na formação do Brasil moderno existe uma particularidade histórica na relação estabelecida entre Estado e sociedade civil, marcada por processos diretos

da sociedade sendo decididos do “alto” e pela neutralização das possibilidades de emergência de projetos societários alternativos que sejam expressão dos interesses das classes subalternas, e incluindo mudanças culturais, nas tradições, na moral, são lentamente feitas e com sentido intencional. Não estamos vivendo uma época de surgimento de uma nova questão social, mas de “novas manifestações da velha questão social” (Montaño, 2002) da contradição capital-trabalho, luta de classes, desigual participação na distribuição de riqueza social. Essa relação continua igual, mas suas mediações com as questões da sexualidade, do gênero, de raça-etnia, é que estão sendo explicitadas.

No período que vai de 1930 à ditadura militar (pós-1964) houve um sistema de estratificação ocupacional conduzido por práticas elitistas e populistas, por meio da intervenção estatal, aprofundado no pós-1964, na qual a negociação de trabalhadores e donos dos meios de produção, patrões, regulada pelo Estado de forma desigual e controlada, foi substituída pela brutal repressão e intervenção em organizações populares, conforme colocou Yamamoto e Oliveira (2010). A lógica, meritocrática e particularista, fundada na capacidade contributiva do trabalhador foi ampliada, o gasto público residual passa a ser financiado por um sistema tributário regressivo, não redistributivo, que aprofundou as desigualdades sociais, não fazendo frente à dívida social acumulada.

Já com a transição democrática, a chamada “Nova República” (pós-1985) o Estado democrático de direito, de forma hierárquica, mas com mobilização dos movimentos populares importante, impulsionou o Congresso Nacional, ainda sob a influência do regime militar uma vez que parte do Senado havia sido eleito pelo voto indireto, na tarefa de elaborar uma nova carta constitucional (Constituinte que elaborou a Constituição de 1988) trazendo avanços significativos no campo social, mas ainda com traços conservadores.

Conforme apontou Behring e Boschetti (2006) foi mantido: “o caráter compensatório, seletivo, fragmentário e setorizado da política social brasileira no período” (p.144). Avanços e conquistas que, em sua concreticidade, são

pífias, precisaram de anos para sua parcial implementação, com a conquista mais expressiva no campo Sanitário, com a proposição do SUS (Sistema Único de Saúde) e do conceito de saúde integral. Embora com avanços em alguma medida com relação a capacidade organizativa de alguns movimentos, foram avanços na contra-corrente neoliberal.

O neoliberalismo é fundamentalmente um conjunto de proposições políticas conjugando uma atualização do liberalismo com formulações conservadoras e oriundas do darwinismo social (Draibe, 1993, citado por Yamamoto e Oliveira, 2010). Como tal, a própria agenda se adapta às conjunturas nacionais específicas nas quais se implanta, consegue se moldar por meio da contração da emissão monetária, da elevação das taxas de juros, da diminuição da taxa sobre os altos rendimentos, da abolição de controles sobre os fluxos financeiros, da criação de níveis massivos de desemprego, do controle e repressão do movimento sindical e social, do corte dos gastos sociais pela desmontagem dos serviços públicos e um amplo programa de privatizações, tendo como premissas fundamentais o estabelecimento do mercado como instância mediadora de um “Estado mínimo” – expressão máxima é a Reforma do Estado.

Com isso, enquanto o Brasil vivia o “milagre econômico”, o mundo com a crise na metade de 1970 enfrentava um baixo crescimento econômico, explosão de taxas de inflação, com o cenário propício para o desenvolvimento do ideário e da agenda neoliberal. Mesmo com as diferenças entre o desenvolvimento neoliberal nos países desenvolvidos e emergentes, o Brasil era médio (desenvolvimento humano) e com esse período de “milagre econômico” promoveu melhoras em alguns índices específicos, e trouxe a “refuncionalização” de algumas políticas sociais que compreendem dois processos articulados: “precarização e privatização” dos serviços públicos.

A precarização dos serviços e dos programas se dá por meio de dois mecanismos segundo Yamamoto e Oliveira, (2010): com a descentralização dos serviços (transferência para os níveis locais sem condições e recursos necessários, mas com o discurso de territorialização, importante aspecto para o debate); e a focalização (corte de natureza discriminatória para o acesso aos

serviços – comprovação da condição de pobreza). E a privatização, ou parceria com o Terceiro Setor, total ou parcial responde a duas lógicas: a (re)mercantilização (serviços sociais oferecidos no mercado ao consumidor, nova forma de apropriação de mais-valia) e a (re)filantropização das respostas a questão social, ou seja, a transferência para a sociedade civil parte da oferta dos serviços (voluntários) para as parcelas excluídas, aqui entra o “terceiro setor”. As duas modalidades de privatização (mercantilização e filantropização) são, assim, explicitadas por Montaño (2002):

“Este processo seletivo de privatização depende fundamentalmente das seguintes condições: que exista ou se crie uma demanda para os serviços privados (o que só ocorre quando os serviços estatais são insuficientes ou precários) e que essa demanda provenha de segmentos de renda suficiente, que existam incentivos fiscais ou transferência de fundos públicos para as empresas "cidadãs" que assumem as atividades sociais, ou até, que o Estado sub-contrate (de forma terceirizada) os serviços privados” (p. 2).

O início desse processo se deu em conjunto com o surgimento e expansão dos movimentos “libertários” no pós-maio de 1968 de Paris, que trouxe ao debate e reverberou, inclusive para no Brasil, sobre as desigualdades entre os gêneros e a emancipação da mulher como condição para a emancipação do ser humano.

É nesse processo contraditório que o movimento da diversidade sexual ganha força com a parceria com o Estado na formulação e implementação de políticas de saúde, principalmente, e de educação como resposta a epidemia da aids. Por vezes, restringe sua ação junto às políticas sociais a sua própria existência, por não perceber outros caminhos por onde atuar, até grupos organizados, como resposta a esse aprisionamento, que questionam em alguma medida a “terceirização” dessas políticas e o efeito que isso tem para a atuação do movimento.

Com isso, Behring e Boschetti (2006) apontam os limites da análise da política social ao separar a produção da reprodução social. Colocam que apostar na Política Social como solução para a desigualdade, (aqui não mais entendida como inclusão no capitalismo), a crença de que a política social redistribuiria a renda, sem levar em conta a natureza do capitalismo – a social-

democracia no Brasil, ainda que taticamente no capitalismo periférico (embora limitado no neoliberalismo) faz uma remissão do conflito na ordem e contra a ordem. Isso reduz a vontade política dos sujeitos à regulação dos conflitos, à busca de legitimação e de consensos – politicismo (a Política Social como troféu e subestimação das determinações econômicas). Também gera a desconsideração do circuito de valor e pouca qualificação de termos como cidadania (ecletismo teórico); estatismo – a Política Social deve ser reivindicada como direito a ser cumprido pelo Estado, mas ela envolve instituições públicas e privadas, inscritas nas relações entre as classes e seus segmentos.

As visões unilaterais apontam o Estado como espaço de disputa, como um fim em si mesmo, ou bonzinho que quer garantir sua hegemonia e que concede a Política Social, ou a classe trabalhadora que as conquistas por meio de suas lutas – “ângulo político elas são vistas como modo de cooptação dos trabalhadores e do ângulo econômico como forma de reduzir os custos da reprodução da mão-de-obra e elevar a produtividade” (Behring e Boschetti, 2006, p.37). Assim, se faz necessário analisar quais os reais avanços ou não.

Resumindo sua análise histórica, Lênin (2007) citando Engels, fala sobre a função do Estado:

“O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Idéia moral”, “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado” (p.24).

Nessa colocação fica expressa a idéia fundamental do Materialismo Histórico e Dialético sobre o papel histórico e a função do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes, e só

precisa aparecer onde esses antagonismos não conseguem ser conciliados, conforme colocou Lênin (2007), como no caso do movimento social e as políticas sociais.

Ao longo das duas últimas décadas, os sucessivos governos foram construindo aquilo que Montaño (2002) chamou de “tríplice modalidade de resposta à questão social” (estatal, filantrópica e mercantil). Tal processo teve início (de forma organizada e com fôlego) com a "Reforma administrativa" do Estado, levada a cabo pelos dois governos sucessivos de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002). Tratou-se, na realidade, de uma reforma política, subordinada às questões econômicas e prescritas por organismos internacionais como o Banco Mundial (Rizzotto, 2000).

De forma geral, esta reforma consistiu na transformação das políticas sociais que se pretendiam de caráter universalista, com igualdade de acesso, baseadas na solidariedade e responsabilidade social, em serviços fragmentados, oferecidos em três modalidades, conforme a rentabilidade das atividades desenvolvidas e a classe social à qual se destinam (Montaño, 2002): a) serviços mantidos na esfera estatal, por não serem lucrativos e/ou por serem voltados a uma parcela da população sem condições de adquiri-los no mercado (precarizados, focalizados e fragmentados); b) serviços mercantilizados, de qualidade variável conforme o poder aquisitivo dos "cidadãos-consumidores" (lógica empresarial); c) serviços filantrópicos, assumidos pelo “terceiro setor”, geralmente financiados com recursos públicos (dizem minimizar os impactos da oposição às reformas neoliberais, pois permite que a perda de direitos seja apresentada como “parceria entre Estado e sociedade civil”, supostamente mais democrática, participativa e eficiente, embora de controle questionável).

A fragmentação das políticas sociais decorrente deste processo leva a uma fragmentação dos próprios usuários dos serviços, transformando-os ora em "cidadãos-consumidores", ora em “cidadãos-pobres” merecedores de políticas sociais para protegê-los. Segundo Yamamoto (2007), a lógica geral passa a ser algo como: (a) estatal-gratuito-precário; (b) privado-mercantil-bom qualidade e (c) filantrópico- voluntário-qualidade questionável (e virtual

ausência de controles). Separando a realidade social em esferas: primeiro setor o Estado, o segundo setor a sociedade civil, como terceiro. O foco é a mudança das antigas entidades da sociedade civil, como os movimentos sociais, para as chamadas ONGs, tendo como consequência a despolitização dos conflitos sociais, sendo esses repositórios da transferência de recursos públicos por meio do chamado “fundo Público” – uma das facetas da privatização.

Valerá refletir ainda se essas políticas refletem uma necessidade gerada e pressionada pela sociedade, ou se trata da demanda de grupos e facções que compõem as alianças e dão sustentação ao governo, podendo se constituir apenas em instrumentos para criar uma base social de apoio, necessária à imposição de reformas que a elite dirigente julga necessário realizarem ou, mesmo, o quanto elas podem ter de reais avanços para a desnaturalização das questões sobre a sexualidade.

No que se refere ao surgimento dos Direitos Humanos, elencados por Barroco (2009), o analisa como uma prática política da sociedade moderna, que, ao declarar direitos, reconhece que eles não são reconhecidos para todos; logo, precisam de um consentimento social e político, o que, nas sociedades anteriores, não era preciso, pois os direitos eram tidos como concebidos e concedidos por Deus.

Tais direitos, para Barroco (2009), apresentam suas contradições no marco da sociedade capitalista, burguesa no qual foi declarado, como se expressam na seguinte questão: sua universalidade e os limites estruturais de uma sociedade que se reproduz, através das divisões (do trabalho, de classes, do conhecimento, da posse privada dos meios de produção, da riqueza socialmente produzida). Os Direitos Humanos (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais) são fundados na democracia e na cidadania burguesa, o que revela seus limites reais, econômicos e sócio-políticos, dependendo de cada país e do contexto histórico; a sociedade burguesa é fundada na propriedade privada dos meios de produção, o que leva as Declarações de Direitos Humanos a incorporarem esse fundamento de modo contraditório, pois a propriedade é privada, mas as leis são universais, segundo aponta Barroco (2009).

Isto torna evidente a contradição interna existente entre o discurso abstrato da universalidade e a defesa de interesses privados, entre aquilo que prometem os Direitos Humanos e aquilo que podem cumprir, entre a violência que legitimam e o que podem combater.

O Estado não se restringe somente ao uso da força e da violência para garantir a sua legitimidade e hegemonia. Também incorpora determinadas reivindicações das lutas populares por direitos, como nos permite refletir, Lionço (2008), que faz um histórico de conferências ligadas a organismos internacionais de direitos humanos, entre outros documentos institucionais nacionais e internacionais que tratam da temática da diversidade sexual. A autora aponta que existe a tentativa de colocar a necessidade de se apontar para o conceito de equidade, mediante a reflexão e reconhecimento da condição de vulnerabilidade em que se encontra essa população, em relação aos seus direitos humanos. Como articular o avanço da luta pela sociedade realmente igualitária com as questões da diversidade sexual, sem que essa questão seja secundária, mas igualmente estruturante da desigualdade que o capitalismo impõe, ao se utilizar da opressão como forma de se legitimar em sua reprodução?

Novack (2006) aponta que, ao trabalharmos com a lógica formal, como forma de analisar a realidade e atuar nela, é colocada que as coisas existem independentes umas das outras. Tal colocação na realidade brasileira significaria que cidadania e a democracia são as principais formas de atuação do movimento da diversidade sexual, por meio das Conferências Nacionais, Estaduais ou Municipais e os espaços de controle social, fazendo parcerias com o Estado, sem compreender suas limitações e engendramentos.

2.3. OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO MOVIMENTO DA CONSCIÊNCIA: APRISIONAMENTO OU EMANCIPAÇÃO?

A forma como os seres humanos sentem, desejam, analisam sua realidade, como forjam sua subjetividade com relação à sexualidade, exige necessariamente a análise do movimento concreto de vivência dessa sexualidade. Abaixo mais um trecho da entrevista, para ilustrar essa reflexão:

“Eu acho o seguinte, se a Camille tivesse numa classe social elevada, digamos, não estaria indo embora a pé. Porque ela morava próximo da região onde ela foi morta. Ela não estaria indo embora a pé, estaria indo embora de carro. Então a impressão que dá é que isso dá um pouco mais de segurança, percebe? Se a Camille, ao invés de ser travesti, fosse fisicamente homem, isso também garantiria um pouco mais a segurança dela. Porque? Porque a pessoa abordou achando que era uma mulher, aí viu que era uma travesti e por conta disso assassinou ela, ou seja, isso também dá uma certa garantia. Então, essas coisas estão entrelaçadas o tempo todo. A questão racial, a questão de gênero, é muito latente, então a homofobia é muito mais, então tá tudo muito junto. Então quando você junta tudo isso, você tá mais propícia a estar acontecendo” (Coletivo Comunicadores Populares, 2010).

Consciência para Marx e Engels (2004) são pressupostos ontológicos, características centrais e premissas constituídas em um processo social e histórico, dialeticamente, conformando uma síntese permanente entre subjetividade e objetividade. Consciência seria assim o que caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sobre sua realidade e que age intencionalmente para modificá-la, diferenciando ser social e ser natural.

Assim, a vivência da sexualidade nos dias atuais é a expressão de nossa época, como marcada pela história dos seres humanos num contínuo processo de relação entre o individual-particular-universal, tendo como consequência uma síntese, que logo após ter sido, já deixa de ser para continuar seu incessante processo de atualização. Só que, ao invés da leitura reducionista determinista, como algo transplantado da fórmula causa-consequência, a subjetividade é determinada pela história da humanidade em uma relação dialética com a experiência cotidiana e suas ultrageneralizações,

com as contradições, fazendo com que cada um de nós vivencie a sexualidade mais ou menos heteronormativa, pois as condições que nos são dadas de vivência são essas.

As possibilidades de vivências que se diferenciam são reduzidas e profundamente reprimidas, mas nunca deixarão de existir, na inesgotável necessidade e capacidade do ser humano em produzir o mundo no qual vive. Só não se pode ignorar a necessidade de manutenção do *status quo* que a sociedade capitalista nos impõe ao nos alienar dessa análise. Isso não exclui que outras formas de organização da sociedade também não tenham sido assim, e o foram, mas analisamos aqui a forma de organização da produção e reprodução na sociedade sob o sistema no qual vivemos.

A subjetividade e os desejos se formam na relação entre o individual-particular-universal. Essa relação explicita a necessidade de analisar a questão da dominação patriarcal, da heteronormatividade, não só para o capitalismo, mas para qualquer processo revolucionário como ponto importante para não reeditar a opressão, o que por sua vez, nos faria reeditar a exploração. Analisamos que as mudanças da vivência da sexualidade não caminham contra a lógica burguesa, contra as normas da heterossexualidade, pelo contrário, a norma pressupõe algo além da orientação sexual heterossexual, supõe uma forma de vivência desse afeto e desejo, incluindo suas formas de burlá-los, as pessoas devem se organizar em famílias monogâmicas, nucleares, “bichas são melhores e mais interessantes sem filhos” (“expressão popular”) e realmente o são, mais rentáveis para a polivalência exigida pelas empresas e para o turismo do “Pink Money”. Fry e MacRae (1983) já diziam que a: “homossexualidade é certamente negócio hoje em dia e não é preciso observar que o capital só avança onde há promessa de lucro” (p.32).

As características femininas e masculinas podem ser traduzidas para o universo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes: sigla cunhada no meio comercial dos EUA e traduzida no Brasil na qual simpatizante seria aquele que não quer se assumir) reproduzindo seus estereótipos heterossexuais, inclusive os preconceitos são reproduzidos, tais como, a “bichinha afeminada” sofre mais preconceito que aquele que preserva sua performance de gênero dentro do

esperado pelo sexo biológico, as características femininas são desvalorizadas, e o machismo ainda se faz presente mesmo dentro do movimento da diversidade sexual, entre tantos outros exemplos.

Todos os seres humanos são formados em relação aos outros seres humanos e à natureza. Para Lessa e Tonet (2008), Marx contribuiu ao colocar o ser social em uma análise que supera a dicotomia entre sujeito e objeto, tomando como base teórica fundamental a ideia de determinação reflexiva dessas duas dimensões da vida humana.

Para analisar a subjetividade e a consciência através do materialismo histórico e dialético é preciso entender a unidade dialética entre subjetividade e objetividade.

Konder (2000), ao discutir a história da formação do surgimento do ser humano burguês, do ser humano moderno, com a passagem do “sangue azul” para os de “bens”, diz que a elaboração do ideal do ser humano no sistema capitalista é a busca por autonomizar os indivíduos (empreendedores e competitivos). A palavra “moderno” vem do advérbio latino “modo”, que significa agora mesmo.

“Pessoas mais autônomas são também mais complicadas, passam a ter maiores possibilidades de conflitos entre elas e também passam a ter maiores conflitos internos. A ética deixa de ser um conjunto de normas que a comunidade dita para os indivíduos (...) e passa a ser um conjunto de valores pelos quais o indivíduo optou e em nome dos quais ele pode ter que se insurgir *contra sua própria comunidade*” (p.14).

Na sociedade medieval, os seres humanos expressavam sua singularidade não enquanto indivíduo, mas enquanto grupo. Estamos caminhando para a vivência do oposto, ao invés de podermos expressar nossa individualidade, percebemos o esmagamento de nossa singularidade, mesmo tendo condições de conhecer essa possibilidade. O sujeito histórico age de acordo com as circunstâncias, pode modificá-las, mas também corre o risco de reforçá-las ou mesmo se adaptar por completo à ordem social vigente. Essa decisão não decorre simplesmente da vontade individual dos sujeitos abstratos,

portanto, a alienação, neste sentido, não é primeiramente psicológica, moral ou ética, mas é concreta. Assim cada vez mais as relações sociais tornam-se práticas fetichizadas, irrefletidas, degradantes e compulsivas que atingem a todas as classes sociais. O ser humano não se reconhecendo mais em sua produção, se aliena.

Capitalismo, assim, na vivência da sexualidade, cede às pressões quando inevitáveis, mas se mantém no essencial, se reorganiza e se mantém no controle. Konder (2000) justifica que o ser humano burguês é um sujeito eticamente irresolvido. Aquele que se utiliza do critério do “valor de troca” ao invés do “valor de uso” para estabelecer suas relações, mesmo que seja impossível perder o valor de uso por inteiro, e por isso sofre.

Mesmo que internalizando os preconceitos, a atração, o desejo que quebra com a lógica heteronormativa, não consegue ser “curado”. Mesmo que pais de crianças com vivências diferentes de sua sexualidade solicitem atendimento psicológico, como acontece na unidade básica de saúde⁷, em grande parte das vezes, com o intuito de saber como trabalhar para que aquele comportamento indesejado seja modificado, ele não irá sumir e causará sofrimento senão para a pessoa, em grande medida ainda hoje, para a família ou rede de convívio social.

A pequena burguesia, aqueles que não são burgueses (donos dos meios de produção), mas aderem a seus costumes e ideologia, ao terem seu poder de consumo aumentado, ascendem à condição de cidadãos, ao se organizar para extrair vantagens do mercado, adquirem instrumentos que lhes permitem obter algumas concessões. Criam-se novas expectativas e exigências, mas em pequena medida, isso ameaça os detentores do poder político e da riqueza econômica.

Um exemplo prático para pensarmos: em qual medida a atual política de atendimento de transexuais no SUS ameaça a ordem social vigente? O SUS, hoje, diminui, perde investimento, recua, as iniciativas sendo especializadas, não se priorizam efetivamente o percurso hierárquico e básico dessas pessoas

7. Tal evidência pôde ser observada por meio da experiência enquanto trabalhadora psicóloga em uma unidade básica de saúde do município de Campinas há mais de quatro anos.

no sistema, desconsiderando sua humanidade ao fingir legitimar sua especificidade.

Konder (2000), ao citar Sade, diz que ele já se perguntava: se já exploramos uns aos outros no mercado para fins de lucro, porque não o exploraria na cama para fins de luxúria? O uso do outro cada vez é mais comum, se deixa de estabelecer uma relação sujeito/sujeito, para se estabelecer uma relação sujeito/objeto. Sem cair no falso dilema imposto pelo amor romântico, como única possibilidade de vivência da experiência sexual realmente emancipadora.

A percepção dos limites, só é no plano ideal, a condição ideal para um avanço com diversas possibilidades. O desafio colocado para uma comunidade não burguesa, não homofóbica, não machista, não racista, entre outros não, é como conceber um processo de socialização personalizante, como enriquecer o gênero humano, por meio de suas diferenças individuais, considerando os efeitos destrutivos das desigualdades que o mercado como centro da vida social nos engendra e aprofunda. Acreditar que a melhor alternativa contra as opressões e a exploração seja o mercado, é se adaptar ao sofrimento alheio, legitimar a desigualdade e ainda se divertir com esse fenômeno.

O capitalismo, em sua realidade predatória, sufoca pelo automatismo e imutabilidade (Kosik, 1989) da vida cotidiana, que reflete a realidade. Assim, pessoas que vivenciam e assumem as questões da diversidade sexual por vezes optam, ou são levadas, a não romperem com todos os costumes. A lei da união civil pode ser um desses exemplos, no mínimo os mesmos direitos, poder visitar a companheira no hospital, receber visita íntima na prisão, mas o casamento, como uma importante instituição burguesa, estará preservado. O sentimento de posse do outro poderá não ser alterado tanto assim. Tensionar a sociedade não deve ter como objetivo que o Estado apenas dê conta das demandas das pessoas, pois não irá dar, mas subverter sua lógica de existência, desse sistema de organização da produção e, conseqüentemente, da reprodução social (Lênin, 2007).

A reflexão sobre a cotidianidade é uma consequência da absurdidade, conforme aponta Kosik (1989), em que a realidade histórica colocou o

indivíduo. Martín-Baró, (2000) aponta como modelos, modos de vida comprometidos com a ideologia dominantes, pautam-se pela naturalização das relações de produção e da própria desigualdade social. Homens e mulheres são assim definidos e polarizados por nascerem com pênis e vagina, e isso diz sobre suas expectativas de desenvolvimento, performances de gênero para a reprodução da vida. Ela já está bem traçada, pré-definida.

Ao analisar a ética como atividade que permite ao indivíduo sair de sua singularidade para estabelecer uma conexão consciente com o humano genérico, Barroco (2006) traz à tona a possibilidade de, por meio da ética, termos uma atividade universalizante, mesmo quando realizada por um indivíduo particular, pois sua razão de ser é a de estabelecer a conexão entre a singularidade e a genericidade do ser humano. Trata-se de uma capacidade fundada no poder de escolha, fundada na autonomia crítica que ultrapassa o nível do automatismo, da repetição espontânea, da tradição, do hábito, da reprodução da alienação no campo do comportamento ético-moral, para recriar a vida de forma cada vez mais criativa e livre. Assim, a diversidade significa um elemento positivo, pois explicita algo valoroso, como elemento de explicitação do próprio ser humano, como ser humano-genérico, rico em necessidades e formas de satisfação.

Já os esquemas de valoração a-críticos, fundados na repetição e na imutabilidade das coisas, contribuem para a constituição de valores e de uma moral atreladas aos objetivos práticos, tais como: dominação e exploração. É por meio da ideologia que a docilidade e a passividade são convertidas em virtudes. Mas como colocou Martín-Baró (1997), a função da consciência “para si” é desideologizar as relações sociais e de produção.

A consciência é um processo, como aponta Iasi (2007), sendo que o que importa nela são suas leis de transformação, desenvolvimento e as transições de uma forma para a outra, enquanto formas de união dos seres humanos em sociedade. Ela se forma no processo de adaptação a uma determinada ordem societária, por isso a necessidade de se analisar a história de sua formação. Como discutiu Lukács (1920):

“embora consista, a essência da história, em que "nada se produz sem desígnio consciente, sem fiz desejado", a compreensão da história exige que se vá mais longe, definir as forças motrizes que põem em movimento independente da relação com a consciência (psicológica) que os *seres humanos* têm dela” (s/p).

A reflexão sobre o processo da consciência, seu movimento e caminhos, começa por seus resultados acabados, embora sempre em transformação, enquanto formas que a partir, das relações econômicas objetivas, das relações de produção, dominam todas as relações dos seres humanos entre si (e, por conseguinte, também as relações dos seres humanos com eles próprios, com a natureza, etc.), não subtraindo o devir e não ataca o interior do domínio da validade dessas formas (Lukács, 1920).

Assim, como processo, ela contém elementos e valores interiorizados, permitindo também que o ser humano entre em contradição em determinadas situações produzindo alterações qualitativas no processo de consciência. Como coloca Iasi (2007), podendo os indivíduos ver nos outros sua própria contradição, permite ações coletivas e a emergência da chamada consciência “de si”.

No texto “Consciência de Classe”, Lukács (1920) discorre que o pensamento burguês é a apologia da imutabilidade das coisas, a naturalização das relações, que ou tenta suprimir o processo histórico das coisas, colocando as leis eternas da natureza, ou tenta eliminar do processo histórico tudo que tem um sentido, “que visa a um fim, e ater-se á pura “individualidade” das épocas históricas e de seus agentes humanos ou sociais, reino irracional de potências cegas.” (s/p)

Nesse processo de desenvolvimento da consciência tem-se a alienação como processo intrínseco a ela e que sustenta a ideologia. Para Marx (citado por Iasi, 2007):

“As idéias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais concebidas

como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, as idéias de sua dominação.”

Assim, a alienação para Iasi (2007), discutindo com Marx, se daria em três níveis. O primeiro seria que ao viver o trabalho alienado, o trabalhador se aliena de sua própria relação com a natureza, se distanciando do produto do seu trabalho, ele se torna estranho e se fetichiza, o próprio trabalhador se coisifica. Já no segundo nível a sua ação deixa de ser uma ação própria da vida para se tornar “um meio de vida”. E, no terceiro nível, o ser humano se afasta do vínculo que o une à espécie, à humanidade, à produção social da vida, e se metamorfoseia num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular. Assim, a ideologia é o afastamento do ser humano das relações materiais de sua existência, que passam a ser tidas como idéias, naturalizando o vínculo que estabelece com a realidade, desvinculando os elementos componentes da visão de mundo de seu contexto e história. Ao perceber essa contradição insolúvel estabelecida pelo modo de produção capitalista surge à primeira crise do indivíduo, a revolta.

Embora se questione a existência de estratificações possíveis, apreendendo a consciência como um movimento de avanços e retrocessos, o primeiro estágio para Iasi (2007) expressa a representação mental que todo ser humano tem de sua vida e atos e, citando Marx (2007) coloca que: “A consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente” (p.13)

O segundo estágio seria a consciência “em si”, de reivindicação da solução de um problema ou injustiça de alguém, ela se baseia na vivência das relações imediatas, não mais apenas do ponto de vista do indivíduo, mas do grupo, da categoria, podendo evoluir para a consciência de classe. Ela se dá na identificação com o outro, percebe os vínculos e a identidade do grupo, seus interesses próprios, que conflitam com grupos opostos. Ela é parte fundamental da superação da primeira forma de consciência, da alienação, mas ainda com traços não superados. Algumas conseqüências da estagnação nessa etapa seriam: corporativismo, carreirismo e a burocratização. Alguns passam a ter

status, uma estabilidade e um poder que antes não tinham: “Antes vivíamos para denunciar a miséria...hoje vivemos dela. Abrimos mão de nosso desejo para nos rendermos à satisfação da sobrevivência imediata.” (Iasi, 2007, p.33)

Neste estágio, a consciência ainda é prisioneira das aparências, ainda se alimenta da vivência particular e das inserções imediatas e não encontra nesse âmbito os elementos necessários à sua superação. Não ultrapassar a simples negação de uma parte, acaba por distanciar o indivíduo de sua meta revolucionária, buscando novamente mecanismos de adaptação à ordem estabelecida. Trabalha com os efeitos, mas não com as causas. Essa contradição pode levar o indivíduo em seu processo de consciência para um novo patamar: a busca da compreensão das causas, o desvelar da aparência e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações. Buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la. “É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reinvidicação pela transformação” (Iasi, 2007, p.34)

Desvendando parte da contradição fundamental entre a produção social e a acumulação privada, agora cobra do capital (ex. greve) uma parte daquilo que produziu e que lhe foi retirado, ao se assumir enquanto classe, o proletariado nega o capitalismo, afirmando-o (consciência “em si”), mas precisa assumir para além de si mesmo, negar a si, (consciência “para si”), tarefa histórica de superação dessa ordem. Como coloca Lukács (1920):

“Pois, assim como se pode estar acima das limitações de fato que fazem os indivíduos, tomados um a um, sofrer as estreitezas e os preconceitos próprios à sua situação vital, do mesmo modo não se pode ir além do limite que lhes é imposto pela estrutura econômica da sociedade de sua época e pela posição que nela ocupam. Pois a consciência de classe é, considerada abstrata e formalmente, ao mesmo tempo uma inconsciência de sua própria situação econômica histórica e social, determinada de conformidade com a classe.” (s/p)

A consciência de classe, “para si”, só se efetivará com essa dupla negação: num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda sociedade por sua emancipação contra o capital. A

questão dos movimentos sociais entra aqui, no sentido de analisar como se dá a passagem da consciência “em si” para a consciência revolucionária, ou “para si”. Abre-se uma importante contradição, esse processo é social, envolve mais do que a ação individual, a de classe, podendo haver dissonância entre o indivíduo e sua classe. A tomada de consciência ou o amadurecimento de sua consciência nem sempre é acompanhada das condições objetivas de realizar as tarefas que a história lhe impõe, mas só se efetivará enquanto tal quando essas condições objetivas forem possíveis. Marx dizia que a humanidade não se propõe tarefa que não possa resolver.

A consciência não se realiza dentro dos limites do pensamento, age no campo da prática, esse será um novo indivíduo em conflito. O indivíduo em conflito é isolado como se não expressasse uma contradição, mas como se fosse ele mesmo a contradição, inclusive por conta das dificuldades, que são vistas como impossibilidades, colocada pelas condições concretas, podendo voltar a patamares anteriores, como a revolta isolada ou mesmo a alienação, justificativas mais elaboradas, ou mesmo o ceticismo, hipocrisia, entre outras.

Na sociedade capitalista, o foco é o indivíduo, como célula isolada e auto-suficiente, em harmonia com a concepção de ser abstrato, trabalho alienado e propriedade privada. Então, como transcender a vivência individualizante? Apenas com a noção de que somos uma classe, que ao se reconhecer, mesmo que isso não seja possível no capitalismo, mas que já tem o seu germe, mas o processo desse reconhecimento já nos levaria a superação dessa contradição, da sociedade dividida em classe. Senão, cairíamos na questão, como coloca Iasi, (2007), de que a transformação revolucionária se daria primeiro materialmente e só depois é que o universo das idéias vai se transformando automaticamente, ainda que preservada a determinação material e, segundo o autor:

“Portanto, a transformação das consciências não está além da luta política e da materialidade onde esta se insere. É ao mesmo tempo um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação” (p.43)

Estabelecendo a relação com a totalidade concreta, de onde saem as determinações dialéticas, para Lukács (1920), é possível superar a mera

descrição dos fenômenos e alcançar a categoria da possibilidade objetiva. Consciência e totalidade relacionados estabeleceriam a relação que torna possível descobrir os sentimentos e pensamentos dos seres humanos, em uma situação vital, não como uma pensamento individual, mas como ação historicamente decisiva da classe como totalidade.

Em síntese, o importante para Lukács (1920) é saber em que medida estão os seres humanos em condições de se tornarem conscientes das ações que devem executar, e efetivamente executam, para conquistar e para organizar sua posição dominante. Pois o que importa é a seguinte questão: que ponto a classe em questão cumpre “conscientemente”, até que ponto “inconscientemente”, até que ponto com uma consciência “justa”, e até que ponto com uma consciência “falsa”, as tarefas que lhe são impostas pela história. Sendo que as soluções e categorias não são acadêmicas e nem científicas, mas surgem na prática.

Assim, Iasi (2007), aponta três momentos da tomada de consciência de classe “em si” para a consciência de classe “para si”: 1) subordinada ao capital, 2) aquela que rompe com a ordem vigente, mas ainda não leva até as últimas conseqüências, que não rompe com o juridicismo que permeia as relações de classe (cidadania) e, 3) aquela consciência que entende que o Estado serve a uma classe e que por isso é necessário romper com o aparato jurídico-estatal burguês, tomando o poder político para pôr fim, posteriormente ao Estado, por fim a reificação e a todas as formas de exploração de uma classe sobre a outra, pela via do trabalho livremente associado. Em qual momento o movimento da Homossexual/LGTTB/Diversidade Sexual se encontra?

A emancipação pela mediação do Estado realizada pelo ciclo revolucionário burguês, segundo Iasi (2007) produz uma cisão pela qual o ser humano passa a possuir uma “dupla existência”: esfera pública X esfera privada, mais do que isso “vida genérica” X “vida egoísta” (ser comunitário e indivíduo privado), assim o indivíduo transforma os outros seres humanos em meios e acaba por degradar a si mesmo como mero meio, se reificando. Reificação é o processo complementar à fetichização. Enquanto a fetichização atribui poderes e características humanas às coisas, a reificação coisifica os

seres humanos. Superar essa condição é o desafio colocado para os movimentos sociais, que não estão colocados a priori como movimentos classistas. Como as especificidades do movimento social da diversidade sexual se relacionam com a busca pela emancipação humana?

A contraposição entre Estado político e sociedade civil (burguesa) faz com que o indivíduo, além de se reconhecer no Estado como ser genérico, caia na ilusão de que se torna genérico graças ao Estado. Essa divisão encobre a real divisão da sociedade, a luta de classes, entre quem é dono dos meios de produção e quem produz, por meio do trabalho. Após a II Guerra Mundial a democracia liberal, segundo Iasi (2007), coloca o ser humano como coletivo de maneira sofisticada no Estado, enquanto é despojado de seu caráter coletivo na vida material. É expropriado de seu real caráter coletivo em nome de uma “universalidade” que não existe. Dualidade entre os indivíduos como *bourgeois* (membro da sociedade civil) ou *citoyen* (indivíduo com direitos políticos) em relação ao Estado; mulher/cidadã; sem terra/cidadão, e aqui, homossexuais, travestis, gays, lésbicas, drag queens, entre outras/cidadãs.

Assim, o método Materialismo Histórico e Dialético coloca a necessidade de transformar a sociedade a partir das relações sociais de produção e reprodução e não simplesmente através das alterações na forma do Estado. A emancipação humana exige superar três mediações essenciais, segundo Iasi (2007): mercadoria, capital e o Estado. A produção da mercadoria tira o caráter genérico do ser humano, pois ele não se reconhece em sua produção, fetiche da mercadoria e reificação do ser humano. O capital pela mediação do Estado, que coloca a falsa universalidade do capital, afirma que somos todos cidadãos, membros da sociedade burguesa, e não reconhece a sua diferença, a sua divisão, dono X trabalhador. E por fim, o Estado como expressão política do mercado, que precisa ser superado para a emancipação humana, com manifestações de dominação e violência, indo contra a ordem democrática vigente hoje, pré-história da humanidade, pois colocamos as nossas formas de associação com traços de subordinação dos seres humanos a algo colocado fora deles, é necessária a superação das mediações que se interpõem entre o humano e o seu mundo, assumindo de forma consciente e planejada o controle do destino humano.

Para a ordem vigente, o capitalismo em sua versão neoliberal, o indivíduo seria o centro e o objetivo da ordem social. Assim, a autonomia plena só seria alcançada na sociedade em que o Estado representasse a justiça, a democracia, assim a liberdade humana estaria estrangida por algo fora dela, conforme apontou Iasi (2007), comumente contra ela, reproduzindo a insociabilidade, abandonando assim o ser humano em sua concretude, pela abstração, ignorando o fato de que a história da humanidade deixou um patamar sobre o qual agir. Assim, a transição socialista tem por objetivo criar as condições materiais para a extinção das classes e do Estado e não fortalecimento do Estado burocrático. (Iasi, 2007)

Com o debate acerca das políticas sociais como marca do compromisso social, de implicação estar-se-ia lidando com a produção de sujeitos emancipados, mas o que vem se consolidando com o efeito das modulações do capitalismo, é a separação entre produção e produto, portanto, entre processo de subjetivação e sujeito. Esta separação tem como consequência a captura da realidade em uma forma dada, tida como natural, mas que deve ser entendida como forma construída e passível de análise.

Assim, a análise deveria incidir no circuito de repetição, no qual o sintoma, a forma, é produzido como algo natural, de modo à nele produzir desvios que forcem a repetição a diferir.

Fazer política seria assim, pensando a relação das políticas sociais e da diversidade sexual, tomar a inseparabilidade da dimensão da experiência coletiva, como aquela geradora dos processos singulares. Neste sentido, os processos de subjetivação se dão num plano coletivo, plano de multiplicidades, plano público e econômico.

Alguns autores também nos ajudam a pensar sobre essas questões como Vygotsky (2004), ao colocar que a concepção sobre como a subjetividade do ser humano é formada é através da relação com o meio no qual vive. Tal qual um indivíduo só existe como um ser social – como um membro de algum grupo social, em cujo contexto ele segue o percurso do desenvolvimento histórico, a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir em uma variável [*quantum*]

dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última, ou seja, somos seres históricos.

O contexto social converte-se assim, em uma espécie de natureza, um pressuposto inquestionável, frente a cujas exigências “objetivas” o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas de modo individual e “subjetivo”.

Assim, após uma breve análise possível da totalidade, que compreende o modo de vida relacionado à sexualidade nos dias atuais, a relação de disputa entre movimento social e Estado, por meio das políticas sociais nos remete a como o movimento percebe esse movimento do real, como ele vê a função da política social nessa luta, como eles avaliam um processo de construção da política social já instituído e assim, como esse movimento revela o movimento da própria consciência. Esses serão os objetivos aqui a serem analisados.

3. OBJETIVOS

Este trabalho objetiva analisar de que maneira a luta do movimento social da diversidade sexual, movimento na qual o debate sobre a luta de classes é um ponto de tensão, circunscrita a luta pelo direito humano e a política social, provida pelo Estado, como instrumento burguês, pode nos auxiliar na apreensão do movimento da consciência como sendo por vezes um “freio” para a consciência de classe, mas podendo ser aquele que revela, explícita a contradição inerente ao capitalismo. Considera-se que movimento da consciência é marcado por idas e vindas, retrocessos e avanços, mas que situa a necessidade histórica da superação da luta de classes, com a análise da função de seus mecanismo de reprodução e perpetuação de preconceitos.

3.1. OBJETIVO GERAL:

Analisar o que pensa os integrantes de um grupo organizado de ativistas do movimento da diversidade sexual sobre a função da política social para a diversidade sexual, a função do instrumento de participação popular da conferência municipal desse segmento, apreendendo a relação entre Estado e movimento social, na formulação e implantação dessa política e os caminhos da consciência na relação entre realidade concreta, entre subjetividade/objetividade.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar o que pensam ativistas de um grupo do movimento LGBT sobre a função da política social do município de Campinas/SP;
- Apreender como esses ativistas avaliam o processo das Conferências Municipais de Políticas Públicas para LGBT,
- Identificar e caracterizar os elementos de consciência presentes na visão desses ativistas.

4. MÉTODO

“E a sociedade está o tempo todo falando que isso pode acontecer. Que, querendo ou não é isso que você ouve o tempo todo, entende. Tanto que quando a Camille morreu, ninguém..a primeira pergunta não é ”gente, que horrível”, não é um assustado, na verdade a pergunta que vem é “o que ela fez?”. Você já culpabiliza. (...) Quer dizer, Camille, por ser travesti, por se assumir, foi condenada a morrer por essa sociedade, a morrer de paulada.” (Coletivo de Comunicadores Populares, 2010)

Conforme coloca Vieira (2007), deve-se ter uma coerência teórica entre método, categorias e conceitos que embasam o trabalho, assim, ao eleger um método, se escolhe um caminho, que pode levar a outros caminhos, alcançando um fim proposto ou não. Mas nessa disputa de métodos, no âmbito da produção do conhecimento e na produção de políticas sociais, está em disputa visão e projeto de mundo, que revelam a tensão e o interesse antagônico das classes. A classe que detêm esse poder detêm a “explicação” sobre o mundo.

Assim, Delari Jr (2011) pontua que este autor coloca duas questões centrais: a primeira é sobre a busca da verdade, que se remete a questão dos “fins” almejados: “*a busca da verdade*” como pertinente à potencialização de uma prática transformadora; e a segunda questão fala sobre os “meios” para atingir tais fins: “*os caminhos da cognição*”. Na proposta metodológica histórico-cultural, que o autor utiliza, a relação entre os meios do conhecimento científico e os seus fins tem valor substancial, sendo postulada de modo indissociável. (a) “os fins não justificam os meios” – ou seja, não se pode admitir que em nome de um fim tido como significativo, relevante, ou “elevado”, qualquer recurso seja válido para atingi-lo; mas também (b) “não há fins sem meios” – ou seja, qualquer finalidade que nos coloquemos como legítima, edificante, ou mesmo “nobre”, esvazia-se de propósito caso não sejam criadas formas concretas para realizá-la, ainda que não tão perfeitas quanto desejássemos. Por mais contraditório que isso seja na experiência humana: toda consciência tende a ação. O método vem determinado em todos os pontos pelo *objetivo a que conduz*. Por isso, a *prática* reestrutura toda a metodologia da ciência.

Surge então, ao longo dos anos de atuação do grupo, o histórico de participação em cinco conferências municipais para políticas públicas para LGBT. O município de Campinas é o primeiro no país a realizar uma conferência específica para o segmento da diversidade sexual. Processo iniciado no ano de 2003, resultado da implementação por parte do governo municipal do Orçamento Participativo, instrumento de participação popular que tinha como objetivo ampliar a participação popular no planejamento e implementação das políticas sociais na cidade. Foram assim realizadas três conferências, organizadas principalmente pelo movimento social da diversidade sexual, 2003, 2004 e 2005. Já as duas seguintes, 2009 e 2011, foram organizadas pelo poder público, que convidou o movimento social da diversidade sexual para compor a comissão organizadora, no bojo da realização das duas primeiras conferências nacionais específicas.

Para a análise dos dados levantados, por meio da reunião de planejamento do grupo participante na V Conferências serão utilizadas as “unidades de sentido” de Vigotski. Ele diferenciava a análise em “*elementos*”, os quais perderiam as características essenciais da totalidade que se pretende estudar, da análise por “*unidades*”, que seriam partes do todo capazes de preservar as contradições essenciais dele. As unidades de sentido foram assim a metodologia de análise dos resultados em um processo que Delari Jr (2011) baseado em Vigostki, pontou: (a) Deve-se estudar processos não objetos (ou seja, imóveis, estanques). (b) Deve-se buscar explicar (saber as causas) desses processos e não apenas descrevê-los (apontar seus efeitos superficiais). (c) Em decorrência de (b), deve-se investigar os processos em busca de sua essência e não apenas de sua aparência (embora haja uma dialética entre o aparente e o essencial). (d) deve-se estudar os processos aparentemente sem vida (petrificados, fossilizados, naturalizados) resgatando os movimentos vitais que o geraram antes de se tornar automatizado, aparentemente imediato

A questão sobre a relação das políticas sociais, e as efetivas mudanças sociais, remonta a um corpo de conhecimento que não somente explica a realidade, mas a analisa a partir de elementos nem sempre disponíveis para os interessados nessa relação. Somente através da crítica como ferramenta,

conforme apontam Dafermos e Markavis (2006), que estabelece relações e contrastes da prática política, será possível uma compreensão e superação gradual das necessidades vivenciadas pelos sujeitos analisados, e os dilemas enfrentados pelos movimentos sociais.

A luta contra a opressão daqueles que vivenciam as questões da diversidade sexual, como fenômeno possível de ser analisado, não pretende se esgotar em si mesmo, através dele pretende-se confrontar e relacionar com processos e fenômenos que o transcendem, o localizando em uma totalidade concreta, em uma determinada formação econômico-social. Fazer isso requererá uma abstração intelectual que permita extrair dele, os significados não imediatamente dados ou relacionados, mas se utilizar da razão como produto principalmente do pensamento já elaborado e sistematizado. Segundo Rizzotto, (2000):

“Este procedimento que ocorre em nível mental, como abstração, e que permite visualizar as mediações e determinações, provoca duas mudanças significativas: uma no objeto, que visto em movimento sofre constantes transformações, e a outra no próprio sujeito, que a cada nova aproximação já não é mais o mesmo. Daí a necessidade de, constantemente, confrontar-se o produto da abstração com a realidade, para não cair no subjetivismo ou no idealismo, pois o concreto real não é só exterior, mas anterior ao pensamento que o apreende.” (p.30)

O trabalho se utiliza do método Materialismo Histórico e Dialético, como instrumento lógico de interpretação da realidade e, conforme abordou Martins, (2008), a dialética deveria ser a lógica que rege o movimento da prática profissional, da atuação do movimento e da produção do conhecimento. O mundo material, a história de luta contada, está em constante movimento, é um movimento histórico em que se relacionam passado-presente-futuro, em constante contradição. Essa contradição surge a partir de antagonismos no processo de produção social, característico de nossos tempos, do modo de produção capitalista. Nesse processo nega-se a realidade em sua lógica formal e, segundo Novack (2006), a:

“Lógica formal acredita que ela se desenvolva essencialmente na mente, descolada da sociedade e da natureza, enquanto a lógica materialista (marxista) coloca que o que acontece na mente humana,

tanto em conteúdo quanto em estrutura, é inseparável do que acontece nas relações sociais e no mundo físico, e que a evolução do pensamento é parte do processo total de evolução orgânica. (p.13)”

A lógica formal requer um universo estático (lei da identidade e da exclusão): a desigualdade é uma manifestação da diferença e a diferença indica presença e atuação de uma mudança, se a diferença for excluída não há movimento real. A lógica formal coloca que as coisas existem independentes umas das outras, já a dialética é a lógica do movimento, evolução e da mudança (contraditória), investigadas por meio da totalidade concreta, e analisada por meio da realidade material. Sendo assim, Martins, (2008) destaca que a lógica dialética incorpora a lógica positivista, formal, por superação: identidade dos contrários, na qual os opostos não são confrontados exteriores um ao outro, mas constitutivos um do outro, é a unidade indissolúvel dos opostos (objetivo como subjetivo, o externo como interno, o individual como social, o qualitativo como quantitativo, etc).

A validade da reflexão, da teoria, e do movimento da consciência, por quais caminhos ela percorre, assim, seria conseguida através da práxis, que vai além da aparência do fenômeno, com a união dos contrários no interior das totalidades dinâmicas e vivas, entre o fenômeno e sua essência, entre as leis e o fenômeno. Para Kosik (1989), “o fenômeno indica a essência e a esconde; e sem a compreensão do fenômeno em suas manifestações, a essência seria inatingível” (p.12). A forma é cheia de conteúdo e “preenche de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas por meio da abstração do pensamento, que é pensamento teórico.” (Martins, 2008, p.10) Assim, não bastam apenas descrições acuradas, ou se ter uma relação íntima com o objeto estudado, ou com o contexto de investigação, é preciso sair da *pseudoconcreticidade*, indicada por Kosik (1989), para não cair num pseudocientificismo, como aponta Martins (2008), ao colocar que esse tipo de conhecimento muito facilmente pode ser capturado pelas ideologias dominantes, e ser posta a serviço da manutenção da ordem social, que universaliza as relações sociais de alienação.

A totalidade enquanto outra categoria de análise, utilizada pelo Método Materialista Histórico e Dialético, é utilizado como processo que se dá a partir das relações de produção e suas contradições. Esse processo se constrói na intrínseca e constante relação entre singular e universal, tidos não como opostos excludentes, mas constitutivos um do outro, mediados pela particularidade entre o específico e o geral. Como opostos que se identificam, esse movimento contraditório revela a contínua tensão entre eles, e se manifesta na configuração particular do fenômeno estudado aqui, a luta contra a homofobia e a consciência de como essa luta se insere na vida concreta dos seres humanos. A concretização da universalidade está no vir-a-ser da singularidade, mediada pela particularidade.

Pretende-se assim, acompanhar o movimento da consciência presente em integrantes de um grupo organizado do movimento social da diversidade sexual, por meio da discussão ocorrida dentro do próprio espaço do movimento sobre a função de uma política social, tida como uma parceria entre Estado e movimento social, para o combate da homofobia, ou garantia de Direitos Humanos, as pessoas que vivenciam a diversidade sexual de forma mais excludente da heteronormativa, por meio do processo, evidenciado, do fenômeno de construção e implementação de uma dessas políticas na cidade de Campinas-SP, situando essa construção em uma determinada formação histórica, do modo de produção e reprodução da vida. Por isso, não nos baseamos em uma análise do que seria a priori os conteúdos da consciência de classe “em si” e “para si”, pois são dimensões relacionais, como coloca Lasi (2006) manifestando-se no campo da práxis, entre a negação e o consentimento da ordem.

Aqui a realidade, que encerra a materialidade histórica dos processos de produção e reprodução da existência do ser humano, é a vivência no capitalismo, e embora a homofobia não seja exclusividade, assim como o machismo ou a misoginia, ele se aproveita deles para se reproduzir, então o conhecimento sobre essa realidade é, por conseqüência, apenas um meio pelo qual a consciência, assimilando-a, a reproduz intelectualmente em um movimento contraditório, com bases em premissas concretas na vida pessoal de um movimento social real. A priori, a atividade intelectual em nada altera a

existência concreta do fenômeno, como colocou Martíns (2008), essa alteração só é possível quando a atividade teórica orienta a intervenção para a prática transformadora da realidade.

No debate acerca da aplicabilidade de seus resultados, também se faz necessário colocar que a questão como é analisada, pressupõe uma determinada lógica de pensamento, ou seja, se a abordagem qualitativa de cunho crítico é acusada de não ser de fácil aplicação prática, isso já supõe que esteja de certa forma criticando não apenas os resultados obtidos em uma análise, mas o processo de construção desses dados, dessa intervenção, inclusive com a possibilidade de indicar as dificuldades em se mudar a sua lógica de funcionamento. Assim, pretende-se extrapolar a produção do conhecimento acadêmico, dentro da institucionalidade que o produz, e trazê-lo a função primeira que é o diálogo, a reflexão, e o alimentar da produção de novas práticas. O trabalho de pesquisa é também uma questão ético-política, e tem na prática social seu processo fundante da construção do conhecimento, e nela residindo seus critérios de validação. (Martins, 2008)

Com isso, pretende-se abranger a experiência vivida por um grupo de ativistas que ao mesmo tempo são “alvo” dessas políticas sociais e “atores” de sua formulação. É extrapolar os limites de quem esteve desde então participando do processo, para ganhar, ou não, outros espaços e práticas.

4.1. CONTEXTO

“...À medida que a manifestação ia descendo e tomando o centro da rua, ia aumentando a quantidade de transeuntes: consumidores na véspera do dia dos pais. Paravam em volta, olhavam. Alguns perguntavam. Ouvia-se o burburinho das lojas em promoção que mesmo perante o luto, continuavam entoando propagandas pelos microfones dos vendedores. Um misto de cotidiano consumista e procissão, um encontro de duas realidades. O luto ia adentrando no dia a dia capitalista da Treze de Maio.” (Coletivo de Comunicadores Populares, 2010)

O contexto de pesquisa é a cidade de Campinas, que conta com um pouco mais de um milhão de habitantes, segundo censo realizado em 2010.

(IBGE, 2010). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2000, colocam a cidade como centro de uma região metropolitana, que conta com mais de dois milhões de habitantes, agregando 19 municípios. Uma cidade considerada centro tecnológico e industrial, que representa 3% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, que convive com diferenças econômicas, bairros da elite que não escondem a pobreza e a miséria a seu redor, que apesar da diminuição do número de pobres miseráveis não esconde a calamitosa concentração de renda no país, apontando para as disparidades vividas em seu território, bairros com indicadores elevados de inclusão social, ao mesmo tempo, bairros com altos indicadores de exclusão.

A diversidade sexual entra nesse contexto como mais uma forma de exclusão e opressão. Apesar da dificuldade em se ter dados sobre a temática, o CREAS LGBT – (Centro de Referência Especializado da Assistência Social - LGBT) registrou 290 casos de violência contra homossexuais entre janeiro de 2005 e maio de 2010. O mapeamento desse tipo de agressão foi divulgado no debate “Direito à Diferença”, realizado no dia 16 de julho de 2010 na Câmara de Vereadores. Quando ainda se chamava Centro de Referência GLBTT, realizaram em 2005, o “Mapa da Violência e Discriminação em Campinas” (PMC, 2005), apontando para as dificuldades em se levantar esse tipo de dado, inclusive sendo a primeira cidade no Estado a realizar esse tipo de levantamento. Os motivos apontados para essa dificuldade foram: o medo de se identificar que tem a vítima de violência, do não reconhecimento/naturalização da discriminação e do preconceito, e a vivência marginal, como no caso das travestis e transexuais em situação de prostituição.

Em pesquisa de 2009, a Fundação Perseu Abramo (2010), identificou 25% da população brasileira como homofóbica. O que nos leva a pensar sobre a naturalização/aceitação da violência contra essa parcela da população. Para, além disso, trabalhamos nesse estudo com a concepção que extrapola as identidades das “letrinhas LGTTB”, mas que a discriminação e o preconceito contra as pessoas que vivenciam a diversidade sexual, abarcaria as pessoas que vivenciam a sexualidade que extrapola a vivência da heteronormatividade, ou seja, o número de pessoas aí contempladas aumentaria, aumentando assim

o tamanho do problema enfrentado. Ser diferente, em um contexto no qual a diferença diminui a condição digna de existência de uma pessoa, não seria uma escolha, mas uma condição multifatorial, e que pode impor sofrimento, mesmo quando o segredo, ou o “armário” é escolhido/imposto como forma de vida.

Tem-se assim, o panorama de existência de quatro grupos de ativistas organizados em torno dessa temática, na cidade de Campinas/SP. O Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual, o Mo.Le.C.a (Movimento Lésbico de Campinas), o E-Jovem e o aos Brados. Desde o ano de 2008, eles não se organizam mais em um Fórum Municipal, que os convergia na ação por divergências políticas, por isso a escolha por um desses grupos de atuação e não um fórum mais ampliado.

Na cidade considerada como “cidade gay”, pelo imaginário popular do país, o que se tem não é uma realidade exclusiva. Apesar da homossexualidade nunca ter constado do Código Penal Brasileiro, como já constou ou ainda consta em outros países, onde pode ser punido até com a pena de morte, a discriminação, o preconceito e a violência são tidos como natural, ou aceitável.

4.2. CENÁRIO

O cenário é o movimento social, o Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual, o qual freqüente desde meados de 2006, mas oficialmente, como coordenadora, embora isso não seja critério de inclusão no grupo, desde dezembro do mesmo ano. Este grupo realiza reuniões dominicais, nas quais pensa em estratégias de combater e superar a homofobia, bem como mais recentemente, qualquer forma de estigma e preconceito contra formas marginais de vivência da sexualidade. O grupo existe desde o ano de 1998, é um grupo com inserção reconhecida na cidade, com alguns de seus militantes de inserção no movimento LGTTB nacional, mas que vem ao longo de seu percurso traçando um caminho “um pouco” mais à margem do movimento hegemônico, e sofrendo as conseqüências por isso. Há

três anos, quando ainda participava da organização da Parada LGBT da cidade, ela era considerada como a Parada mais politizada do país.

Nesse cenário, surgiu a vontade de sistematizar o conhecimento e aprofundar a reflexão teórica sobre a diversidade sexual. Analisando que a inserção nessa área não se deu inicialmente pelo trabalho como psicóloga, a atuação junto ao movimento social como ativista-militante não se deu por esse viés, mas pelo viés da vivência marginal da sexualidade, quando fui buscar o grupo e o primeiro contato foi um ato, manifestação, nos moldes de um “Beijaço”. Neste ato contra a homofobia, acabamos sendo trancados, ativistas e participantes que se uniram durante a sua realização, por duas horas, dentro da sorveteria que era acusada de ter sido homofóbica, em meados de 2006. Um intenso debate se seguiu com a dona do estabelecimento e com a polícia (Guarda Municipal e Polícia Militar) sobre o que havia acontecido, e qual a razão para terem nos mantido presos. A atuação do grupo se dá na luta por políticas sociais para a diversidade sexual e pela efetividade delas, o combate a discriminação motivada por homofobia, machismo e racismo, a construção da luta pela diversidade sexual não cooptada pelo Estado, ou seja, o movimento busca sua independência, para manter assim sua força de reivindicação.

Sendo assim, este trabalho está sendo desenvolvido dentro do contexto de trabalho do Grupo de Pesquisa, “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação”, da Puc-Campinas/SP, na linha de pesquisa: “Prevenção e Intervenção Psicológica”, que tem como objetivo o estudos sobre processos psicossociais de constituição humana - consciência, emancipação, libertação, fatalismo e alienação - a partir de fundamentos marxistas e da Psicologia Social da Libertação, com o fim de fundamentar o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de programas preventivos e de intervenção em contextos comunitários e educativos. Ao longo desse período, o grupo de pesquisa vem expandindo sua área de reflexão para a relação tanto da prática profissional do psicólogo, quanto da ciência psicológica, com as políticas sociais. Com o intuito de analisar a relação entre Estado e Movimento Social, na elaboração e implementação de uma política social de saúde, de um grupo de pessoas que vivenciam a opressão de sua sexualidade, a constituição da subjetividade mais especificamente na vivência

da sexualidade, e a consciência de classe entre esse segmento, também é função da psicologia, bem como da prática deste profissional.

4.3. PARTICIPANTES

No cenário dessa pesquisa encontramos as onze pessoas, que regularmente freqüentam os espaços deste grupo, que participaram da reunião de planejamento da atuação do “Identidade”, espaço preparatório para a V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT.

A participação no grupo é aberta, as reuniões são abertas e todos estão aptos a assumirem responsabilidades em nome do grupo, desde que isso tenha sido decidido coletivamente, embora para efeitos jurídicos o grupo seja composto de nove coordenadorias, com coordenador e coordenador adjunto, sendo eleitos a cada dois anos. A participação no grupo é bastante diversa, entre 20 a 30 pessoas respondem como sendo do Identidade, embora nem todas participem de suas reuniões. A participação no grupo também não é restrita a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis.

Os participantes desses grupos de discussão utilizados nessa pesquisa têm entre 24 e 49 anos. Com exceção de um que foi pela primeira vez, todos participam regularmente do grupo, com uma grande diversidade de tempo de chegada ao grupo, desde um fundador do grupo, que se iniciou em 1998, até quem começou este ano, 2011. Dentre os participantes dois colocaram que sua atividade de trabalho/profissão era estudante, os demais eram: quatro funcionários públicos em diferentes áreas (educação, saúde, segurança pública e trabalho), sendo um deles também educador social, os demais eram: um cabeleireiro, um agente de viagens, um professor de inglês, um advogado, um agente de prevenção em serviço público, mas terceirizada, um operadora de máquinas. Dentre esses, seis já cursaram e três cursam o nível superior, sendo dois deles em nível de pós-graduação. Uma completou o ensino médio e outra tem o ensino médio incompleto.

Com relação à experiência em outros movimentos e participação em ONGs e OGs (Organizações Governamentais): três foram do movimento

estudantil universitário, três já tiveram ou tem participação em outros espaços do movimento LGBT, e dois trabalharam em outra ONG.

Dos onze participantes, três nasceram em Campinas e os demais vieram de outras cidades, sendo dois de outro estado.

Com relação à parceria sexual, alguns colocaram com homens, ou mulheres e duas pessoas colocaram “múltipla” e “com quem aparecer”. Com relação à identificação de gênero oito responderam homem, mulher, masculino ou feminino e três pessoas colocaram uma processualidade: “cada vez mais feminina”, “feminina com nuances” e “feminino e masculino”.

Sobre com quem mora também houve uma diversidade: sozinho, com amigos e/ou parentes e com o (a) companheiro (a). Sobre se possuem alguma religião, sete disseram que sim, “católico”, “wicca”, e dois “espíritas” e dois do “candomblé”. Apenas quatro colocaram de alguma forma que indica não terem religião, sendo duas das respostas: “ateu” e “prefiro as drogas alucinógenas”.

4.4. MATERIAL

As perguntas disparadoras da discussão foram pensadas de maneira a estimular o debate para aprofundar na questão sobre a função da política social. (Anexo I)

A caracterização dos participantes tentou captar a processualidade das informações fornecidas, o formulário foi baseado em Duque (2011) (Anexo III)

A reunião de planejamento foi gravada utilizando-se um gravador. Em seguida a reunião foi transcrita e será arquivada no laboratório do grupo de pesquisa, para futuros exames de pesquisa. Elas não estão presentes como anexo neste trabalho por não terem sido editadas e revelarem de forma clara os participantes da pesquisa.

No contato com os participantes foram respeitados os procedimentos éticos de pesquisa com seres humanos e para tanto utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (Anexo III)

4.5. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Como profissional da psicologia obedecemos à legislação em vigor, especialmente, a Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996), que direcionaram a formulação do Código de Ética da categoria, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2006).

Com base nessas orientações éticas procuramos esclarecer aos participantes das reuniões, os objetivos da pesquisa, o formato da reunião e a razão da coleta de dados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo II) foi lido em conjunto com os participantes, antes do início da reunião, quando entregue a eles uma cópia (uma cópia assinada ficou com a pesquisadora, outra com as participantes). Os participantes que chegaram durante o andamento do grupo, o termo foi lido com cada um em separado. Esse termo serviu como mediação para firmar um contrato de pesquisa, na tentativa de tornar claro seus objetivos, e assegurar acima de tudo uma participação livre e esclarecida, alertando para possíveis riscos e benefícios, resguardando o bem estar e a segurança dos envolvidos.

É importante lembrar que a pesquisa lidou com participantes de um mesmo grupo de ativistas, em prol da luta pela Diversidade Sexual como condição humana, conseqüentemente um grupo social discriminado/oprimido. Por isso, a etapa de esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, bem como as dúvidas e anseios dos participantes, foi de extrema importância, com o intuito de que ela não gerasse constrangimentos posteriores, e quebrasse com possíveis desconfianças sobre os objetivos da pesquisa e suas formas de divulgação. Também ficou acordado que o grupo seria identificado, uma vez que os elementos de sua trajetória estariam presentes na dissertação.

Cabe informar ainda, que essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-Campinas (Protocolo no. 367/11). Para autorização de sua parte de campo, ela foi apresentada aos participantes do “Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual”, quando foram discutidos os objetivos da pesquisa, e com eles surgiu a proposta de adequações sobre o processo de coleta dos dados, não mais reuniões específicas para debater uma política de saúde em específico, mas acompanhar a reunião do próprio grupo sobre o processo da V Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT.

Por último, ao final da pesquisa ainda está prevista uma apresentação ao grupo participante para apresentar e discutir seus resultados.

4.6. FONTES DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação deste trabalho foram aquelas obtidas no momento da discussão na reunião de planejamento para a V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT, do “Identidade” e das respostas do formulário de caracterização dos participantes.

4.7. PROCESSO DE COLETA

Em um primeiro contato com o “Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual” sobre a possibilidade de realizar sessões com grupo de avaliação do processo de construção e implantação de uma política de saúde no município de Campinas o grupo aceitou ser participante, sendo a participação de seus componentes voluntária.

Em segundo momento, com a iminência da realização da V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT, surgiu a reformulação do método da pesquisa aqui apresentada, de acompanhar o debate desse grupo sobre a função da política social e do processo da V Conferência, além de avaliar elementos de consciência presentes nesses debates, e foi acordado que a reunião de planejamento para a V Conferência, assim como a de avaliação

poderiam ser gravadas, mediante o consentimento dos presentes no dia, e utilizadas para análise na presente pesquisa.

No início da reunião foram esclarecidos os objetivos do presente estudo, o processo de coleta de dados e a análise dos mesmos, garantindo o sigilo dos participantes, bem como outros pontos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), como a possibilidade de interrupção da gravação e da utilização desses dados, caso algum participante assim o desejasse.

A reunião de planejamento aconteceu dois dias antes da abertura da V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT. Ela estava inicialmente agendada para as 14h, mas se iniciou às 15h, e durou cerca de 4h e 50min. Contou com 11 participantes que chegaram e foram embora em momentos diferentes, respeitando a dinâmica própria do grupo participante da pesquisa. A reunião se iniciou por uma pauta de organização do grupo, que não foi utilizada para este estudo, e na sequência o planejamento da participação do “Identidade” na V Conferência, precedido pela discussão da função da política social voltada para a diversidade sexual e avaliação do processo de construção e função da própria V Conferência. Em seguida, os participantes da reunião leram o documento base da V Conferência com as propostas retiradas das conferências anteriores e debateram em cada área qual seria a prioridade e readequaram as propostas avaliando o processo pelo qual já haviam sido implementadas ou não, para os dias atuais. Essa última parte, da avaliação das propostas não foi utilizada no presente estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

“Mas enquanto a gente tiver mundo pra viver, eu acho que a gente vai conseguir extrapolar esse regime, sair desse estado de coisas, entendeu, e quem sabe um dia, as gerações vindouras aí, possam não precisar mais se manifestar por travestis mortas, gays mortos, por negros mortos. Que não precisem mais se manifestar contra a exclusão.” (Coletivo de Comunicadores Populares, 2010)

Os resultados desse trabalho são decorrentes das análises realizadas a partir do que foi extraído das manifestações dos participantes no momento da reunião preparatória para a V Conferência. As falas transcritas foram organizadas pela extração de trechos e compondo os eixos de análise do projeto, a saber: 1º As Funções da Política Social; 2º As Funções da Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT; 3º Elementos de Consciência. (Anexo IV).

5.1. PARTE 1. AS FUNÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL

O quadro1 (Anexo IV) contém as falas obtidas durante a discussão de preparação para a V Conferência, que tratam da função da política social para aquele grupo de ativistas organizados.

De acordo com o debate, uma das funções da política pública apontada pelos participantes, seria a de responder às necessidades individuais, atendendo as demandas específicas das pessoas, sejam LGBTTs, ou de outras denominações e vivências acessadas por meio da luta por direitos humanos. Apesar de discutirem, os participantes não separaram, ou pouco debateram as diferenças entre políticas públicas e políticas sociais. Outro ponto indicado refere-se à possibilidade de compartilhamento do conhecimento por meio das políticas públicas. Os trechos abaixo exemplificam esta síntese:

P3 – “Obviamente viria pra que eu tivesse mais acesso a coisas que uns outros, eu tive que fazer por conta própria, ou seja, uma necessidade mesmo de uma...de uma segurança, mínima de vida, né! Tipo, você poder, é, vamos lá, viajando né. Você, por exemplo, poder tomar um hormônio acompanhado por um médico, né! Você poder fazer determinadas coisas pro um médico te

assessorar dizendo, “olha para por aqui, não faz isso, vamos fazer um exame aqui para ver se dá pra prosseguir nesse caminho”.

P1- “Eu não tenho plano de saúde, então se não for pelo SUS, morra! O SUS não funciona bem, verdade! Mas ou é ele ou morra!”

P6- “Primeiro que pra mim eu queria que políticas públicas, públicas então, dessem em conta de quase em todas as demandas da minha vida, entende? Para é, quero deixar explícito que eu queria viver numa sociedade onde tivesse, onde um arranjo coletivo desse conta de quase todas as demandas que eu tenho. Inclusive compra, sabe assim, o que hoje eu compro de itens básicos, eu não queria que fosse, que eu tivesse que comprar as coisas no supermercado porque não é nada disso, eu queria mesmo que tudo fosse solucionado de uma maneira coletiva e pública. Quase tudo. É, a gente concorda. Então esse é o tamanho de política pública que eu queria.”

Na fala de P3, acima, fica explícito o caráter cindido entre o indivíduo e o social, tendo como a base da formação do conhecimento, a história de desenvolvimento do ser humano como ser social, mas que, na forma atual de organização societária “privatizou” o conhecimento, a informação, e o utiliza como instrumento de dominação, opressão, e exploração. Ao apresentar que compartilhar o cuidado de si com um profissional lhe traria maior segurança sobre esse cuidado, fica expressa a potência que um conhecimento compartilhado pode ter em detrimento do conhecimento privatizado. Também fica expressa a “noção” de que por meio da política pública esse compartilhar seria possível.

Ao mesmo tempo, aparecem falas indicando a confusão sobre o tema, desde a confusão sobre as diferenças entre políticas públicas e políticas sociais, até com relação com o termo “política” que parece esconder a questão essencial sobre que seria “o social” e a “parte pública”, como nas falas abaixo:

P11- “Assim quando envolve a questão política, por isso que eu, porque quando ela perguntou da questão política, política social, política pública, na minha cabeça ficou tudo embananado, né? Mas, né! Do que já é. E aí, porque

eu fico perguntando, puxa porque envolvem tanta questão política mesma, a parte social e a parte pública não tem direito a nada.”

P6- “E a gente tá muito longe disso e está talvez, e tenho dúvida se a gente caminha sempre pra um Estado ou para um arranjo, ou pra um ordenamento coletivo, onde as políticas públicas ocupem um lugar cada vez menor. Acho que isso vai e volta, a gente, isso ainda tá em disputa, é mais eu não, como a P3 eu perdi muito da crença de que é possível, que a minha mão, a minha mão organizada direcione para mais políticas públicas ou pra menos políticas públicas. Eu perdi também, muito dessa crença, não estou mais nessa onda, faço uma luta mais restrita assim, menos macro, menos ambiciosa. Já cheguei a participar do Identidade achando que a gente fosse conseguir pautar nacionalmente, mundialmente, não a gente do Identidade, mas o movimento fosse conseguir se organizar e dizer pro mundo como é que queria ser tratado.”

Behring e Boschetti (2006) apontam os limites da análise da política social ao separar a produção da reprodução social. Essa confusão sobre o que seriam políticas sociais, políticas públicas e o termo política expressa a aposta na política social, como solução para a desigualdade, tática de luta reivindicatória, muito utilizada pelos movimentos sociais atuais, e foco de ações do movimento da diversidade sexual hegemônico. Ainda expressa a remissão do conflito da sociedade dentro da ordem e contra a ordem, tendo o Estado como o oposto, em disputa e assim, reduz a vontade política dos sujeitos à regulação dos conflitos, à busca de legitimação e de consensos, o “politicismo” expresso no trecho: *“puxa, porque envolvem tanta questão política mesmo?”* Esta questão pode revelar a Política Social como troféu, e a subestimação das determinações econômicas, de produção, as políticas econômicas que expressam os interesses do capital.

Nesse sentido aparecem falas que apontam o limite ou a contradição nessa crença com relação à política pública, baseada na experiência de vida e militância dessas pessoas, que apontam a política pública como algo que não vem para cumprir o papel de organizar a vida coletiva, para o bem comum. Este termo cidadania significa a inclusão do ser humano à ordem, explicitando que a questão sócia, como colocada hoje, trata sobre a igualdade de oportunidades, mas não a igualdade de condições. Trata-se, portanto, da

remissão do conflito à ordem burguesa, camuflando como a sociedade está organizada. A contraposição entre o Estado e a sociedade civil (burguesa, os cidadãos) faz com que o indivíduo acredite que se torna genérico, enquanto ser humano, graças a esse Estado, tal como discute Iasi (2007).

Os participantes percebem esses limites, contudo há ainda algo implícito relativo à análise da sociedade dividida em classes, a luta de classes. Na compreensão explicitada pelos participantes, o Estado se configura como o detentor do poder para um grupo específico de pessoas, ou como algo ainda de contradições encobertas, sem que se perceba sua intencionalidade, seu posicionamento. Os trechos abaixo evidenciam estas percepções sem deixar explícito o que teria em cada lado para onde o cabo de guerra é puxado, como colocado por P7:

P7- “Bom, políticas públicas para mim é uma eterna, um cabo de forças na tentativa da visibilidade às nossas necessidades e priorizar as nossas necessidades, seja enquanto LGTTB seja em qualquer outro campo dos direitos humanos.”

P3 – “Já foi um momento, já tive um momento na minha vida onde eu acreditava que era preciso brigar por essas políticas públicas, incluir as pessoas que não estavam amparadas por essas políticas públicas. Aquela noção primarilha de cidadania né! Bem primária mesmo. É, essa noção aos poucos ela foi meio que se desfazendo, tá! Aliás, hoje eu acho que, acho que é uma mera [riso] uma mera lembrança assim, né! Ah, porque a gente sabe que isso não inclui, que não vai incluir, você sabe que não há um mínimo interesse de que isso aconteça ou quando há, é, enfim, é servindo interesses pessoais de quem está lá ou pessoais, ou interesses de um determinado coletivo de pessoas que tão no poder, ou enfim, menos, menos os interesses das pessoas que realmente precisam daquela política, ou que precisariam daquela política, né!”

Segundo Iasi (2007) ao expressarem o desencanto em relação à condição de cidadãos incluídos apenas na sociedade de mercado e não na sociedade, tal como ela realmente é, coloca o ser humano como coletivo de maneira sofisticada no Estado, enquanto é despojado de seu caráter coletivo na vida material. Explicita a contradição de que por meio da política social se

redistribuiria a riqueza e a fragilidade, não imobilidade, dos movimentos operário e populares, sociais, nesse contexto como apontou Behring e Boschetti (2006), e expresso no trecho de uma das falas indicadas acima: “*Eu perdi também, muito dessa crença, num estou mais nessa onda, faço uma luta mais restrita assim, menos macro, menos ambiciosa*”. Aparece de maneira muito rudimentar a recusa do conceito de escassez de recursos que sustenta o debate acerca das políticas sociais numa sociedade marcada pelo desperdício em meio à abundância. Assim, o ser humano, como cidadão, é expropriado de seu real caráter coletivo em nome de uma “universalidade irreal”.

Vale lembrar que, conforme apontou Kosik (1989) ao discutir a *pseudoconcreticidade* dos fenômenos, estes não revelam de modo imediato suas determinações, suas mediações e contradições internas fundamentais, é preciso não apenas descrever a contradição aparente vivida, experienciada, mas ir a fundo para analisar suas determinações.

Assim, algumas falas não desvelam qual seria a contradição do Estado, mas percebem sua limitação. Outras falas apontam que a contradição revelada por meio da política social pode explicitar a real função do Estado, o percebendo como uma ferramenta burguesa na luta de classes, de avanços e retrocessos, mas com uma intencionalidade sempre existente. Ainda pontuam que o Estado, como mediador dessas contradições impostas pela sociedade dividida em classes, é o produto mesmo da sociedade de classes na mediação dos conflitos onde eles não conseguem ser conciliados (Lênin, 2007). As falas abaixo exemplificam esta discussão permeada de contradições:

P5- “Quando eu comecei no Identidade eu pensava que a gente podia realmente mudar o mundo, não que eu desacredite agora. Mas eu acho que nosso poder não é tanto quanto eu imaginava que a gente tinha. Então assim, uma das, uma coisas que caíram por terra com a minha maturidade é que é uma reflexão de Rousseau há 1900 e guaraná de rolha, que é real, não é o Estado que vive pro cidadão. É o cidadão que vive pro estado. Essa é a impressão que dá. O Estado é o grande senhor e a gente se curva.”

P1- “É, ai também entra uma outra questão, compreender em que sociedade a gente tá e que Estado é esse, que não é pra, está escrito lá: “para o bem comum”, “ahan”, “ahan”, quem quiser acreditar nisso que acredite, está escrito, mas não é assim. Não é feito pra isso. Na real entende, ele é feito pra não funcionar dessa forma, tá!”

P1- “Só que [tosse] se o Estado é tudo isso de complicado, ou é isso, ou nós temos nós candidatar a sermos filhos do Doutor Antonio Ermírio de Moraes ou da família Marinho, né! Como não é o caso, então não tem outro jeito, né!”

Uma fala pontuou que a política pública para a diversidade sexual em um Estado utópico não deveria mais existir. A razão apontada é de que a luta por essas políticas, hoje, deveria ter como meta o seu próprio fim, pressupondo que poderá existir uma igualdade e a inclusão, talvez, de suas especificidades nas outras políticas, discussão que aparece de forma mais consistente na fala a seguir:

P6- “É, bom, isso é uma coisa, a outra, com relação às políticas públicas LGBT ao contrário do pensamento das políticas públicas em geral, as políticas públicas LGBT pra mim tem se elas não terminarem um dia não vou chegar no arranjo que eu quero. Quando a gente chegar nesse caso que eu penso que devem existir políticas públicas de diversidade sexual não vão ser necessárias. Essa é uma contradição que tá, que tem que estar sempre na minha cabeça quando eu for pensar em política pública LGBT, se eu for pensar em alguma coisa a de eterno, eu tenho que me questionar. A proposta que eu for fazer na conferência tem que ter como horizonte o fim dela, senão, senão eu tô pensando errado! Pro meu Estado, pro Estado que eu quero construir!”

A política pública, a política social é percebida como algo contraditório, irrealizável na utopia de tática do movimento social, como aquela que solucionaria os problemas colocados pelo movimento, mas não se nega a sua necessidade para a sobrevivência do ser humano em sua singularidade. Ao mesmo tempo, ainda não se percebe mais a fundo suas mediações, sua função, a qual, no limite, justifica a precarização e a privatização de tais políticas, dizendo do limite de recursos para sua implementação, em meio à

abundância de recursos. Esta análise está de acordo com o que foi apontado por Yamamoto e Oliveira (2010) e Montaña (2002) ao debaterem a precarização e conseqüente privatização das políticas, por meio da descentralização de recursos e responsabilidades (transferência da realização desses serviços para os níveis locais sem condições e recursos necessários); e a focalização (corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços – comprovação da condição de pobreza).

Após, algumas décadas de surgimento da epidemia da AIDS o movimento social da diversidade sexual vem enfrentando dificuldades para a efetivação de respostas à epidemia, não se desconsidera que, ao inserir os principais atingidos pela epidemia na formulação e implantação dessas políticas, houve um ganho, principalmente instrumental sobre como se combater e prevenir a epidemia, mas de que para essa real efetivação é preciso analisar quais as reais condições de execução dessas políticas.

Sumarizando este ponto, podemos dizer as falas sobre a função da política social explicitam a confusão entre políticas públicas e sociais e a fissura com a política econômica; a falsa universalização do ser humano enquanto cidadão pelo Estado e, a contradição que elas expressam: “ruim com ela, pior sem ela”.

5.2. PARTE 2. A FUNÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT

O objetivo deste eixo é analisar como os ativistas desse grupo analisam a V Conferência como ferramenta explícita da participação popular na política pública. As falas oscilam entre primeiro colocar aspectos positivos, principalmente o valor de aglutinar novos militantes e um espaço de encontro com a militância organizada mais antiga, uma vez que não existem mais espaços formais ou de auto-organização do próprio movimento que cumpra esse papel, pois em 2008 o antigo Fórum Municipal LGTTB foi extinto devido as divergências políticas entre os cinco grupos que o compunham, e como

instrumento burocratizado, sem efetivação, de controle social mesmo, controlar os movimentos.

Abaixo as falas que expressam os aspectos positivos de aglutinação de novos ativistas e espaço de formação política que pode desvelar as contradições no embate com o poder público:

P1- “Eu acho que é na conferência que a gente, entre outras coisas tem a possibilidade de dialogar com pessoas novas, né! Que vem pra assim, talvez, de também lutar por essas coisas, essas pessoas novas, possivelmente não pensarão como nós aqui, né? Agora, é o caso da gente pensar, então só vale a pena fazer movimentos com quem pensa igual a gente? Eu acho que não. Então pra mim, por exemplo, na conferência lá, a P7 deu uma informação acho que no domingo que tinha trinta e poucas pessoas inscritas e que não eram, pelo menos a principio, identificadas como sendo de nenhum dos grupos que já existem na cidade. O que é uma coisa interessante! Que pode ser que elas cheguem lá, pode ser que apareçam pessoas lá e que olhem criticamente tudo, inclusive nós, mesmo as coisas que nós colocamos aqui. Isso pode acontecer. Por isso pra mim é interessante uma conferência porque a possibilidade de surgir novas pessoas e a gente nova que vai olhar e vai dizer; “olha, isso que vocês do Identidade estão defendendo é uma besteira, uma idiotice!”

P6- “Quando agora de 2009 pra cá, o Estado passa a chamar as conferências, e o movimento social tem maior ou menor participação na organização das suas conferências e na efetivação delas, a coisa muda um pouco de figura. Porque também, em Campinas, isso significa que talvez se o Estado não chamasse nós não faríamos outra. Faríamos? Ainda que eu concorde com P1, hoje eu acho que não, porque o que a gente optou? A gente optou por abdicar de um espaço onde se reúne um monte de gente, conclama com dois meses de antecedência, marca inscrição, agenda um espaço, faz cadernetinha. “Nhéhnhéhé”, convida gente e faz uma conferência, ao invés disso que a gente abdicou disso e fez pequenos espaços de construção de política pública. Reunia a gente que quer discutir saúde, e tentava tocar alguma coisa, reunia gente que discutia educação e tentava tocar outra coisa, e assim. Nenhuma das duas tem funcionado. Nem o Estado chamando e fazendo seu plano municipal desencadeou a construção do Estado que a gente queria, e nem o nosso jeito de fazer segmentado que deu certo também, porque a gente tá muito parado. Eu acho, por isso que eu me animei um pouco, com essa conferência, porque eu acho que é isso mesmo P1, é um momento da gente reunir gente nova, talvez, um pouquinho de gente nova, a gente mesmo que

depois acabou um espaço, como era o Fórum LGTTB de Campinas, não se encontra mais, então é um momento de a gente se encontrar inclusive, às "cacura", botar o dedo na cara uma da outra e fazer tentar recuperar um pouquinho da construção da política pública no município, só pra isso! Só pra isso! É."

Outro aspecto positivo trata a V Conferência como um espaço de formação, não só para uma melhor elaboração das demandas específicas da diversidade sexual, mas como espaço de formação política na qual as contradições e os limites da política pública são explicitados, onde o jogo de forças entre as classes aparece, ainda que de maneira confusa. Apesar disso, algumas falas apontam que é possível avançar e outras digam mais do retrocesso no campo das políticas públicas, sociais, inclusive quando descoladas do debate sobre a política econômica.

A comissão organizadora da V Conferência definiu a importância da presença de representantes das secretarias ligadas a cada bloco de propostas previamente separadas para dar a devolutiva ao movimento sobre como elas foram implementadas ou por que não o foram, bem como para assumir compromisso na implementação das propostas que ali fossem tiradas. Esta situação criaria oportunidade de questionar qual é o controle social possível dentro de espaços formais, uma vez que as deliberações, mesmo das primeiras conferências, ainda permaneçam como reivindicações. Embora apareça a fala de mais de um participante, ou do mesmo participante em diferentes momentos, ela foi construída no coletivo, no espaço do diálogo, com isso pôde revelar a contradição no grupo.

P1- "Só queria colocar uma questão aqui, assim, primeiro, é P0, falou uma questão que eu acho super importante, participação popular e controle social, né. Tudo isso, de novo vou falar, é disputa. Nós estamos lá no conselho municipal de saúde, tentando fazer uma série de enfrentamentos aí ao governo, mesmo em questões que envolvem privatização e tudo mais, com todos os limites que isso aí tem, porque mesmo a legislação do SUS que é a legislação que configura um sistema, que é considerado no Brasil o sistema mais avançado, mais forte tudo ainda é uma coisa complicada. Porque a gente, "Ah", a gente aprova, as coisas e o governo é, descumpre. A consequência pro

governo ela é ou a mínima ou inexistente. Outra, e uma outra coisa, mas o problema é o seguinte, eu quero ver o que é possível avançar, porque não existe, não tem outro jeito, não tem outro jeito! Nem, eu não vou, eu não vou ser, nem nenhuma das pessoas com quem eu convivo amanhã vai ser filho do Antônio Ermírio, essa é a realidade! E mesmo as pessoas que eu conheço que tem plano de saúde, reclamam muito mais do que as pessoas comuns que usam o SUS.”

P1- “Segundo, eu, ai eu acho, assim no Identidade a gente deveria tentar trabalhar com a idéia de que, a conferência, “ahn”, não deveria, não deveria trabalhar, com, a priori, com essa questão de um plano, o plano na minha opinião a gente deveria levar a idéia de que o plano ele não é a deliberação da conferência, a conferência aponta diretrizes e propostas que depois de um certo tempo a gente vai poder verificar se elas de fato se concretizaram e se isso é algo digno de ser chamado de um plano, simplesmente escrever propostas num papel, né? E ai, sair falando,” olha terminou a conferência num plano municipal”, eu acho q isso ai é uma.(...) É uma repetição de outras coisas, de outras, até outras falsificações feitas em outros espaços em nível estadual e nível nacional, então pra mim o que valeria a pena,(...) problematizar ao máximo essa ideia, de que a conferência vai ser o grande momento em que a gente vai lá, e no final vai dar todo mundo as mãos e cantar aquela musiquinha amigos para sempre e vai dizer “agora temos um plano LGBT em Campinas”.

P1- “Agora, não, não sei se é uma questão que não vai mudar, porque em muitas, ao longo da história teve coisa que mudou, agora mudou tudo, não mudou tudo, porque a correlação de forças estabelecia se as condições de empurrar até uma parte, não tinha condições de empurrar até outra. Não existe, não, nessa, numa sociedade que tem interesse constante como a nossa, tudo é disputa, tudo! Inclusive o movimento!

P1- “Então, primeiro eu acho que tem que ver essa questão, agora pra mim é um espaço de disputa, não adianta, todos eles são. Qualquer lugar que a gente vai estar.”

Com relação aos aspectos negativos seriam as críticas a esse processo, tanto fazendo um resgate histórico do próprio processo das conferências municipais, situando a cidade como aquela que mais fez conferências locais, ao todo cinco, sendo que as três primeiras (2003, 2004 e 2005) teriam sido convocadas pelo próprio movimento social, e as demais (2009 e 2011) já no embalo das Conferências Nacionais, elas foram convocadas pelo governo, o que explicitaria uma diferença das forças do Estado e do movimento social da diversidade sexual no momento atual. Os limites apontados para a participação popular dentro das ferramentas institucionais aparecem na questão dos processos diretivos sendo decididos de cima para baixo e, pela neutralização das possibilidades de emergência de projetos societários alternativos que sejam expressão dos interesses das classes subalternas, que enfraquecem os movimentos sociais.

Assim, com essa hierarquização as pessoas que promovem, puxam os debates seriam as mesmas, o conteúdo do debate seria ainda muito desqualificado, pois o movimento se enfraquecendo se adaptaria de forma cada vez mais passiva a ordem capitalista, E aqui cabem divergências sobre de qual movimento se estaria falando, uma vez que o movimento hegemônico LGBT vem ocupando cada vez mais espaços institucionais, o que não revelaria uma maior força política, mas apenas a sua cooptação ao *status quo*, como expresso no trecho a seguir:

P6- “É, agora com relação à conferência mesmo eu queria lembrar que é eu não sei se a gente teria uma conferência como foram as três primeiras, é, se o movimento, se o Estado não tivesse chamado a conferência. Nas três primeiras edições da conferência campineira, que talvez sejam das mais antigas do país, e eu acho que talvez seja a cidade que mais fez conferências, não sei se tem outra.”

P1- “É a cidade que mais fez.”

P6- “Talvez seja a cidade do país que mais fez conferência.”

P0- “Essa é a quinta.”

P6 – “É a quinta, nenhuma outra cidade do país fez cinco conferências.”

P1- “É mais antiga também, né!”

P6 – “Mais antiga até.”

(...)

P6- “Não, 2003 aconteceu a primeira, depois 2004, depois 2005, intervalo até 2009.

P1- “Foi no embalo do OP.” (Orçamento Participativo)

P6- “Isso, enquanto a gente achava que dava pra transformar o mundo, transformar o Estado brasileiro, num Estado que atendesse as demandas de diversidade sexual, via políticas públicas, quanto a gente acreditou nisso pra valer, nós fomos lá batemos no governo e falamos assim: “vem aqui que vocês têm que nos escutar e fazer como o que a gente tá dizendo que vocês têm que fazer”, nós chamamos as conferências.”

Sendo assim, a burocratização dessa ferramenta de participação popular no momento atual, aparece expressa, por exemplo, na questão do caderno de propostas das conferências anteriores ser, previamente a realização da conferência, denominado “Plano Municipal LGBT” com a crítica de que seria um instrumento apenas para auto-promoção do governo para fora do município, e não com força política para dentro do governo municipal para implementar essas políticas.

P4- “E pra mim o que eu penso que é bom para o governo, para o município, é: foi feita a conferência, por quê? Um bando de gente tá pedindo. Quem é esse bando de gente? Quem que é meia dúzia de pessoas que vai tá lá discutindo, nós mesmos para nós mesmos. Qual o interesse do município nisso?”

P11 - Mas então?

P4 - Apenas para mostrar que fez a conferência, mais nada!”

P1- “Agora aquilo que é de interesse deles, desculpa gente, eu falei isso aqui nas primeiras reuniões que o interesse do governo e do Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas, como o governo é o

que: fazer uma conferência, né? Com muita solenidade, ponto, circunstância. Governo adora isso! Excelentíssimo senhor fulano “papapa”, né! Aí no final faz um plano, num caderninho, né!

(...)

Faz um caderninho aí olha, vai ter reunião fórum de gestores LGBT e o Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas vai lá com os caderninhos e entrega: “olha lá, o que gente faz em Campinas agora.” Isso é o que ele quer.”

P6 – “Eu não acho, eu não quis dizer que. Eu entendo o que você tá dizendo, mas não foi isso que eu quis dizer. Posso até refazer, só uma coisa? Eu não acho que o Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas tenha intenções tão, tão sacanas. Sinceramente eu não acho. Eu acho que ele tem uma, um probleminha, probleminha mesmo. Eu acho que ele quer tirar um plano, completo, pra depois poder chegar na outra secretaria, com pouquíssimo poder que ele tem, e falar assim: “decidiu-se isso na conferência e nós precisamos fazer, precisamos marcar uma reunião com o secretário de segurança pública”, eu acho que é pra isso. Ele quer ter uma arma pra trabalhar e fazer esse país melhor, eu acho que em parte é isso.”

P1- “Eu acho que em parte é isso.”

P6 – “O problema é que quando ele for bater na, depois que sair o plano com 200 deliberações ele pegar cinco deliberações da secretaria de segurança pública, manda, coloca, reproduz um ofício e manda pro secretário de segurança pública pedindo uma reunião, no máximo ele vai ligar pros movimentos sociais, pros cinco grupos organizados da cidade e pedir que agirem juntos pra discutir a reunião. É o máximo! Nós sabemos que o secretário não vai responder o ofício, ou vai demora dois meses pra responder o ofício, quando responder faz um reunião não aparece, manda alguém de segundo escalão, a política pública não anda. É isso que sempre acontece, não é?”

Com isso, aparecem as falas que desacreditaram desse espaço de participação popular, por meio da própria experiência em outros momentos, condicionando a participação nesta V Conferência pela decisão do grupo. Aparece expresso um sentimento de grupo, porque o grupo decidiu que era

importante fazer esse embate, mas não acredita mais em seu fim explícito, qual seja ampliar ou aperfeiçoar as políticas públicas para a diversidade sexual. Embora isso oscile com propostas para a V Conferência.

P3 – “Ah, hoje em dia, no ponto de vista da militância eu acho que ainda vejo ainda ainda brigo um pouco por isso e bem pouco, e eu reconheço que bem pouco, tá? Porque eu não vejo mais, outro caminho é, quer dizer, vejo outros caminhos, mas não vejo outros caminhos tão exeqüíveis assim, que eu ainda conheço assim, e que possam acontecer, né!? A médio prazo, né!? No mínimo. Então, tá, tem só esse caminho, vamos lutar por ele e ver o que acontece. [riso] né! Mas assim.. por mim eu já teria extrapolado essa briga por política pública a muito tempo, já comentei com você mesmo P0, que eu não estou com “saco” pra ir nessa conferência até por conta disso.. eu não quero , não quero estar nessa conferência, entendeu!? Não quero mesmo, e não irei! Em dia nenhum! Digo, já antes que a reunião termine, de antemão, não irei! Entendeu? Porque eu não acredito mais que surja algum fruto interessante dali. Sabe!? Eu tô completamente descrente, entendeu!? Assim, ajudo naquilo que o grupo tirar com relação a isso, posso empenhar algum esforço. Mas assim, por um sentido de grupo mesmo.. Pra dizer que eu acredito, eu pessoalmente acredito nisso, não mais, entendeu!? Nessa, acredito, que eu acredito nessa briga. Se a maioria do grupo acredita, ou pensa que acredita, tá, enquanto isso enquanto esse sentimento perdurar eu vou eu vou ajudando, mas depois disso, não sei!”

P1 – “Ai uma terceira coisa eu penso que a gente tem que problematizar mais ainda essa questão problematizar, mais ainda essa questão propriamente. “Ah”, uma essa coisa de LGBT, eu não estou falando da LGBT do ponto de vista identitário, não é nem isso assim, se tem que ser referencia LGBT ou diversidade sexual, que eu acho inclusive que fazer isso aí, de ficar cravando batalha também não resolve porra nenhuma, é uma viadagem no mal sentido. Agora é, acho que problematizar o seguinte, qual é o sentido, de políticas LGBT? Pra que que servem políticas LGBT? Qual é o significado de ter lá a gavetinha de políticas LGBT, considerando o tipo de Estado que a gente tem, e mesmo Estado, que a gente , um Estado que a gente mude, ainda que a gente mude esse Estado, qual é o sentido de ter gavetinha LGBT nas políticas públicas? E a última questão que é como que é como que o que a conferência LGBT vai aprovar, dialoga com que as conferências, não só da cidade aqui.. a gente teve a conferência da saúde, como é que dialoga a conferência LGBT

com uma conferência da saúde? Como dialoga com a conferência da educação, e assim por diante?”

As duas falas acima colocam o debate sobre estratégia e tática. A V Conferência oscila entre ser vista como uma estratégia para a mudança do Estado, ou da correlação de forças na luta de classes, embora por vezes os participantes digam não mais acreditar na mudança do Estado, sem apontar caminhos, uma alternativa. E entre a possibilidade de situar a conferência como uma tática do movimento de debater essas contradições, se aproximar de novas pessoas que chegam ao movimento e até dos mais antigos.

Segundo Paniago (s/d), a importância das experiências de democracia participativa e a natureza (social e institucional) inovadora atribuída a elas por suas organizações políticas, movimentos sociais, e de classe provoca a curiosidade investigativa no sentido de se verificar se, de fato, avançaram em direção à libertação dos trabalhadores, por vezes organizados nos movimentos sociais específicos, da relação de subordinação e dependência do capital e à autonomia decisória sobre seus destinos emancipatórios, ou se revelaram como instrumentos renovados de dominação do capital, seja na esfera do Estado, seja na esfera do mercado.

Uma vez que se avolumam na história os problemas decorrentes de uma escolha inadequada dos meios para realização dos fins emancipatórios, se perseverarmos na inadequação dos meios, corre-se o risco de que estes se tornem fins em si mesmos. Paniago (s/d) coloca assim o questionamento, acerca da efetividade desses instrumentos de participação política da sociedade civil no Estado, se estaríamos, de fato, inovando, ou retomando velhos paradigmas da luta de classes formulados pelo reformismo do séc. XIX, já renovado pela social-democracia europeia durante o *Welfare State*, e, quem sabe, agora, novamente renovada para atender as exigências da crise estrutural do capital e sua face neoliberal? Assim, cabe analisar o movimento real de participação desse grupo, do movimento social da diversidade sexual, uma vez que sua ação transformadora oscila entre a busca da emancipação humana e a busca da emancipação meramente política.

Sumarizando, assim neste ponto sobre a análise do grupo em questão sobre a função da V Conferência Municipal de Políticas Públicas para LGBT destaca-se o potencial de ser um espaço no qual a contradição da luta de classe pode ser explicitada, além da sua não efetividade como instrumento de participação popular, mas de ser um espaço importante de formação e de encontro, aglutinação de pessoas novas.

5.3. PARTE 3. ELEMENTOS DA CONSCIÊNCIA - OS CAMINHOS PERCORRIDOS E A PERCORRER...

Este eixo é o momento que mais dialoga com o campo da psicologia - apreender como o movimento da consciência se dá, qual o caminho percorre, em relação com a materialidade concreta, a objetividade material, constituindo uma outra objetividade não material (Tertulian, 1996).

Sem o intuito de debater níveis estratificados de consciência, mas os agrupando, apreendendo o seu movimento, as falas são comentadas de acordo com a contradição que revelam: aquelas que configuram um caminhar, uma potencialidade para a consciência de classe, mesmo que distante, desde aquelas que revelam a indignação, a revolta; aquelas que mostram a reivindicação, até aquelas que apontam caminhos de explicitar as contradições da luta de classes; aquelas que trazem a necessidade de sua superação; e aquelas que apontam para o fatalismo, fruto da alienação, da reificação, e a conformação à ordem.

Conforme apontou Iasi (2007), os três momentos da tomada de consciência não serão colocados aqui como momentos puros, nos quais as falas poderiam ser encaixadas, mas como momentos de avanço e retrocessos, movimento contraditório, por excelência. Esta situação expressa a necessidade de debater que a realidade histórica, aqui colocada, referente a uma luta, a vivência de um grupo de pessoas ativistas que, ao serem discriminadas por conta de vivenciarem a sexualidade de alguma forma que não se adequa à heteronormatividade e também por se encontrarem no lado explorado da luta

de classes, pois todos são trabalhadores e/ou estudantes, puderam por meio de suas experiências, se organizar em um coletivo de luta específico em torno das questões da diversidade sexual. Este coletivo permite que resignifiquem suas posições desde que a prática e a teoria- a práxis - efetivamente se realize. Uma evidência de que a teoria não se constitui como doutrina, mas como possibilidade de análise do movimento da realidade concreta, que desvela o que está nas aparências para explicitar suas contradições históricas e dialeticamente constituídas, que só pôde ser vivida enquanto experiência concreta. Por isso, nesse trecho de debate sobre o os caminhos da consciência, as falas poderão ser repetidas dos eixos anteriores, pois abordam aspectos que se inter cruzam.

Ao analisar a sociedade como totalidade, por meio das mediações que revelam a consciência, Lukács (1920) indica que se faz um estudo concreto. Somente nessa relação vivenciada pelos seres humanos em cada momento de sua existência e que aparecem as suas relações essenciais. Não se trata apenas de descrever como os indivíduos se sentem, desejam, subjetivamente, o que cairia na ideologia, mas de estabelecer a relação com a totalidade concreta. Desta mediação saem às determinações dialéticas, as quais superam a mera descrição e alcançam a categoria da possibilidade objetiva. Possibilidade que jamais é ilimitada, mas é determinada pela situação dos seres humanos na organização social da produção e pelas as mediações existentes.

A consciência, assim, não seria a soma nem a média dos indivíduos que formam a classe separadamente, mas seria o conjunto do que executam historicamente. Esta condição é decisiva para que a classe se supere, enquanto totalidade determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo. Essa ação não pode ser conhecida a não ser a partir dessa consciência, descobrindo assim os pensamentos e os sentimentos que os seres humanos teriam tido se percebessem as contradições imediatas e para além da aparência, as estruturais.

Sendo assim, o primeiro grupo de falas expressa o movimento da consciência ainda subordinada ao capital, por vezes manifestando indignação, que tenta romper com algo ainda não explicitado. Este movimento leva ao

fatalismo, pela alienação e reificação, que não rompe com a ordem vigente. Esta condição é sustentada pela crença de que ela é superior a qualquer ato de intencionalidade, naturalizando os atos dos seres humanos e da luta de classes e seu aparato institucional de reprodução das contradições, sendo falas que não rompem com o juridicismo das relações de classe, como a cidadania, a institucionalidade; não analisam seus condicionantes históricos no sentido de sua superação, mas apenas de sua constatação descritiva e inexorável, conforme as falas a seguir:

P4- “E pra mim o que eu penso que é bom para o governo, para o município, é: foi feita a conferência, por quê? Um bando de gente tá pedindo. Quem é esse bando de gente? Quem que é meia dúzia de pessoas que vai tá lá discutindo, nós mesmos para nós mesmos. Qual o interesse do município nisso?”

P5- “Então, realmente eu acho assim, a gente é que serve o Estado, em vez do Estado servir o cidadão, não há lei que faça o contrário, por quê? Porque até as leis são usadas pelo Estado pra derrubar o cidadão. Então eu assim, minha primeira desilusão é em relação a isso, a gente viu isso muito bem na marcha pra Brasília, falou-se tanto da marcha em rumo a, contra a homofobia “tal, tal, tal” e se mobilizou no Fórum de travestis e transexuais. Deu a maior discussão que roupa ia, com que não ía, que a gente tinha que ir limpinho e não vai, como que vai, pra chegar lá o quê? O plano ser contra a homofobia, o kit ser vendido.”

P3- “Tá. Outra coisa. “Ah”, essa minha descrença, que eu coloquei no início assim, o esgotamento, essa realmente vem de um certo esgotamento, né! Não só o presente, por N razões, mas de um esgotamento mesmo nessa coisa da militância sabe! De reunir, e ver aquele puta plano com 70, 80, em outros momentos, em outros lugares, outros raios aí da militância, foram planos bem maiores que a gente acabou discutindo, que como que quase tudo deram na mesma, entendeu? “Ah”, isso geralmente gerou essa descrença em mim, me desenergizou completamente pra esse tipo de ação, dentro dessas vias institucionais, dentro desses espaços aí, tá! Agora, uma coisa no qual eu fecho 100% com todo mundo que colocou, né. Realmente, escolher uma, e eu digo, eu sou sincera, tá! Eu não acho que mais do que uma ação em cada área.”

A cidadania como nova roupagem da existência do ser humano, coloca o indivíduo em uma identidade individualizante, ou até mesmo coletiva, sendo uma categoria que expressa, segundo a lógica formal, debatida por Novack (2006), como equivalente lógico da imobilidade na existência objetiva. A lei da identidade é totalmente válida, apenas quando não se aplica a um objeto vivo, real, pois retira a temporalidade da experiência humana. Passa a ser, sob a roupagem da cidadania, a participação no consumo, encobrendo a possibilidade de emancipação humana como a participação na produção e ao constante processo de recriar necessidades, como aponta Tolman (2003).

Algumas falas, ao analisarem o sentido de porque as conferências e as políticas sociais não funcionam, recorrem aos argumentos da fé, como pontuou Heller (2008), para a manutenção da vida, do sentido da vida individualizada. Assim, a fé que o ser humano tem com aquele juízo provisório que não se justificou pela experiência cuidadosamente analisada, se torna preconceito, e a fixação no preconceito se torna fé. A fé nasce de sua particularidade-individualidade, cujas necessidades são satisfeitas. O ser humano enquanto ser singular-individual e ente humano-genérico, uma parte orgânica da sociedade, da história da sociedade, e não se reconhecendo nessa relação, se aliena de sua condição histórica e produtiva, se particularizando, individualizando como ser isolado. Nesta condição não acredita, mas sim tem para si, como elemento motivador, os objetivos da fé e a necessidade satisfeita pela fé. Crer em preconceitos é, portanto, cômodo porque nos protege de conflitos e confirma nossas ações anteriores ou mediadas quando nossa vida não encontra satisfação naquilo que é do humano genérico. Para Heller (2008), a confiança é diferente de fé. É preciso ter alguma consciência do eu humano-genérico e particular-singular, por meio de um distanciamento, uma consciência de nós. Assim sendo, toda confiança se apóia no saber, na experiência cuidadosamente analisada. As falas abaixo expressam essas contradições impostas pelo artifício da fé:

P5- "Porque eu chego à seguinte reflexão como espírita, o ser humano não presta. É verdade! O ser humano não presta, o ser humano é podre, o ser humano é passível dos sentimentos mais horríveis em relação ao outro,

mesmo a gente do nosso movimento. Tem lugares que a gente tá cansado de ir, que a gente é discriminado, principalmente nós travestis e transexuais, pelos gays e lésbicas. A gente mesmo não se tolera, né!”

P3- “É, então, aí é o seguinte P5, complementando um pouco, né! Você deu a visão espírita do ser humano, vou dar a visão da Wicca. Eu acho assim, o ser humano, “ah”, ele se comporta de maneira podre sim, mas eu acho que ele está instrumentalizado para os dois extremos, ele pode cometer os atos da pior vileza possível, mas também, está aparelhado pra cometer, pra cometer os atos da mais alta nobreza, entendeu? Ele pode fazer as duas coisas, né! Escolheu a podridão usando do livre arbítrio que tem, né. Mas, e pensando sobre esta questão, existe uma coisa gente, estamos falando da figura do Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas, que já foi citado, é existe tá, a má fé, e existe a pessoa que se sujeita, de boa, de propósito ou não, a servir aquele tipo de pessoas de má fé que estão impostas acima, tá! Que esteja, eu digo, marionete mesmo, tá! No meu entender, tá! O que se poderia chamar de má fé, do Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas é nesse sentido, porque pra mim ele sabe que ele não tem condições de fazer determinadas coisas, entendeu? E ele caga e anda, ele deixa de falar, “ah tá”, “não dá, não pode, não deu”. Eu acho que ele não tá nem aí, justamente porque ele já sabe que não pode. Então, ele faz o que dá pra ele mesmo, e ponto.”

A descrença no processo de elaboração de políticas públicas, por meio das conferências como instrumentos de participação popular, também nos traz outro dado interessante, por que o sentimento de grupo volta a ser tão importante que faz retornar a agir, ou pensar em agir nesse espaço, apesar de anunciar que não agiria mais? Seria o sentimento de solidariedade de grupo: “já que outros vão, eu também vou”? Será que outros elementos da experiência concreta lhes fazem continuar, mesmo sem ter a clareza sob quais contradições estão em jogo? As falas expressam o limite da luta pela política pública, mas não apontam sua superação, no sentido de colocar alguma alternativa no lugar. Volta-se então, a confiar no grupo para caminhar junto na ação. Segundo Lukács (1920) o pensamento burguês é a apologia da imutabilidade das coisas. Ela elimina do processo histórico o seu sentido,

atendo-se à pura individualidade das épocas históricas e de seus agentes humanos ou sociais - “reino irracional de potências cegas” (p.3).

A seguir, falas que expressam a leitura de que não há outra tática para realizar a luta no atual jogo de forças:

P6 – “Acho que isso vai e volta, a gente, isso ainda tá em disputa, é mais eu não, como a P3 eu perdi muito da crença de que é possível, que a minha mão, a minha mão organizada direcione para mais políticas públicas ou pra menos políticas públicas. Eu perdi também, muito dessa crença, num estou mais nessa onda, faço uma luta mais restrita assim, menos macro, menos ambiciosa. Já cheguei a participar do Identidade achando que a gente fosse conseguir pautar nacionalmente, mundialmente, não a gente Identidade, mas o movimento fosse conseguir se organizar e dizer pro mundo como é que queria ser tratado. Hoje tô cagando, “ah”, tô boa!”

P5- “Quando eu comecei no Identidade eu pensava que a gente podia realmente mudar o mundo, não que eu descredite agora. Mas eu acho que nosso poder não é tanto quanto eu imaginava que a gente tinha. Então assim, uma das, uma coisas que caíram por terra com a minha maturidade é que é uma reflexão de Rousseau há 1900 e guaraná de rolha que é real, não é o Estado que vive pro cidadão. É o cidadão que vive pro estado. Essa é a impressão que dá. O Estado é o grande senhor e a gente se curva.”

P3- “Assim, ajudo naquilo que o grupo tirar com relação a isso, posso empenhar algum esforço. Mas assim, por um sentido de grupo mesmo. Pra dizer que eu acredito, eu pessoalmente acredito nisso, não mais, entendeu!? Nessa, acredito, que eu acredito nessa briga. Se a maioria do grupo acredita, ou pensa que acredita, tá, enquanto isso enquanto esse sentimento perdurar eu vou eu vou ajudando, mas depois disso, não sei!”

Apesar das falas anteriores apontarem para o movimento contraditório de ruptura com o Estado e o retorno a ele, as táticas muitas vezes revelam o quão ainda são tênues os caminhos que não apontam para o embate com o

Estado. Elas servem apenas para evidenciar suas contradições revelando que na ação humana há uma intencionalidade desnaturalizando as relações sociais estabelecidas nessa ordem e as historicizando. As falas abaixo exemplificam esta análise:

P1- “É até que ponto a nossa luta incidi ou não nisso é uma coisa que está pra ser visto, entende! Não tem, é, “hum”, se no próprio SUS com isso que eu falei, é ele só existe com todas essas limites porque teve um tanto de gente que foi pra rua, que foi que isso, não agora, não é agora não, isso é a mais de 20 anos, pelo menos, que teve um movimento que começou a se organizar porque a coisa era pior ainda. No caso de, pegando o caso de aqui Campinas mesmo, eu mudei pra cá em 94, mas acompanhei um pouco antes disso, a mudança que foi, por exemplo, a expansão dos centros de saúde, com todos os problemas que tem, assim, tem um monte de problema, agora hoje os Centros de Saúde, que tem esses limites, há trinta anos não tinha.”

P3 – “Ah, hoje em dia, no ponto de vista da militância eu acho que ainda vejo ainda brigo um pouco por isso e bem pouco, e eu reconheço que bem pouco, tá? Porque eu não vejo mais, outro caminho é, quer dizer, vejo outros caminhos, mas não vejo outros caminhos tão exequíveis assim, que eu ainda conheço assim, e que possam acontecer, né!? A médio prazo, né!? No mínimo. Então, tá, tem só esse caminho, vamos lutar por ele e ver o que acontece. [riso] né! Mas assim.. por mim eu já teria extrapolado essa briga por política pública a muito tempo, já comentei com você mesmo P0, que eu não estou com “saco” pra ir nessa conferência até por conta disso.. eu não quero , não quero estar nessa conferência, entendeu! Não quero mesmo, e não irei! Em dia nenhum! Digo, já antes que a reunião termine, de antemão, não irei! Entendeu? Porque eu não acredito mais que surja algum fruto interessante dali. Sabe!? Eu estou completamente descrente, entendeu!? Assim, ajudo naquilo que o grupo tirar com relação a isso, posso empenhar algum esforço. Mas assim, por um sentido de grupo mesmo.”

Quando se analisa a fala dos participantes sobre o Estado algumas questões aparecem e evidenciam as contradições que podem ser expressas no debate sobre a disputa de poder individualizante, burocracia, o que encobre mais uma vez a contradição fundamental do capital, entre quem produz e quem é o dono dos meios de produção. Segundo Montañó (2002) para encobrir suas

reais mediações há primeiro uma indução na sociedade de uma imagem mistificada de construção e ampliação da cidadania e da democracia, porém retirando delas suas reais condições para sua efetivação. E, então, a propagação da ideologia de transferir da esfera estatal, que é satanizada, naturalizada como corrupta por essência, burocrática, ineficiente e desfinanciada, para um santificado “setor” supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular, que de sociedade civil passa a ser chamada de “terceiro setor”.

O terceiro setor está muito presente no cotidiano do movimento da diversidade sexual, pois grande parte dos grupos organizados se configura juridicamente enquanto ONG e recebe financiamento para realizar ações nesse sentido. Curioso que esconde essa contradição, ao se justificar pela identidade e manutenção dessa condição.

Uma importante discussão sobre responsabilidade e ética precisa ser feita com vias a superar a alienação, o fatalismo e a simples grupalidade como acordo que pode encobrir a contradição da luta de classes. No âmbito da defesa dos direitos, segundo Barroco (2006), a via democrática, em sua expressão de radicalidade máxima deve ser a mediação entre o particular e o universal. Esta mediação ocorre por meio do debate plural que comporta a diversidade, mas que tenha um objetivo comum - a universalidade como parâmetro para as conquistas emancipatórias as quais garantam consensos em torno de valores ético-políticos. A crítica ao individualismo burguês é possível pela alteridade, ou seja o respeito ao outro, traduzido pela idéia de que *“o limite da nossa liberdade acaba onde começa a do outro”*; portanto, uma liberdade *“sem o outro”*.

Assim, para Barroco (2006), que se fundamentou na ontologia social de Marx, a ética é entendida como a:

“ação prática consciente, que deriva de uma escolha racional entre alternativas e orienta-se por valores que buscam objetivar algo que se considera “valeroso”, “bom”, “justo”, contêm algumas mediações essências: a razão, as alternativas, a consciência, o projeto que queremos realizar, os valores éticos, a responsabilidade em face das implicações objetivas da ação para os outros homens, para

a sociedade. A questão da **responsabilidade** é, pois, central na ação ética, uma vez que ela dá sentido à sociabilidade e à liberdade inerente às escolhas.” (p.8)

A partir das falas que expressam os limites da participação popular no Estado para a emancipação humana, pode-se entrar no debate sobre o que estaria por detrás desses interesses ainda encobertos, mas já experienciados, vividos, que fariam o Estado não responder às demandas do movimento. Mas ainda mostram uma oscilação entre saber que o Estado não responderá a essas demandas e não encontrar alternativas de ação, uma vez que as políticas públicas são encaradas como necessárias para a reprodução da vida. As falas abaixo traduzem isto:

P3 – “Obviamente viria pra que eu tivesse mais acesso a coisas que uns outros, eu tive que fazer por conta própria, ou seja, uma necessidade mesmo de uma...de uma segurança, mínima de de de vida, né! Tipo, você poder, é, vamos lá, viajando né. Você, por exemplo, poder tomar um hormônio acompanhado por um médico, né!? Você poder fazer determinadas coisas pro um médico te assessor dizendo, “olha para por aqui, não faz isso, vamos fazer um exame aqui para ver se dá pra prosseguir nesse caminho”.

P1- “Bom eu, primeira coisa, no ponto de vista pessoal, é, eu embora ache que as coisas não são organizadas, nem pra dar conta do mínimo, que às vezes não dá, eu acho meio inevitável, a gente ter que de alguma forma brigar por essas coisas. Eu não tenho plano de saúde, então se não for pelo SUS, morra! O SUS não funciona bem, verdade! Mas ou é ele ou morra!”

P7- “Bom, políticas públicas para mim é uma eterna, um cabo de forças na tentativa da visibilidade às nossas necessidades e priorizar as nossas necessidades, seja enquanto LGTTB, seja em qualquer outro campo dos direitos humanos.”

Além das necessidades humanas precisarem ser contempladas por alguma espécie de organização coletiva, surgem duas conclusões: uma de que a política pública é necessária para um determinado grupo de pessoas, e na análise aqui feita seria a classe trabalhadora:

P1- “Só que [tosse] se o Estado é tudo isso de complicado, ou é isso, ou nós temos de nos candidatar a sermos filhos do Doutor Antonio Ermírio de Moraes ou da família Marinho, né! Como não é o caso, então não tem outro jeito, né!”

A outra conclusão é a de reconhecer que algumas pessoas não precisam recorrer às políticas públicas para terem suas necessidades de sobrevivência garantidas, mas ainda não expressam explicitamente a luta travada no interior da sociedade de classes. A seguinte fala expressa esta conclusão:

P7- “Bom, políticas públicas para mim é uma eterna, um cabo de forças na tentativa da visibilidade às nossas necessidades e priorizar as nossas necessidades, seja enquanto LGTTB, seja em qualquer outro campo dos direitos humanos.”

Recorrendo a história dos Direitos Humanos e desvelando o Estado como a instituição permeada por interesses da classe burguesa, torna-se visível que a luta pelos direitos humanos se deu no bojo do surgimento da classe trabalhadora e o Estado como aquele que regularia as contradições entre as classes, de maneira a apaziguar essa tensão. Como apontou Vieira (2007), “De fato, não há direito sem a sua realização.” (p.29). Isto posto, torna-se imprescindível fundamentar, proclamar e proteger os direitos humanos.

A questão dos direitos humanos, conforme apontou Vieira (2007), precisa ser recolocada para explicitar suas mediações responsáveis por sua maneira de ser e existir, para não omitir as negatividades e conseqüentemente seu movimento. Como produto da sociedade, os direitos humanos têm sofrido a ação da busca do imediato, da direção única, da naturalização, da homogeneidade, mas, sobretudo, têm sofrido da falta da explicitação das mediações. Estas não se restringem às descrições que as contextualizam. Na

formação do Estado brasileiro, o que impera nos direitos é o princípio do privilégio, nunca o da igualdade ou até mesmo da liberdade. Assim, a participação popular fica restrita ao espaço da política enquanto participação no mercado e a luta se trava somente entre populismo e burocracia. Estes elementos aparecem nas falas abaixo:

P1- “Agora o problema é que tem um monte de interesse em jogo e pra mim durante toda minha vida sempre deu pra perceber isso aí, quando eu entrei na universidade, imagina uma coisa, a gente brigava, a gente fazia um discurso, porque, é..antes da ditadura, a relação entre universidade pública e ensino privado era 60% pública e 40% privada, e quando eu entrei na universidade que foi em 81, que é o final da ditadura, tinha invertido isso, mas era 60 a 40 e a gente achava isso o fim do mundo. Bom se o fim do mundo era isso, hoje, nos matemos. Que hoje a relação é algo em torno de 20/80, deve tá nessa base, então é assim, é um processo de estupro, tem como tudo na nossa sociedade não tem nada assim dado resolvido que não seja sempre na porrada e com todas as condições difíceis que a gente enfrenta, sabe. Do ponto de vista pessoal, ou tem algum alguma política pública, ou né! Não tem mínima possibilidade.

P1- “É, aí também entra uma outra questão, compreender em que sociedade a gente tá e que Estado é esse, que não é pra, está escrito lá: “para o bem comum”, “ahan”, “ahan”, quem quiser acreditar nisso que acredite, está escrito, mas não é assim. Não é feito pra isso. Na real entende, ele é feito pra não funcionar dessa forma, tá!

P1- “Agora, não, não sei se é uma questão que não vai mudar, porque em muitas, ao longo da história teve coisa que mudou, agora mudou tudo, não mudou tudo, porque a correlação de forças estabelecia se as condições de empurrar até uma parte, não tinha condições de empurrar até outra. Não existe, não, nessa, numa sociedade que tem interesse constante como a nossa, tudo é disputa, tudo! Inclusive o movimento!”

No debate sobre qual seria o interesse de gestores, governantes em promover essas ferramentas de participação social, assim por parte dos movimentos sociais organizados, aparece que a origem de todo oportunismo está em partir dos efeitos e não das causas, das partes e não do todo, dos

sintomas e não da coisa; está em ver no interesse particular e na sua satisfação, não um meio de educação tendo em vista a luta final, mas algo de precioso em si ou, pelo menos, algo que, por si próprio, se aproximaria do alvo cuja saída depende da medida em que a consciência “psicologizada”, individualizada se aproxime da consciência concreta.

Em suma, está em confundir o estado efetivo de consciência psicológica dos proletários com a consciência de classe do proletariado, segundo Lukács (1920). Visando impedir que a consciência de classe do proletariado continue a evoluir para se transformar, de simples dado psicológico em adequação ao conjunto da evolução objetiva, a consciência de classe do proletariado caminha para uma orientação oposta, como complementa a fala transcrita abaixo:

P0- “Tem uma questão que colocaram aqui também, acho que apareceram nas reuniões que aconteceram de organização da conferência, que é uma que as reuniões são muito burocráticas, o é quem que vai vir tal dia, como é que vai aparecer o nome de fulano no folder, o folder não veio nem com a data, nem com o horário de início das atividades, nem com, né! Tudo detalhadinho o que ajuda as pessoas a chegarem, só tá dizendo que a inscrição pode ser feita até o sábado às 14h da tarde, mas não diz que horas que começa na sexta, né! Que que vai ter? Não tem nada muito mas, aquela proposta que a gente antes teve de chamar os representantes da secretaria pra dizer das propostas: “olha essa daqui não aconteceu porque?” Isso acabou, eu senti que o Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas ficou meio liso nisso.

P1 – Meio?

P0 - Eu convidei, mas não sei quem vem. E aí algumas respostas de representantes de secretaria que tiveram nas reuniões de organização foram muito interessantes, uma delas é a pessoa que tá representando a secretaria de segurança pública que disse que se pegarem muito no pé dela, ou se a questão virar meio que uma disputa, ou um uma discussão mais acalorada, que ela simplesmente vai levantar e vai sair.”

P1- *“Agora aquilo que é de interesse deles, desculpa gente, eu falei isso aqui nas primeiras reuniões que o interesse do governo e do Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas, como o governo é o que: fazer uma conferência, né? Com muita solenidade, ponto, circunstância. Governo adora isso! Excelentíssimo senhor fulano “papapa”, né! Aí no final faz um plano, num caderninho, né!*

(...)

P1- *“Faz um caderninho ai olha, vai ter reunião fórum de gestores LGBT e o Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas vai lá com os caderninhos e entrega: “olha lá, o que gente faz em Campinas agora.” Isso é o que ele quer.”*

P6 – *“Eu não acho, eu não quis dizer que. Eu entendo o que você tá dizendo, mas não foi isso que eu quis dizer. Posso até refazer, só uma coisa? Eu não acho que o Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas tenha intenções tão, tão sacanas. Sinceramente eu não acho. Eu acho que ele tem uma, um probleminha, probleminha mesmo. Eu acho que ele quer tirar um plano, completo, pra depois poder chegar na outra secretaria, com pouquíssimo poder que ele tem, e falar assim: “decidiu-se isso na conferência e nós precisamos fazer, precisamos marcar uma reunião com o secretário de segurança pública”, eu acho que é pra isso. Ele quer ter uma arma pra trabalhar e fazer esse país melhor, eu acho que em parte é isso.”*

P1- *“Eu acho que em parte é isso.”*

P6 – *“O problema é que quando ele for bater na, depois que sair o plano com 200 deliberações ele pegar cinco deliberações da secretaria de segurança pública, manda, coloca, reproduz um ofício e manda pro secretário de segurança pública pedindo uma reunião, no máximo ele vai ligar pros movimentos sociais, pros cinco grupos organizados da cidade e pedir que agirem juntos pra discutir a reunião. É o máximo! Nós sabemos que o secretário não vai responder o ofício, ou vai demora dois meses pra responder o ofício, quando responder faz um reunião não aparece, manda alguém de segundo escalão, a política pública não anda. É isso que sempre acontece, não é?”*

As falas caminham, assim, com a possibilidade de se pensar sobre o movimento da consciência, por quais caminhos ela se faz, junto ao movimento social da diversidade sexual aqui em questão, mas no sentido de perceber as limitações de subordinação à ordem vigente, a separação entre as classes e a manutenção das opressões, como inexorável, “o sempre foi assim e sempre será”, movimento esse que passa pela indignação, reivindicação e superação.

O interesse momentâneo de um grupo de ativistas que se objetiva alternadamente, pode, de fato, ter uma dupla função: a de ser um passo na direção do alvo e a de ocultar o alvo. Depende exclusivamente da consciência de classe do proletariado; ou no caso aqui analisado, de um grupo que coloca as especificidades da sexualidade e do gênero para a reprodução na reprodução do capital e não da vitória ou do impasse nas lutas particulares, por cima do qual não se pode passar sem retornar a luta de classes do proletariado ao estado mais primitivo do utopismo, conforme discutido por Lukács (1920),

Apontando assim para aquela consciência que entende que o Estado serve a uma classe e que, por isso, é necessário romper com o aparato jurídico-estatal burguês, tomando o poder político para por fim, posteriormente ao Estado, por fim a reificação e a todas as formas de exploração de uma classe sobre a outra, pela via do trabalho livremente associado, mas também como movimento contraditório, permeado de idas e vindas.

E algumas falas trazem elementos de uma análise materialista histórica e dialética do processo, de maneira sempre contraditória, como o movimento da consciência, de participação popular, da constituição do ser social. A seguir as falas que expressam essa contradição, mas trazem elementos importantes para a sua explicitação:

P6- “Quando agora de 2009 pra cá, o Estado passa a chamar as conferências, e o movimento social tem maior ou menor participação na organização das suas conferências e na efetivação delas, a coisa muda um pouco de figura. Porque também, em Campinas, isso significa que talvez se o Estado não chamasse nos não faríamos outra. Faríamos? Ainda que eu concorde com P1,

hoje eu acho que não, porque o que a gente optou? A gente optou por abdicar um espaço onde se reúne um monte de gente, conclama com dois meses de antecedência, marca inscrição, agenda um espaço, faz cadernetinha. “Nhéhnhéh”, convida gente e faz uma conferência, ao invés disso que a gente abdicou disso e fez pequenos espaços de construção de política pública. Reunia a gente que quer discutir saúde, e tentava tocar alguma coisa, reunia gente que discutia educação e tentava tocar outra coisa, e assim. Nenhuma das duas tem funcionado. Nem o Estado chamando e fazendo seu plano municipal desencadeou a construção do Estado que a gente queria, e nem o nosso jeito de fazer segmentado que deu certo também, porque a gente tá muito parado.”

P3- “Eu só queria fazer, eu só queria falar uma coisinha antes, dar uma resposta pra isso que o P1 falou. P1 eu também acho que, que toda essa coisa é uma questão de disputa. Eu não discordo de você nisso daí, o que eu falo é o seguinte, eu estou extremamente cansada, entendeu?”

(...)

P3- “Agora, sim, como eu falei diminuir essa área de disputar em cima daquilo que a gente acha que tem perna pra fazer ou que a gente tem certeza que tem pernas pra fazer, enfim, entendeu? E dar porrada, sabe? Aonde dói, eu sou a favor que bater onde dói, seja num combate corpo a corpo, seja numa disputa política, entendeu, bate até onde dói.”

P1- “Só queria colocar uma questão aqui, assim, primeiro, é P0, falou uma questão que eu acho super importante, participação popular e controle social, né. Tudo isso, de novo vou falar, é disputa. Nós estamos lá no conselho municipal de saúde, tentando fazer uma série de enfrentamentos aí ao governo, mesmo em questões que envolvem privatização e tudo mais, com todos os limites que isso aí tem, porque mesmo a legislação do SUS que é a legislação que configura um sistema, que é considerado no Brasil o sistema mais avançado, mais forte tudo ainda é uma coisa complicada. Porque a gente, “Ah”, a gente aprova, as coisas e o governo é descumpre. A consequência pro governo ela é ou a mínima ou inexistente. Outra, e uma outra coisa, mas o problema é o seguinte, eu quero ver o que é possível avançar, porque não existe, não tem outro jeito, não tem outro jeito! Nem, eu não vou, eu não vou ser, nem nenhuma das pessoas com quem eu convivo amanhã vai ser filho do Antônio Ermírio, essa é a realidade! E mesmo as pessoas que eu conheço que

tem plano de saúde, reclamam muito mais do que as pessoas comuns que usam o SUS.”

P1- “Só que eu falei: “escuta, quem aqui nesse auditório”, devia ter uma 100 pessoas lá, é, “mesmo quem é militante de esquerda, aliás, que não foi formado nessa sociedade, influenciado pelos valores dessa sociedade?” E não tem assim, que nem a igreja católica sobre o Jubileu que no ano 2000 tinha uma porta, uma porta religiosa, passava na porta: “aí, tô purificado!” O caralho! Não tem essa, continua criado o machista, racista, pá! E no máximo tenta ver se avança. Agora achar assim ó: “agora entrei no Identidade, e superei todas as” superou o caralho! Desculpa! Esqueça isso! Continua com todas as merdas que, que já tinham vindo antes. Então, primeiro eu acho que tem que ver essa questão, agora pra mim é um espaço de disputa, não adianta, todos eles são. Qualquer lugar que a gente vai estar. Nessa questão especificamente que o P5 citou, lamentavelmente, aí a gente vive os nossos dilemas, tá. Que são, por exemplo, aqui no Identidade, até onde eu me lembro, a gente limpou a área em relação a despatologização, mas é bem capaz da pessoa lá do teu espaço público, pegar o texto: “olha aqui a fulana é do grupo transexual não sei do que, engraçado P5, por que ela fala uma coisa diferente de você?”

P1- “Esse é o problema, eu não vou entrar muito nesse mérito, assim, da questão religiosa, minha leitura da história da humanidade não é religiosa, e a minha leitura da história da humanidade é de que existem disputas que vem de construções sociais, ideológicas, e que a gente vive no meio disso tudo! E nós fazemos parte disso.”

Sumarizando, neste ponto, sobre o movimento da consciência, qual o caminho percorrido e quais rumos apontam fica explícito que o movimento da consciência é um movimento contraditório, reflexivo do movimento da realidade, do concreto, sendo que seus limites, encontrados aqui em um grupo de ativista do movimento da diversidade sexual também são limitados por suas escolhas táticas, que são baseadas em sua estratégia. Assim, as mediações na consciência realizadas pela ideologia burguesa, individualizante, descolam a subjetividade da materialidade e assim alienam o ser humano de sua condição de desenvolvimento, enquanto ser social. Essas contradições não sendo

reveladas comprometem os rumos do movimento para a adaptação, para a reprodução da ordem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“-Então, o que se sabe sobre esse assassinato, o que foi esclarecido?”

Então, ainda não foi esclarecido. Ainda não foi esclarecido. Porque vai ficar a versão oficial dele. E a versão oficial dele é ” olha..ela tentou me pegar com uma faca e eu me defendi” Primeiro que não foi achado faca. Segundo que, uma pessoa que vai se defender não precisa deformar o rosto da outra de paulada. Entende? Não teve paulada nos braços, não teve paulada nas pernas, foi só na cabeça. Do pescoço pra baixo ela tava intacta. Ou seja, ela foi pega de surpresa. O cara era muito maior que ela (...) Isso estava no boletim de ocorrência. Então, o que se sabe é isso. O que se sabe é que existe a versão dele, que é isso que pra polícia já tá ótimo porque *a polícia não tá preocupada em investigar, porque ela era travesti mesmo então ninguém vai correr atrás.*” (Coletivo de Comunicadores Populares, 2010)

Ao debater os resultados de cada eixo anteriormente desenvolvidos, torna-se explícita a fissura que o grupo do movimento social da diversidade sexual em questão, apresenta entre as políticas públicas e sociais e as políticas econômicas. Essa cisão, quase naturalizada, não é exclusividade desse grupo, ela expressa a concepção ideológica fatorialista do mundo, como se o ser humano pudesse ser trabalhador de dia e de noite lésbica, travesti, transexual, etc. Como se a mediação entre aspectos da vida do ser humano, enquanto ser social pudesse ser dividida, mas alienado dessa condição pode ser melhor explorado e dominado.

Behring e Boschetti (2006) apontam como encarar os desafios e quais os desdobramentos para se trabalhar com a questão da política social: recusar a falsa questão economicismo X politicismo como solução das desigualdades; encarar a tendência não redistributiva no mundo atual e a fragilidade, não imobilidade, dos movimentos operário e popular, social, nesse contexto; qualificar o debate em torno do conceito de cidadania e o caráter tático importante nesse contexto, radicalizando o conceito de democracia; recusar o conceito de escassez de recursos que coloca o debate acerca das políticas sociais numa sociedade marcada pelo desperdício em meio a abundância; maior precisão do conceito de Estado no capitalismo maduro, de relativa

autonomia e de diretiva política com consciência de classe (Estado ampliado com hegemonia burguesa); compreender melhor a articulação público/privado ou Estado/sociedade civil no campo da política social; explicitação das potencialidades da tradição marxista para a abordagem da política social, de modo a contribuir para enfrentar os limites apontados pelo vc faz uns parágrafos enormesssa superação das desigualdades por meio da institucionalidade, do Estado.

Um ponto importante de se debater é aquele que traz as acusações de que uma análise baseada no marxismo traria essa divisão a “fatorialização” da vida, esposa e trabalhadora, por exemplo, encobrindo que a ideologia burguesa é quem a divide dessa forma, é a positivização do método materialista histórico e dialético, ou seja da própria dialética. Coloca-se a unidade entre a opressão e a exploração, desta maneira opressão e exploração são absolutos e sua unidade se dá pela afirmação da exploração e o abandono da opressão e desta forma, a intrínseca e inseparável relação entre o marxismo e feminismo, o primeiro subordina o segundo (Iasi, 1991).

. Por meio do materialismo histórico e dialético pretende-se superar a lógica formal e se utilizar da dialética como o movimento do concreto, que não o determina, mas que é reflexivamente determinado pelo movimento da realidade objetiva, para analisar e tornar explícitas como relacionam as questões da diversidade sexual e a luta de classes. Apreender esse movimento não como fatores, mas como mediações do concreto, é trazer à tona que a sociedade, ao se dividir em classes, se aproveita da homofobia por meio de sua ideologia como motor para a reprodução de valores, tradições e costumes que assim são naturalizados.

A não universalização do ser humano por meio do Estado, enquanto cidadão, ao invés de ser humano-genérico, coloca a necessidade de se debater os limites desse conceito em dar conta do movimento do real.

Outro aspecto nesse debate é o limite imposto ao próprio movimento social da diversidade sexual que, ao ter como tática, e às vezes até como estratégia, a luta por políticas sociais, diz não acreditar que a política social, principalmente as setorializadas, darão conta de suas demandas, explicitando

a contradição imposta pela divisão de classe, “ruim com ela, pior sem ela”, mas que não podem abrir mão delas para sua própria existência.

Essa é a expressão da realidade na qual vivemos, encoberta pela ideologia burguesa da imutabilidade das coisas. O ato humano é preñado de intencionalidade e acontece em um determinado tempo histórico, o passado nos determina, e o futuro é condição do que realizarmos no presente. Este é o limite com o qual os seres históricos constroem suas trajetórias.

Sobre a função da V Conferência Municipal de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual o grupo reconhece que vivemos em um momento histórico de conferências municipais, estaduais, nacionais e de pactos internacionais sobre direitos humanos. A indignação e a não reivindicação da eficácia destes instrumentos de participação popular na promoção desses direitos e das políticas sociais, pode ter o efeito inverso caindo no fatalismo, na naturalização dessas desigualdades.

Esses documentos e processos são referências para o combate as violações cometidas pela sociedade. Os resultados aqui debatidos apontam esse processo como espaço de formação e de desvelamento da contradição imposta pela divisão da sociedade em classes. São assim um produto histórico da civilização ocidental.

Portanto, é preciso avançar na análise de que o Estado é um instrumento, que como tal, intenciona para um fim - a legitimação da violência imposta pela desigualdade causada pela divisão de classes. No entanto, para sua superação não basta apenas atacá-lo, negá-lo, é preciso apreendê-lo em suas contradições não exclusivas. O Estado não é “o” instrumento de mediação da sociedade, mas da mediação inconciliável das desigualdades, que serve a interesses da classe dominante. Assim, disputá-lo é necessário, mas não como fim em si mesmo, como uma das táticas para a superação da sociedade dividida em classes.

O movimento da consciência, então, pode ser assim analisado como um movimento contraditório, explicitado nas falas dos participantes na reunião de planejamento para a V Conferência. O caminho percorrido por esse movimento contraditório da consciência nos mostra que ele não é dado a priori, mas é

cheio de mediações e determinações impostas pela vivência concreta desse grupo, ou seja, a vivência da sexualidade desviante da norma heteronormativa e a vivência da violência imposta por essa condição. Estas aparecem como a primeira motivação de junção no grupo, mas aos poucos, outras mediações surgem e o limite dado pela desigualdade imposta pela sociedade de classes se interpõe de maneira ainda contraditória, mas potente de ação transformadora.

Um dos efeitos encontrados pela falsa mediação na consciência feita pela ideologia burguesa é a individualização das vivências humanas, descoladas de sua singularidade-particularidade-universalidade. Assim, se tem como efeito dessa falsa mediação o descolamento da subjetividade da materialidade, da vivencia objetiva, e assim, alienam o ser humano de sua condição de desenvolvimento enquanto ser social, histórico.

Os participantes dessa pesquisa nos revelam que a consciência ainda de indignação, explicitando as contradições, consciência “em si”, é a expressão entre a vivência da contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas. Essa passagem da consciência, que antes só se reconhecia enquanto ser humano pela simples externalização dos demais, se reconhece enquanto indivíduo, mas já se reconhece no outro, se identifica enquanto grupo, mas não ainda enquanto classe.

A “consciência em si” representa essa vivência das relações imediatas e é um passo essencial para a sua superação, mas também pode acabar por se distanciar de sua superação, retornando aos mecanismos de adaptação á ordem estabelecida, como as falas que expressam o fatalismo nos faz pensar, por exemplo, àquelas que trazem os elementos da fé como explicação para as contradições do ser humano. O fatalismo e a adaptação trabalham com os efeitos, com os sintomas, mas não com as causas.

Deste modo, o processo de Conferências, a participação em um grupo de ativistas que se questiona sobre os limites de sua atuação, pode levar o indivíduo a essa contradição e ao processo de tomada de consciência para um novo patamar. A constatação de que a sociedade precisa ser transformada, e a negação de sua reforma, é a superação da consciência de reivindicação pela de transformação, mas desvelar os condicionantes históricos para esses

passos ainda é um desafio para o movimento da diversidade sexual. A questão é se perguntar para além da constatação de que somos seres desejantes, dos subjetivismos, mas como desejamos o que desejamos.

6.1. LIMITES QUE APONTAM RUMOS

Alguns dos limites encontrados neste estudo apontam para horizontes de pesquisa para outros trabalhos. Os caminhos a percorrer são muitos e não esperam um fim em si mesmo, mas de que esta reflexão auxilie na análise sobre como a luta pela diversidade sexual, contra a homofobia e pela desnaturalização da heteronormatividade, pode conduzir para uma ação consciente de superação da ordem social vigente, não apenas nas questões relacionadas à sexualidade, mas da superação da sociedade dividida em classes e da dominação patriarcal na qual vivemos.

Ao trazer para o debate a vivência de um grupo de ativistas do movimento da diversidade sexual ficou evidente a necessidade de historicizar a vivência desse movimento ao longo de sua trajetória junto aos instrumentos de participação popular analisando as determinações históricas e possibilidades concretas para sua superação. Pelos limites inerentes ao processo de pesquisa do mestrado esse aprofundamento ficou restrita a V Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT.

Assim, o caminho a percorrer, e até agora percorrido, colocam que as soluções e as categorias não são exclusivamente acadêmicas e nem científicas, mas surgem na relação dialética entre conhecimento acadêmico e a prática social, em que ambos se retroalimentam. Portanto, ao analisar a trajetória percorrida por esse grupo, pretendeu-se aprofundar algo que apenas se iniciou com este estudo: analisar o movimento da consciência presente em um grupo de ativistas do movimento da diversidade sexual, o “Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual”, por meio do resgate histórico de suas experiências em espaços do controle social, de participação popular, junto ao Estado. Para tanto, se faz necessário ainda aprofundar a análise sobre como a opressão relacionada à diversidade sexual se dá por meio da discussão da ontologia do ser humano enquanto ser social, resgatar o histórico do processo de participação em mecanismos estatais de controle social, por meio de quem

viveu esse processo e de documentos oficiais e de ativistas do movimento social da diversidade sexual, apreender o movimento da consciência presente nesse grupo, e analisar sua proposta de emancipação humana por meio da atuação junta as questões da diversidade sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association. (1995). *DSM IV: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Barroco, M. L. (2006). *Ética, Direitos Humanos e Diversidade*. In Cadernos Especiais n. 37, edição: 28 de agosto a 25 de setembro de 2006. Acessado em 20 outubro de 2010. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/Cadernos37.PDF>.

Barroco, M. L. (2009). A historicidade dos direitos humanos. *Revista PUC Viva*, São Paulo: ed.33. Acessado em 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/39-edicao-33/433-a-historicidade-dos-direitos-humanos1>

Behring, E.R. & Boschetti, I. (2006). *Política Social: fundamentos e história*. SP: Cortez Editora.

Brasil. Ministério da Justiça (1996). Programa Nacional de Direitos Humanos I. Brasília: Ministério da Justiça. Acessado em 20 setembro de 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndh1.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. (2006). Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 8 p. (Série E. Legislação de Saúde).

Brasil. Presidência da República (2009a). Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Acessado em 18 de junho de 2011. Disponível em: C:\Users\cristiane\Desktop\Mestrado\Leituras - resenha\Plano Nacional LGBT - I Conf 2008.pdf

Brasil. Ministério da Justiça (2009b). Programa Nacional de Direitos Humanos III. Brasília: Ministério da Justiça, 226p. Acessado em 20 setembro de 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. (2010). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 22p. Acessado em 21 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/texto_da_politica_lgbt_sgep.pdf

Coletivo de Comunicadores Populares (2010). Acessado em 5 de setembro de 2010. Disponível em: <http://comunicadorespopulares.org/?p=1926>.

Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução Nº 01/1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Acessado em 10 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.crp.org.br/crp/orientacao/legislacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_001-99.aspx

Conselho Federal de Psicologia (2006). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Acessado em 21 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/codigo_etica.pdf

Conselho Nacional de Saúde (1996). Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Resolução Nº. 196/96. Acessado em 21 de dezembro de 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm

Dafermos, M. & Marvakis, A. (2006). Critiques in Psychology – Critical Psychology, *Annual Review of Critical Psychology*, 5

Delari Jr, A. (2011.) *Questões de método em Vigotski - busca da verdade e caminhos da cognição*. Acessado em 20 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.vigotski.net/uem-metodo_artigo.pdf

Duque, T. (2011). *Montagens e Desmontagens - Desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

Facchini, R. (2005). *"Sopa de letrinhas"?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

Fry, P. & MacRae, E. (1983). *O que é homossexualidade?* (2ª Ed.) São Paulo: Editora Brasiliense.

Fundação Perseu Abramo. (2010). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e respeito às diferenças sexuais*. Acessado em 28 de setembro de 2010. Disponível em:
<http://www2.fpa.org.br/portal/modules-/news/index.php?storytopic=1770>.

Green, J.N. (1999). *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp.

Heller, A. (2008). *O Cotidiano e a História*. (8a Ed.), São Paulo: Paz e Terra.

Iasi, M.L. (1991). *Olhar o mundo com os olhos de mulher? (À respeito dos homens e a luta feminista)*. Acessado em 21 de outubro de 2011. Disponível em: C:\Users\cristiane\Desktop\Mestrado\Leituras - resenha\Mauro Iasi - feminismo.pdf

Iasi, M.L. (2006). *As metamorfoses da consciência de classe: Entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.

Iasi, M.L. (2007) *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.

IBGE (2000). *Censo Demográfico. Revista da Região Metropolitana de Campinas*. Maio 2001

IBGE (2010) Censo 2010. Acessado em 21 de dezembro de 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=35.

Junqueira, R.D. (2007). Limites e possibilidade de um conceito em meio a disputas. Revista Bagoas: UFRN. Acessado em 20 outubro de 2011: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf

Konder, L. (2000). *Os sofrimentos do "homem burguês"*. São Paulo: Editora SENAC.

Konder, L. (2010). *Em torno de Marx*. São Paulo: Editora Boitempo.

Kosik, K. (1989). *Dialética do Concreto*. (5ª Ed.), São Paulo: Paz e Terra.

Lênin, V. (2007) *O Estado e a Revolução*. (1ª Ed.) São Paulo: Expressão Popular.

Lessa, S. e Tonet, I. (2008). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

Lionço, T. (2008) Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. *Saúde Sociedade*, São Paulo, 17, (2), p.11-21.

Lukács, G. (1920). Consciência de Classe. Acessado em 15 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/consciencia/index.htm>

Martín-Baró, I. (1997) O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2, (1), p.7-27.

Martín-Baró, I. (2000) *Acción y ideología* (10ed), 1-51. San Salvador: UCA editores.

Martins, L.M. (2008). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Acessado em 07 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>

Marx e Engels (2004) *Manuscritos econômicos filosóficos*. (trad. Jesus Ranieri). São Paulo. Boitempo.

Montaño, C. E. (2002). O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. *Revista Lutas Sociais*, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem.

Novack, G. (2006). *Introdução a lógica marxista*, São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

Paniago, M.C.S. (s/d) Controle Social e Controle do Capital: meios de combate à desigualdade? Acessado em 15 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.cristinapaniago.com/textos>

Prefeitura Municipal de Campinas (2005). Mapa da Violência e Discriminação em Campinas. Acessado em 21 de dezembro de 2010. Disponível em: www.espacogls.com.br/cr-glttb/mapa-violencia-discriminacao.doc

Princípios de Yogyakarta (2006). Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Acessado em 26 de julho de 2010. Disponível em: www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf.

Rizzoto, M. L. F. (2000). *O Banco Mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS*. Campinas: [s.n.]. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP. 2000.

Rubin, G. (1986). El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” Del sexo. *Nueva Antropología*, 8, (30), 95-145.

Saffioti, H. (2011). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Tertulian, N. (1996). Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács. *Crítica Marxista*, vol 1 54-69 (Tradução Ivo Tonet)

Tolman, C.W. (2003). The Moral Dimension of Psychological Practice, Theory, and Subject Matter. Appeared in: D. Hill & M. Kral (Eds.), *About Psychology: Essays at the Crossroads of History, Theory, and Philosophy*, New York: SUNY Press, 35-54.

Vieira, E. (2007). *Os Direitos e a Política Social*. São Paulo, Cortez.

Vigotsky, L. (2004). *A transformação socialista do homem*. Acessado em 10 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm> Trad. Nilson Dória.

WHO. World Health Organization. (2005). *Décima revisão da Classificação Internacional de Doenças – CID 10*. Geneva, Switzerland: Author. Acessado em 05 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icd/en/index.html>

Yamamoto O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*. 19 (1), 30-37.

Yamamoto, O. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 26 n. especial, 9-24.

Anexo I.

Perguntas Disparadoras

- *Contextualizar acerca dos objetivos da reunião, chamada pelo próprio grupo para debater, avaliar as proposições a serem encaminhadas para a V Conferência Municipal LGBT do município de Campinas/SP.*
- Qual seria para o grupo, hoje, a função da política social voltada para as questões desse segmento, LGBT, da diversidade sexual, para a vida pessoal?
- E enquanto tática do movimento social?
- *Para o grupo, como se dá a relação entre as políticas sociais e as necessidades das pessoas por ela atingidas, “alvo”? Resolveria, criaria necessidades, etc*
- Qual a trajetória deste grupo com relação ao processo das conferências setoriais, LGBT? Qual seria o objetivo com esse processo no início e hoje? *(Controle Social, qual o papel?)*
- Qual a expectativa deste grupo sobre esse processo de conferências acerca da temática LGBT em 2011, principalmente, da V Conferência Municipal?

Anexo II. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____

RG: _____, sei que estou participando e concordo em participar da pesquisa “MOVIMENTO LGBTT, POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE E CONSCIÊNCIA: QUAIS SÃO OS DILEMAS?”, desenvolvida por Cristiane Ramos de Matos Marçal e orientada pela professora Dra Raquel Souza Lobo Guzzo (ambas da PUC-Campinas), e que tem por objetivo analisar a função da políticas social de saúde para a população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) implementada no município de Campinas, por meio da discussão junto ao movimento social sobre a formulação e implementação dessa política, e a constituição da subjetividade, bem como o avanço da consciência, no contexto da vivência da sexualidade no capitalismo.

Concordo que a participação nas reuniões para a discussão desta temática é voluntária e sei que posso desistir de participar, retirando meu consentimento, inclusive durante o desenvolvimento da pesquisa, se assim eu desejar e que o trabalho não trará prejuízos para mim ou minha família, mesmo que o conteúdo seja gravado. Além de que, como participante não serei pessoalmente identificado na produção decorrente deste estudo.

Reconheço que este estudo servirá para uma compreensão sobre a efetividade da política social e o papel do movimento social, que desse modo possa ajudar na conformação de políticas mais efetivas para esse segmento.

Para garantia do livre e esclarecido consentimento, serão assinadas duas cópias deste material, uma pela pesquisadora e outra pelo participante, ficando uma cópia para cada. Fica, ainda, garantido que a pesquisadora se presta a esclarecer qualquer dúvida que surgir antes e/ou durante para desenvolvimento desta pesquisa. Lembrando que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa PUC-Campinas e que qualquer irregularidade pode ser encaminhada para esse comitê, por meio do telefone indicado abaixo. Também esta indicado abaixo o telefone pelo qual se pode entrar em contato diretamente com o pesquisador.

Campinas, ___/___/____.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do participante desta pesquisa

Telefones para contato: Comitê de Ética PUC-Campinas: 33433677 / Cristiane R.M. Marçal: 33056456

Anexo III. Caracterização dos participantes

Sigla na transcrição	Idade	Cor da pele	Trabalho e/ou profissão	Participação movimento social, ONGs, OGs	Cidade onde nasceu	Escolaridade Formal e não formal	Parceria sexual	Identificação de gênero	Com quem vive hoje	Religião
P0	Pesquisadora									
P1	48	Mestiço	Advogado	Movimento Estudantil de 1977 a 1985, Movimento Sindical de 1987 a 1997, Movimento LGBT de 1995 até hoje. Grupo Expressão de 1995 a 1998 e Identidade de 1998 até hoje	Pelotas - RS	Superior	Com o cara que aparecer	Masculino	Com um amigo	Nenhuma
P2	33	Beijinha	Agente de Prevenção	Grupo Identidade desde 2008 e Programa Municipal DST/AIDS	Santo André	2º grau	Mulheres	Mulher	Com uma amiga (Lola)	Prefiro as drogas alucinógenas
P3	48	Branca	Operadora de Máquinas	Militância em geral nos últimos 20 anos, sendo os últimos 8 anos no Identidade	São Bernardo do Campo	2º grau incompleto	Múltipla	Feminina com nuances	Ninguém	Wicca: tradições antigas recompiladas neopagãs (bruxaria)

P4	44	Preta	Funcionária pública área da saúde	Identidade desde 2003	Campinas	Superior incompleto	Homem Trans	Feminino	Casada há 9 anos com Régis	Espírita
P5	39	Branca	Funcionário público na área de segurança pública	Identidade +/- 8 anos	Campinas	3º grau - 10º semestre em Direito	Sim, com uma mulher	Masculino - transexual	Casado há 9 anos com Kátia	Espírita
P6	34	Bege	Professor de Educação Física	Identidade desde 2002, Centro Acadêmico de Relações Internacionais (1995/1997) Centro Acadêmico de Educação Física (2006/2008), Diretório Central dos Estudantes (2006/2008)	Franca	Bacharelado em Relações Internacionais, Licenciatura em Educação Física e Mestre em Educação Física	O que aparecer	Cada vez mais feminina	Sozinho	Ateu
P7	49	Preta	Educador Social e Atendente I	Grupo Corsa – 1994; Identidade – 2002; Rede Nacional de Negras e Negros LGBT – 2005; CRAMI - 2004	Presidente Prudente	Universitário	Homens HSH	Homossexual	Divido apartamento com uma lésbica	Candomblé
P8	28	Branca	Professor de Inglês	Identidade (7 meses), Frente Paulista Contra a	São Paulo	Superior Completo	Felipe	Independência Masculina	Parente	Católico Apostólico Romano

				Homofobia (8 meses) GLSEN (Catholic Charities)						Independente
P9	24	Pardo	Agente de Viagens	Identidade 2011	Varginha - MG	Superior Completo	Homens	Masculino	Amigo	Não
P10		Branca	Cabelereiro	Só do Identidade 2009 e antes	Campinas	2º grau completo	Nenhuma pessoa até o momento	Feminino e masculino	Com a família	Candomblé
P11	29	Negro	Estudante Pós-Graduação	C.A. Eng. Agrícola UFLA (2004), Identidade desde 2010, Conselho Comunidade Negra desde 2011 e NARA (Núcleo Assuntos pela Reforma Agrária) - 2002/2003 – ID agora	Lavras	3º grau, mestrado e atualmente doutorando (Engenharia Agrícola)	Homens	Masculina	Amigos/República	Espírita Kardecista

Anexo IV. Quadro síntese das falas

Objetivos	Falas Transcritas
<p>Função da Política Social</p>	<p>P3 – “Obviamente viria pra que eu tivesse mais acesso a coisas que uns outros, eu tive que fazer por conta própria, ou seja, uma necessidade mesmo de uma...de uma segurança, mínima de de de vida, né! Tipo, você poder, é, vamos lá, viajando né. Você, por exemplo, poder tomar um hormônio acompanhado por um médico, né!? Você poder fazer determinadas coisas pro um médico te assessor dizendo, “olha para por aqui, não faz isso, vamos fazer um exame aqui para ver se dá pra prosseguir nesse caminho”.</p>
	<p>P3 – “Já foi um momento, já tive um momento na minha vida onde eu acreditava que era preciso brigar por essas políticas públicas, incluir as pessoas que não tavam amparadas por essas políticas públicas. Aquela noção primarilha de cidadania né! Bem primária mesmo. É, essa noção aos poucos ela foi meio que se desfazendo, tá! Aliás, hoje eu acho que, acho que é uma mera [riso] uma mera lembrança assim, né! Ah, porque a gente sabe que isso não inclui, que não vai incluir, você sabe que não há um mínimo interesse de que isso aconteça ou quando há, é, enfim, é servindo interesses pessoais de quem está lá ou pessoais, ou interesses de um determinado coletivo de pessoas que tão no poder, ou enfim, menos, menos os interesses das pessoas que realmente precisam daquela política, ou que precisariam daquela política, né!”</p>
	<p>P7- “Bom, políticas públicas para mim é uma eterna, um cabo de forças na tentativa da visibilidade às nossas necessidades e priorizar as nossas necessidades, seja enquanto LGTTB, seja em qualquer outro campo dos direitos humanos.”</p>
	<p>P1- “Bom eu, primeira coisa, no ponto de vista pessoal, é, eu embora ache que as coisas não são organizadas, nem pra dar conta do mínimo, que às vezes não dá, eu acho meio inevitável, a gente ter que de alguma forma brigar por essas coisas. Eu não tenho plano de saúde, então se não for pelo SUS, morra! O SUS não funciona bem, verdade! Mas ou é ele ou morra!”</p>
	<p>P1- “Só que [tosse] se o Estado é tudo isso de complicado, ou é isso, ou nós temos nós candidatar a sermos filhos do Doutor Antonio Ermírio de Moraes ou da família Marinho, né! Como não é o caso, então não tem outro jeito, né!”</p>
	<p>P1- “É, ai também entra uma outra questão, compreender em que sociedade a gente tá e que Estado é esse, que não é pra, está escrito lá: “para o bem comum”, “ahan”, “ahan”, quem quiser acreditar nisso que acredite, está escrito, mas não é assim. Não é feito pra isso. Na real entende, ele é feito pra não funcionar dessa forma, tá!”</p>
	<p>P6 – “Eu tenho um certo desacordo com o final da fala do P1, do resto não, então não vou repetir o que eu acho que concordo, tudo bem? Só queria pegar um ganchinho só, na sua fala P1, que é o que eu tava pensando mesmo. Primeiro que pra mim eu queria que políticas públicas, públicas então, dessem em conta de quase em todas as demandas da minha vida, entende? Para é, quero deixar explícito que eu queria viver numa sociedade onde tivesse, onde um arranjo coletivo desse conta de quase todas as demandas que eu tenho. Inclusive compra, sabe assim, o que hoje eu compro de itens básicos, eu não queria que fosse, que eu tivesse que comprar as coisas no supermercado porque não é nada disso, eu queria mesmo que tudo fosse solucionado de uma maneira coletiva e pública. Quase tudo. É, a gente concorda. Então esse é o tamanho de política pública que eu queria. E a gente tá muito longe disso e está talvez, e tenho dúvida se a gente caminha sempre pra um Estado ou para um arranjo, ou pra um ordenamento coletivo, onde as políticas públicas ocupem um lugar cada vez menor. Acho que isso vai e volta, a gente, isso ainda tá em disputa, é mais eu não, como a P3 eu perdi muito da crença de que é possível, que a minha mão, a minha mão organizada direcione para mais políticas públicas ou pra menos políticas públicas. Eu perdi também, muito dessa crença, num estou mais nessa onda, faço uma luta mais restrita assim, menos macro, menos ambiciosa. Já cheguei a participar do Identidade achando que a gente fosse conseguir pautar nacionalmente, mundialmente, não a gente Identidade, mas o</p>

movimento fosse conseguir se organizar e dizer pro mundo como é que queria ser tratado. Hoje tô cagando, “ah”, tô boa! É, bom, isso é uma coisa, a outra, com relação às políticas públicas LGBT ao contrario do pensamento das políticas públicas em geral, as políticas públicas LGBT pra mim tem se elas não terminarem um dia não vou chegar no arranjo que eu quero. Quando a gente chegar nesse caso que eu penso que devem existir políticas públicas de diversidade sexual não vão ser necessárias. Essa é uma contradição que tá, que tem que estar sempre na minha cabeça quando eu for pensar em política pública LGBT, se eu for pensar em alguma coisa a de eterno, eu tenho que me questionar. A proposta que eu for fazer na conferência tem que ter como horizonte o fim dela, senão, senão eu tô pensando errado! Pro meu Estado, pro Estado que eu quero construir!

P11-“ Assim quando envolve a questão política, por isso que eu, porque quando ela perguntou da questão política, política social, política pública, na minha cabeça ficou tudo embananado, né? Mas, né! Do que já é. E ai, porque eu fico perguntando, puxa porque envolvem tanta questão política mesma, a parte social e a parte pública não tem direito a nada.”

P5- “Quando eu comecei no Identidade eu pensava que a gente podia realmente mudar o mundo, não que eu desacredite agora. Mas eu acho que nosso poder não é tanto quanto eu imaginava que a gente tinha. Então assim, uma das, uma coisas que caíram por terra com a minha maturidade é que é uma reflexão de Rousseau há 1900 e guaraná de rolha que é real, não é o Estado que vive pro cidadão. É o cidadão que vive pro estado. Essa é a impressão que dá. O Estado é o grande senhor e a gente se curva.”

<p>Avaliação da Conferência</p>	<p>P3 – “Ah, hoje em dia, no ponto de vista da militância eu acho que ainda vejo ainda ainda brigo um pouco por isso e bem pouco, e eu reconheço que bem pouco, tá? Porque eu não vejo mais, outro caminho é, quer dizer, vejo outros caminhos, mas não vejo outros caminhos tão exequíveis assim, que eu ainda conheço assim, e que possam acontecer, né!? A médio prazo, né!? No mínimo. Então, tá, tem só esse caminho, vamos lutar por ele e ver o que acontece. [riso] né! Mas assim.. por mim eu já teria extrapolado essa briga por política pública a muito tempo, já comentei com você mesmo P0, que eu não estou com “saco” pra ir nessa conferência até por conta disso.. eu não quero , não quero estar nessa conferência, entendeu!? Não quero mesmo, e não irei! Em dia nenhum! Digo, já antes que a reunião termine, de antemão, não irei! Entendeu? Porque eu não acredito mais que surja algum fruto interessante dali. Sabe!? Eu tô completamente discrente, entendeu!? Assim, ajudo naquilo que o grupo tirar com relação a isso, posso empenhar algum esforço. Mas assim, por um sentido de grupo mesmo.. Pra dizer que eu acredito, eu pessoalmente acredito nisso, não mais, entendeu!? Nessa, acredito, que eu acredito nessa briga. Se a maioria do grupo acredita, ou pensa que acredita, tá, enquanto isso enquanto esse sentimento perdurar eu vou eu vou ajudando, mas depois disso, não sei!”</p>
	<p>P1- “Agora, se o estado é isso, se essas políticas públicas tão colocadas com todos esses limites, é essa a questão, eu não acho que tem que ir pra uma conferência achando que a conferência vai resultar em grandes coisas. E olha eu até acho que a conferência tem um aspecto interessante que é o. (...) Eu acho que é na conferência que a gente, entre outras coisas tem a possibilidade de dialogar com pessoas novas, né!? Que vem pra assim, talvez, de também lutar por essas coisas, essas pessoas novas, possivelmente não pensarão como nós aqui..né? Agora, é o caso da gente pensar, então só vale a pena fazer movimentos com quem pensa igual a gente? Eu acho que não. Então pra mim, por exemplo, na conferência lá, a P7 deu uma informação acho que no domingo que tinha trinta e poucas pessoas inscritas e que não eram, pelo menos a principio, identificadas como sendo de nenhum dos grupos que já existem na cidade. O que é uma coisa interessante! Que pode ser que elas cheguem lá, pode ser que apareçam pessoas lá e que olhem criticamente tudo, inclusive nós, mesmo as coisas que nós colocamos aqui. Isso pode acontecer. Por isso pra mim é interessante uma conferência porque a possibilidade de surgir novas pessoas e a gente nova que vai olhar e vai dizer; “olha, isso que vocês do Identidade estão defendendo é uma besteira, uma idiotice!”</p>
	<p>P1- “Segundo, eu, ai eu acho, assim no Identidade a gente deveria tentar trabalhar com a idéia de que, a conferência, “ahn”, não deveria, não deveria trabalhar, com, a priori, com essa questão de um plano, o plano na minha opinião a gente deveria levar a idéia de que o plano ele não é a deliberação da conferência, a conferência aponta diretrizes e propostas que depois de um certo tempo a gente vai poder verificar se elas de fato se concretizaram e se isso é algo digno de ser chamado de um plano, simplesmente escrever propostas num papel, né? E ai, sair falando,” olha terminou a conferência num plano municipal”, eu acho q isso ai é uma.(...) É uma repetição de outras coisas, de outras, até outras falsificações feitas em outros espaços em nível estadual e nível nacional, então pra mim o que valeria a pena,(...) problematizar ao máximo essa ideia, de que a conferência vai ser o grande momento em que a gente vai lá, e no final vai dar todo mundo as mãos e cantar aquela musiquinha <i>amigos para sempre</i> e vai dizer “agora temos um plano LGBT em Campinas”.</p>

	<p>P1 – “Ai uma terceira coisa eu penso que a gente tem que problematizar mais ainda essa questão problematizar, mais ainda essa questão propriamente. “Ah”, uma essa coisa de LGBT, eu não estou falando da LGBT do ponto de vista identitário, não é nem isso assim, se tem que ser referencia LGBT ou diversidade sexual, que eu acho inclusive que fazer isso ai, de ficar cravando batalha também não resolve porra nenhuma, é uma viadagem no mal sentido. Agora é, acho que problematizar o seguinte, qual é o sentido, de políticas LGBT? Pra que que servem políticas LGBT? Qual é o significado de ter lá a gavetinha de políticas LGBT, considerando o tipo de Estado que a gente tem, e mesmo Estado, que a gente , um Estado que a gente mude, ainda que a gente mude esse Estado, qual é o sentido de ter gavetinha LGBT nas políticas públicas? E a última questão que é como que é como que o que a conferência LGBT vai aprovar, dialoga com que as conferências, não só da cidade aqui.. a gente teve a conferência da saúde, como é que dialoga a conferência LGBT com uma conferência da saúde? Como dialoga com a conferência da educação, e assim por diante?”</p> <p>P6- “É, agora com relação à conferência mesmo eu queria lembrar que é eu não sei se a gente teria uma conferência como foram as três primeiras, é, se o movimento, se o Estado não tivesse chamado a conferência. Nas três primeiras edições da conferência campineira, que talvez sejam das mais antigas do país, e eu acho que talvez seja a cidade que mais fez conferências, não sei se tem outra.”</p> <p>P1- “É a cidade que mais fez.”</p> <p>P6- “Talvez seja a cidade do país que mais fez conferência.”</p> <p>P0- “Essa é a quinta.”</p> <p>P6 – “É a quinta, nenhuma outra cidade do país fez cinco conferências.”</p> <p>P1- “É mais antiga também, né!”</p> <p>P6 – “Mais antiga até.”</p> <p>(...)</p> <p>P6- “Não, 2003 aconteceu a primeira, depois 2004, depois 2005, intervalo até 2009.</p> <p>P1- “Foi no embalo do OP.” (Orçamento Participativo)</p> <p>P6- “Isso, enquanto a gente achava que dava pra transformar o mundo, transformar o Estado brasileiro, num Estado que atendesse as demandas de diversidade sexual, via políticas públicas, quanto agente acreditou nisso pra valer, nós fomos lá batemos no governo e falamos assim: “vem aqui que vocês têm que nos escutar e fazer como o que a gente tá dizendo que vocês têm que fazer”, nós chamamos as conferências.”</p> <p>P6- “Quando agora de 2009 pra cá, o Estado passa a chamar as conferências, e o movimento social tem maior ou menor participação na</p>
--	---

	<p>organização das suas conferências e na efetivação delas, a coisa muda um pouco de figura. Porque também, em Campinas, isso significa que talvez se o Estado não chamasse nos não faríamos outra. Faríamos? Ainda que eu concorde com P1, hoje eu acho que não, porque o que a gente optou? A gente optou por abdicar um espaço onde se reúne um monte de gente, conchama com dois meses de antecedência, marca inscrição, agenda um espaço, faz caderninha. “Nhéhnhéhé”, convida gente e faz uma conferência, ao invés disso que a gente abdicou disso e fez pequenos espaços de construção de política pública. Reunia a gente que quer discutir saúde, e tentava tocar alguma coisa, reunia gente que discutia educação e tentava tocar outra coisa, e assim. Nenhuma das duas tem funcionado. Nem o Estado chamando e fazendo seu plano municipal desencadeou a construção do Estado que a gente queria, e nem o nosso jeito de fazer segmentado que deu certo também, porque a gente tá muito parado. Eu acho, por isso que eu me animei um pouco, com essa conferência, porque eu acho que é isso mesmo P1, é um momento da gente reunir gente nova, talvez, um pouquinho de gente nova, a gente mesmo que depois acabou um espaço, como era o Fórum LGTTB de Campinas, não se encontra mais, então é um momento de a gente se encontrar inclusive, às “cacura”, botar o dedo na cara uma da outra e fazer tentar recuperar um pouquinho da construção da política pública no município, só pra isso! Só pra isso! É.”</p>
	<p>P4- “E pra mim o que eu penso que é bom para o governo, para o município, é: foi feita a conferência, por quê? Um bando de gente tá pedindo. Quem é esse bando de gente? Quem que é meia dúzia de pessoas que vai tá lá discutindo, nós mesmos para nós mesmos. Qual o interesse do município nisso?</p> <p>P11 - Mas então?</p> <p>P4 - Apenas para mostrar que fez a conferência, mais nada!</p>
	<p>P1- “Agora, não, não sei se é uma questão que não vai mudar, porque em muitas, ao longo da história teve coisa que mudou, agora mudou tudo, não mudou tudo, porque a correlação de forças estabelecia se as condições de empurrar até uma parte, não tinha condições de empurrar até outra. Não existe, não, nessa, numa sociedade que tem interesse constante como a nossa, tudo é disputa, tudo! Inclusive o movimento! Agora aquilo que é de interesse deles, desculpa gente, eu falei isso aqui nas primeiras reuniões que o interesse do governo e do Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual, como o governo é o que: fazer uma conferência, né? Com muita solenidade, ponto, circunstância. Governo adora isso! Excelentíssimo senhor fulano “papapa”, né! Aí no final faz um plano, num caderninho, né!</p> <p>(...)</p> <p>P1- “Faz um caderninho ai olha, vai ter reunião fórum de gestores LGBT e o Coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas vai lá com os caderninhos e entrega: “olha lá, o que gente faz em Campinas agora.” Isso é o que ele quer.”</p>
	<p>P6 – “Eu não acho, eu não quis dizer que. Eu entendo o que você tá dizendo, mas não foi isso que eu quis dizer. Posso até refazer, só uma coisa? Eu não acho que o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas tenha intenções tão, tão sacanas. Sinceramente eu não acho. Eu acho que ele tem uma, um probleminha, probleminha mesmo. Eu acho que ele quer tirar um plano, completo, pra depois poder chegar na outra secretaria, com pouquíssimo poder que ele tem, e falar assim: “decidiu-se isso na conferência e</p>

	<p>nós precisamos fazer, precisamos marcar uma reunião com o secretário de segurança pública”, eu acho que é pra isso. Ele quer ter uma arma pra trabalhar e fazer esse país melhor, eu acho que em parte é isso.”</p> <p>P1- “Eu acho que em parte é isso.”</p> <p>P6 – “O problema é que quando ele for bater na, depois que sair o plano com 200 deliberações ele pegar cinco deliberações da secretaria de segurança pública, manda, coloca, reproduz um ofício e manda pro secretário de segurança pública pedindo uma reunião, no máximo ele vai ligar pros movimentos sociais, pros cinco grupos organizados da cidade e pedir que agirem juntos pra discutir a reunião. É o máximo! Nós sabemos que o secretário não vai responder o ofício, ou vai demora dois meses pra responder o ofício, quando responder faz um reunião não aparece, manda alguém de segundo escalão, a política pública não anda. É isso que sempre acontece, não é?”</p> <p>P1- “Só queria colocar uma questão aqui, assim, primeiro, é P0, falou uma questão que eu acho super importante, participação popular e controle social, né. Tudo isso, de novo vou falar, é disputa. Nós estamos lá no conselho municipal de saúde, tentando fazer uma série de enfrentamentos aí ao governo, mesmo em questões que envolvem privatização e tudo mais, com todos os limites que isso aí tem, porque mesmo a legislação do SUS que é a legislação que configura um sistema, que é considerado no Brasil o sistema mais avançado, mais forte tudo ainda é uma coisa complicada. Porque a gente, “Ah”, a gente aprova, as coisas e o governo é, descumpre. A consequência pro governo ela é ou a mínima ou inexistente. Outra, e uma outra coisa, mas o problema é o seguinte, eu quero ver o que é possível avançar, porque não existe, não tem outro jeito, não tem outro jeito! Nem, eu não vou, eu não vou ser, nem nenhuma das pessoas com quem eu convivo amanhã vai ser filho do Antônio Ermírio, essa é a realidade! E mesmo as pessoas que eu conheço que tem plano de saúde, reclamam muito mais do que as pessoas comuns que usam o SUS.”</p> <p>P1- “Só que eu falei: “escuta, quem aqui nesse auditório”, devia ter uma 100 pessoas lá, é, “mesmo quem é militante de esquerda, aliás, que não foi formado nessa sociedade, influenciado pelos valores dessa sociedade?” E não tem assim, que nem a igreja católica sobre o Jubileu que no ano 2000 tinha uma porta, uma porta religiosa, passava na porta: “aí, tô purificado!” O caralho! Não tem essa, continua criado o machista, racista, pá! E no máximo tenta ver se avança. Agora achar assim ó: “agora entrei no Identidade, e superei todas as” superou o caralho! Desculpa! Esqueça isso! Continua com todas as merdas que, que já tinham vindo antes. Então, primeiro eu acho que tem que ver essa questão, agora pra mim é um espaço de disputa, não adianta, todos eles são. Qualquer lugar que a gente vai estar. Nessa questão especificamente que o P5 citou, lamentavelmente, aí a gente vive os nossos dilemas, tá. Que são, por exemplo, aqui no Identidade, até onde eu me lembro, a gente limpou a área em relação a despatologização, mas é bem capaz da pessoa lá do teu espaço público, pegar o texto: “olha aqui a fulana é do grupo transexual não sei do que, engraçado P5, por que ela fala uma coisa diferente de você?”</p>

Elementos de Consciência	P3 – “Obviamente viria pra que eu tivesse mais acesso a coisas que uns outros, eu tive que fazer por conta própria, ou seja, uma necessidade mesmo de uma...de uma segurança, mínima de de de vida, né! Tipo, você poder, é, vamos lá, viajando né. Você, por exemplo, poder tomar um hormônio acompanhado por um médico, né!? Você poder fazer determinadas coisas pro um médico te assessor dizendo, “olha para por aqui, não faz isso, vamos fazer um exame aqui para ver se dá pra prosseguir nesse caminho”.
	P3 – “Ah, hoje em dia, no ponto de vista da militância eu acho que ainda vejo ainda brigo um pouco por isso e bem pouco, e eu reconheço que bem pouco, tá? Porque eu não vejo mais, outro caminho é, quer dizer, vejo outros caminhos, mas não vejo outros caminhos tão exequíveis assim, que eu ainda conheço assim, e que possam acontecer, né!? A médio prazo, né!? No mínimo. Então, tá, tem só esse caminho, vamos lutar por ele e ver o que acontece. [riso] né! Mas assim.. por mim eu já teria extrapolado essa briga por política pública a muito tempo, já comentei com você mesmo P0, que eu não estou com “saco” pra ir nessa conferência até por conta disso.. eu não quero , não quero estar nessa conferência, entendeu! Não quero mesmo, e não irei! Em dia nenhum! Digo, já antes que a reunião termine, de antemão, não irei! Entendeu? Porque eu não acredito mais que surja algum fruto interessante dali. Sabe!? Eu estou completamente descrente, entendeu!? Assim, ajudo naquilo que o grupo tirar com relação a isso, posso empenhar algum esforço. Mas assim, por um sentido de grupo mesmo. Pra dizer que eu acredito, eu pessoalmente acredito nisso, não mais, entendeu!? Nessa, acredito, que eu acredito nessa briga. Se a maioria do grupo acredita, ou pensa que acredita, tá, enquanto isso enquanto esse sentimento perdurar eu vou eu vou ajudando, mas depois disso, não sei!”
	P3 – “Já foi um momento, já tive um momento na minha vida onde eu acreditava que era preciso brigar por essas políticas públicas, incluir as pessoas que não estavam amparadas por essas políticas públicas. Aquela noção primarilha de cidadania né! Bem primária mesmo. É, essa noção aos poucos ela foi meio que se desfazendo, tá! Aliás, hoje eu acho que, acho que é uma mera [riso] uma mera lembrança assim, né! Ah, porque a gente sabe que isso não inclui, que não vai incluir, você sabe que não há um mínimo interesse de que isso aconteça ou quando há, é, enfim, é servindo interesses pessoais de quem está lá ou pessoais, ou interesses de um determinado coletivo de pessoas que tão no poder, ou enfim, menos, menos os interesses das pessoas que realmente precisam daquela política, ou que precisariam daquela política, né!”
	P7- “Bom, políticas públicas para mim é uma eterna, um cabo de forças na tentativa da visibilidade às nossas necessidades e priorizar as nossas necessidades, seja enquanto LGTTB, seja em qualquer outro campo dos direitos humanos.”
	P1- “Bom eu, primeira coisa, no ponto de vista pessoal, é, eu embora ache que as coisas não são organizadas, nem pra dar conta do mínimo, que às vezes não dá, eu acho meio inevitável, a gente ter que de alguma forma brigar por essas coisas. Eu não tenho plano de saúde, então se não for pelo SUS, morra! O SUS não funciona bem, verdade! Mas ou é ele ou morra!”
	P1- “Só que [tosse] se o Estado é tudo isso de complicado, ou é isso, ou nós temos nós candidatar a sermos filhos do Doutor Antonio Ermírio de Moraes ou da família Marinho, né! Como não é o caso, então não tem outro jeito, né!”
	P1- “Agora o problema é que tem um monte de interesse em jogo e pra mim durante toda minha vida sempre deu pra perceber isso aí, quando eu entrei na universidade, imagina uma coisa, a gente brigava, a gente fazia um discurso, porque, é..antes da ditadura, a relação entre universidade pública e ensino privado era 60% pública e 40% privada, e quando eu entrei na universidade que foi em 81, que é o final da ditadura, tinha invertido isso, mas era 60 a 40 e a gente achava isso o fim do mundo. Bom se o fim do mundo era isso, hoje, nos matemos. Que hoje a relação é algo em torno de 20/80, deve tá nessa base, então é assim, é um processo de estupro, tem como tudo na nossa sociedade não tem nada assim dado resolvido que não seja sempre na porrada e com todas as condições difíceis que a gente enfrenta, sabe. Do ponto de vista pessoal, ou tem algum alguma política pública, ou né! Não tem mínima possibilidade.

	<p>P1- “É, aí também entra uma outra questão, compreender em que sociedade a gente tá e que Estado é esse, que não é pra, está escrito lá: “para o bem comum”, “ahan”, “ahan”, quem quiser acreditar nisso que acredite, está escrito, mas não é assim. Não é feito pra isso. Na real entende, ele é feito pra não funcionar dessa forma, tá! É até que ponto a nossa luta incidi ou não nisso é uma coisa que está pra ser visto, entende! Não tem, é, “hum”, se no próprio SUS com isso que eu falei, é ele só existe com todas essas limites porque teve um tanto de gente que foi pra rua, que foi que isso, não agora, não é agora não, isso é a mais de 20 anos, pelo menos, que teve um movimento que começou a se organizar porque a coisa era pior ainda. No caso de, pegando o caso de aqui Campinas mesmo, eu mudei pra cá em 94, mas acompanhei um pouco antes disso, a mudança que foi, por exemplo, a expansão dos centros de saúde, com todos os problemas que tem, assim, tem um monte de problema, agora hoje os Centros de Saúde, que tem esses limites, há trinta anos não tinha. Não tinha! Essa rede, hoje, com a, com a capilaridade que tem, ela não existia. É uma coisa, é até engraçado pensar isso. É uma coisa meio que curiosa, assim, “ah”, mas então, ali no naquela região do Vila Ipê que tem os Centros de Saúde lá, que tem uma galera militante porreta lá, é isso não existia há 30 anos. Que hoje faz parte da realidade daquelas pessoas, com todos os problemas que tem, e vai lá, e denuncia não toleram. É isso que eu acho que é bem básico pra nós, né! Que é a questão da saúde.”</p>
	<p>P1- “Agora, se o estado é isso, se essas políticas públicas tão colocadas com todos esses limites, é essa a questão, eu não acho que tem que ir pra uma conferência achando que a conferência vai resultar em grandes coisas. E olha eu até acho que a conferência tem um aspecto interessante que é o. (...) Eu acho que é na conferência que a gente, entre outras coisas tem a possibilidade de dialogar com pessoas novas, né!? Que vem pra assim, talvez, de também lutar por essas coisas, essas pessoas novas, possivelmente não pensarão como nós aqui..né? Agora, é o caso da gente pensar, então só vale a pena fazer movimentos com quem pensa igual a gente? Eu acho que não. Então pra mim, por exemplo, na conferência lá, a P7 deu uma informação acho que no domingo que tinha trinta e poucas pessoas inscritas e que não eram, pelo menos a principio, identificadas como sendo de nenhum dos grupos que já existem na cidade. O que é uma coisa interessante! Que pode ser que elas cheguem lá, pode ser que apareçam pessoas lá e que olhem criticamente tudo, inclusive nós, mesmo as coisas que nós colocamos aqui. Isso pode acontecer. Por isso pra mim é interessante uma conferência porque a possibilidade de surgir novas pessoas e a gente nova que vai olhar e vai dizer; “olha, isso que vocês do Identidade estão defendendo é uma besteira, uma idiotice!”</p>
	<p>P1- “Segundo, eu, ai eu acho, assim no Identidade a gente deveria tentar trabalhar com a idéia de que, a conferência, “ahn”, não deveria, não deveria trabalhar, com, a priori, com essa questão de um plano, o plano na minha opinião a gente deveria levar a idéia de que o plano ele não é a deliberação da conferência, a conferência aponta diretrizes e propostas que depois de um certo tempo a gente vai poder verificar se elas de fato se concretizaram e se isso é algo digno de ser chamado de um plano, simplesmente escrever propostas num papel, né? E ai, sair falando,” olha terminou a conferência num plano municipal”, eu acho q isso ai é uma.(...) É uma repetição de outras coisas, de outras, até outras falsificações feitas em outros espaços em nível estadual e nível nacional, então pra mim o que valeria a pena,(...) problematizar ao máximo essa ideia, de que a conferência vai ser o grande momento em que a gente vai lá, e no final vai dar todo mundo as mãos e cantar aquela musiquinha <i>amigos para sempre</i> e vai dizer “agora temos um plano LGBT em Campinas”.</p>
	<p>P1 – “Ai uma terceira coisa eu penso que a gente tem que problematizar mais ainda essa questão problematizar, mais ainda essa questão</p>

	<p>propriamente. “Ah”, uma essa coisa de LGBT, eu não estou falando da LGBT do ponto de vista identitário, não é nem isso assim, se tem que ser referencia LGBT ou diversidade sexual, que eu acho inclusive que fazer isso ai, de ficar cravando batalha também não resolve porra nenhuma, é uma viadagem no mal sentido. Agora é, acho que problematizar o seguinte, qual é o sentido, de políticas LGBT? Pra que que servem políticas LGBT? Qual é o significado de ter lá a gavetinha de políticas LGBT, considerando o tipo de Estado que a gente tem, e mesmo Estado, que a gente , um Estado que a gente mude, ainda que a gente mude esse Estado, qual é o sentido de ter gavetinha LGBT nas políticas públicas? E a última questão que é como que é como que o que a conferência LGBT vai aprovar, dialoga com que as conferências, não só da cidade aqui.. a gente teve a conferência da saúde, como é que dialoga a conferência LGBT com uma conferência da saúde? Como dialoga com a conferência da educação, e assim por diante</p>
	<p>P1 – “E a última questão que é como que é como que o que a conferência LGBT vai aprovar, dialoga com que as conferências, não só da cidade aqui. a gente teve a conferência da saúde, como é que dialoga a conferência LGBT com uma conferência da saúde? Como dialoga com a conferência da educação, e assim por diante?” Bom pra mim, isso seria o mais importante e nas propostas, aí eu eu vou adiantar uma questão, eu acho que nas propostas tem que parar com essa mania de ficar fazendo um detalhamento assim, máximo de propostas, eu acho que a gente tem que tentar fazer propostas mais abrangentes, tá? Ahn, se possível tentando recuperar a construção anterior das, da conferência anterior, aqui mesmo da cidade, e fazer... não achar uma coisa que virou uma certa, um fetiche no movimento, o bom é ser uma conferência que só aprove 200 propostas, 300 propostas, isso é uma idiotice, depois não implementam “porra” nenhuma e ai o governo faz o que quer com aquilo que foi aprovado lá.”</p>
	<p>P6 – “Eu tenho um certo desacordo com o final da fala do P1, do resto não, então não vou repetir o que eu acho que concordo, tudo bem? Só queria pegar um ganchinho só, na sua fala P1, que é o que eu tava pensando mesmo. Primeiro que pra mim eu queria que políticas públicas, públicas então, dessem em conta de quase em todas as demandas da minha vida, entende? Para é, quero deixar explícito que eu queria viver numa sociedade onde tivesse, onde um arranjo coletivo desse conta de quase todas as demandas que eu tenho. Inclusive compra, sabe assim, o que hoje eu compro de itens básicos, eu não queria que fosse, que eu tivesse que comprar as coisas no supermercado porque não é nada disso, eu queria mesmo que tudo fosse solucionado de uma maneira coletiva e pública. Quase tudo. É, a gente concorda. Então esse é o tamanho de política pública que eu queria. E a gente tá muito longe disso e está talvez, e tenho duvida se a gente caminha sempre pra um Estado ou para um arranjo, ou pra um ordenamento coletivo, onde as políticas públicas ocupem um lugar cada vez menor. Acho que isso vai e volta, a gente, isso ainda tá em disputa, é mais eu não, como a P3 eu perdi muito da crença de que é possível, que a minha mão, a minha mão organizada direcione para mais políticas públicas ou pra menos políticas públicas. Eu perdi também, muito dessa crença, num estou mais nessa onda, faço uma luta mais restrita assim, menos macro, menos ambiciosa. Já cheguei a participar do Identidade achando que a gente fosse conseguir pautar nacionalmente, mundialmente, não a gente Identidade, mas o movimento fosse conseguir se organizar e dizer pro mundo como é que queria ser tratado. Hoje tô cagando, “ah”, tô boa! É, bom, isso é uma coisa, a outra, com relação às políticas públicas LGBT ao contrario do pensamento das políticas públicas em geral, as políticas públicas LGBT pra mim tem se elas não terminarem um dia não vou chegar no arranjo que eu quero. Quando a gente chegar nesse caso que eu</p>

	<p>penso que dever existir políticas públicas de diversidade sexual não vão ser necessárias. Essa é uma contradição que tá, que tem que estar sempre na minha cabeça quando eu for pensar em política pública LGBT, se eu for pensar em alguma coisa a de eterno, eu tenho que me questionar. A proposta que eu for fazer na conferência tem que ter como horizonte o fim dela, senão, senão eu tô pensando errado! Pro meu Estado, pro Estado que eu quero construir!</p>
	<p>P6- “É, agora com relação à conferência mesmo eu queria lembrar que é eu não sei se a gente teria uma conferência como foram as três primeiras, é, se o movimento, se o Estado não tivesse chamado a conferência. Nas três primeiras edições da conferência campineira, que talvez sejam das mais antigas do país, e eu acho que talvez seja a cidade que mais fez conferências, não sei se tem outra.”</p> <p>P1- “É a cidade que mais fez.”</p> <p>P6- “Talvez seja a cidade do país que mais fez conferência.”</p> <p>P0- “Essa é a quinta.”</p> <p>P6 – “É a quinta, nenhuma outra cidade do país fez cinco conferências.”</p> <p>P1- “É mais antiga também, né!”</p> <p>P6 – “Mais antiga até.”</p> <p>(...)</p> <p>P6- “Não, 2003 aconteceu a primeira, depois 2004, depois 2005, intervalo até 2009.</p> <p>P1- “Foi no embalo do OP.” (Orçamento Participativo)</p> <p>P6- “Isso, enquanto a gente achava que dava pra transformar o mundo, transformar o Estado brasileiro, num Estado que atendesse as demandas de diversidade sexual, via políticas públicas, quanto agente acreditou nisso pra valer, nós fomos lá batemos no governo e falamos assim: “vem aqui que vocês têm que nos escutar e fazer como o que a gente tá dizendo que vocês têm que fazer”, nós chamamos as conferências.”</p>
	<p>P6- “Quando agora de 2009 pra cá, o Estado passa a chamar as conferências, e o movimento social tem maior ou menor participação na organização das suas conferências e na efetivação delas, a coisa muda um pouco de figura. Porque também, em Campinas, isso significa que talvez se o Estado não chamasse nos não faríamos outra. Faríamos? Ainda que eu concorde com P1, hoje eu acho que não, porque o que a gente optou? A gente optou por abdicar um espaço onde se reúne um monte de gente, conclama com dois meses de antecedência,</p>

	<p>marca inscrição, agenda um espaço, faz cadernetinha. “Nhéhéhéhé”, convida gente e faz uma conferência, ao invés disso que a gente abdicou disso e fez pequenos espaços de construção de política pública. Reunia a gente que quer discutir saúde, e tentava tocar alguma coisa, reunia gente que discutia educação e tentava tocar outra coisa, e assim. Nenhuma das duas tem funcionado. Nem o Estado chamando e fazendo seu plano municipal desencadeou a construção do Estado que a gente queria, e nem o nosso jeito de fazer segmentado que deu certo também, porque a gente tá muito parado. Eu acho, por isso que eu me animei um pouco, com essa conferência, porque eu acho que é isso mesmo P1, é um momento da gente reunir gente nova, talvez, um pouquinho de gente nova, a gente mesmo que depois acabou um espaço, como era o Fórum LGTTB de Campinas, não se encontra mais, então é um momento de a gente se encontrar inclusive, às “cacura”, botar o dedo na cara uma da outra e fazer tentar recuperar um pouquinho da construção da política pública no município, só pra isso! Só pra isso! É.”</p>
	<p>P6- “As divergências vêm agora. É na parte operacional mesmo. Eu estou cagando e andando se vai sair um plano. E eu não acho que se vai sair um plano ou se vai sair uma carta de diretrizes, o que eu quero dizer é o seguinte, tanto uma carta com diretrizes, quanto um plano podem ser ou muito abrangentes ou bastante específicos. Tanto uma coisa quanto a outra, mentira! Porque eu posso tirar uma carta de diretrizes com três diretrizes e elas serem muito aprofundadas. Ou eu posso tirar um plano que faça as trezentas indicações cada uma das trezentas muito aprofundadas também. Como vai chamar isso, não me interessa. O que eu acho é que a gente devia sim, priorizar algumas ações, e não tirar a carta geral, porque a carta geral eu pego antes de 2003, e valido ela. Pra mim é a mesma coisa, não precisa passar por uma conferência, carta de diretrizes, nós produzimos pelo menos quatro vezes. Agora eu acho que assim, uma educação que escolhe uma ação, vai fundo nessa ação e diz sim, quando ela deve acontecer, quem deve fazer, é nesse nível de detalhamento, isso eu acho. Eu acho que deve ser. É, eu não sei se vai sair do papel, mas eu tenho certeza que se sair só uma diretriz que a educação seja, paute a diversidade sexual sempre, em Campinas, daí é que não sai nada. Porque se eu fiz todo esforço de reunir um monte de gente que tá interessada inclusive um gato pingado, que sabe, sem vergonha do governo que vão lá falar que tão interessados em fazer uma educação pró diversidade sexual nesse município, se eu reunisse esses “coisos” e sentar ali, eu vou sentar, eu vou usar esse tempo pra falar com eles “Fio, [3 palmas] você vai falar quando, você vai falar com quem, você vai falar com quem, como que é que vai ser o controle social, da onde vai sair o dinheiro quando é que eu te cobro, onde é que ‘cê mora? Onde ‘cê almoça</p>
	<p>P0- “Tem uma questão que colocaram aqui também, acho que apareceram nas reuniões que aconteceram de organização da conferência, que é uma que as reuniões são muito burocráticas, o é quem que vai vir tal dia, como é que vai aparecer o nome de fulano no folder, o folder não veio nem com a data, nem com o horário de início das atividades, nem com, né! Tudo detalhadinho o que ajuda as pessoas a chegarem, só tá dizendo que a inscrição pode ser feita até o sábado às 14h da tarde, mas não diz que horas que começa na sexta, né! Que que vai ter? Não tem nada muito mas, aquela proposta que a gente antes teve de chamar os representantes da secretaria pra dizer das propostas: “olha essa daqui não aconteceu porque?” Isso acabou, eu senti que o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas ficou</p>

	<p>meio liso nisso.</p> <p>P1 – Meio?</p> <p>P0 - Eu convidei, mas não sei quem vem. E aí algumas respostas de representantes de secretaria que tiveram nas reuniões de organização foram muito interessantes, uma delas é a pessoa que tá representando a secretaria de segurança pública que disse que se pegarem muito no pé dela, ou se a questão virar meio que uma disputa, ou um uma discussão mais acalorada, que ela simplesmente vai levantar e vai sair.</p> <p>P6 – Experimenta sair.</p> <p>[Risos]</p> <p>P5 - Experimenta sair.</p> <p>P3 - Gente agora eu mudei de ideia e tô querendo ir nessa conferência.”</p>
	<p>P11- – “Uai, então pra que, que fez essa conferência?(...) É, ah, gente! As pessoas lutam por um ideal, né? Sei lá, vão lá por um objetivo, a conferência é pra isso, discutir política pública esse é o objetivo, minimamente no caso aqui municipal, né? (...) Assim quando envolve a questão política, por isso que eu, porque quando ela perguntou da questão política, política social, política pública, na minha cabeça ficou tudo embananado, né? Mas, né! Do que já é. E aí, porque eu fico perguntando, puxa porque envolvem tanta questão política mesma, a parte social e a parte pública não tem direito a nada.”</p>
	<p>P4- “E pra mim o que eu penso que é bom para o governo, para o município, é: foi feita a conferência, por quê? Um bando de gente tá pedindo. Quem é esse bando de gente? Quem que é meia dúzia de pessoas que vai tá lá discutindo, nós mesmos para nós mesmos. Qual o interesse do município nisso?</p> <p>P11 - Mas então?</p> <p>P4 - Apenas para mostrar que fez a conferência, mais nada!</p> <p>P11 - Como que vi ser validado isso? Por quem?</p> <p>P4- Você entende? Porque quem cobra depois tudo isso? Quando? Como? Então.</p>

	<p>(...)</p> <p>P11- É, é desestimulante.”</p>
	<p>P1- “No meu ponto de vista, o Estado, o Estado aqui é entendido como município, um só, o poder público municipal escancarar isso, eu não acho ruim! Eu não acho ruim! Só que é uma questão escancara, se isso fica escancarado, ai eu posso ter a seguinte questão, é... aquele personagem do desenho, ”ó vida, ó céus”.. ó vida ó céus o caralho. É outra coisa, como é que é? Vai levantar, vai embora? Não vai não. Não pode! Porque não pode? Não pode, porque chamou a conferência e disse que ia debater políticas públicas, então vai ficar e vai ouvir tudo que tem que ouvir. É isso! Porque é disputa, gente, não adianta, é disputa eles fazem isso e vão continuar fazendo.”</p>
	<p>P1- “Agora, não, não sei se é uma questão que não vai mudar, porque em muitas, ao longo da história teve coisa que mudou, agora mudou tudo, não mudou tudo, porque a correlação de forças estabelecia se as condições de empurrar até uma parte, não tinha condições de empurrar até outra. Não existe, não, nessa, numa sociedade que tem interesse constante como a nossa, tudo é disputa, tudo! Inclusive o movimento! Agora aquilo que é de interesse deles, desculpa gente, eu falei isso aqui nas primeiras reuniões que o interesse do governo e do Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas, como o governo é o que: fazer uma conferência, né? Com muita solenidade, ponto, circunstância. Governo adora isso! Excelentíssimo senhor fulano “papapa”, né! Aí no final faz um plano, num caderninho, né!</p>
	<p>(...)</p> <p>P1- “Faz um caderninho ai olha, vai ter reunião fórum de gestores LGBT e o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas vai lá com os caderninhos e entrega: “olha lá, o que gente faz em Campinas agora.” Isso é o que ele quer.”</p>
	<p>P6 – “Eu não acho, eu não quis dizer que. Eu entendo o que você tá dizendo, mas não foi isso que eu quis dizer. Posso até refazer, só uma coisa? Eu não acho que o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas tenha intenções tão, tão sacanas. Sinceramente eu não acho. Eu acho que ele tem uma, um probleminha, probleminha mesmo. Eu acho que ele quer tirar um plano, completo, pra depois poder chegar na outra secretaria, com pouquíssimo poder que ele tem, e falar assim: “decidiu-se isso na conferência e nós precisamos fazer, precisamos marcar uma reunião com o secretário de segurança pública”, eu acho que é pra isso. Ele quer ter uma arma pra trabalhar e fazer esse país melhor, eu acho que em parte é isso.”</p> <p>P1- “Eu acho que em parte é isso.”</p> <p>P6 – “O problema é que quando ele for bater na, depois que sair o plano com 200 deliberações ele pegar cinco deliberações da secretaria</p>

	<p>de segurança pública, manda, coloca, reproduz um ofício e manda pro secretário de segurança pública pedindo uma reunião, no máximo ele vai ligar pros movimentos sociais, pros cinco grupos organizados da cidade e pedir que agirem juntos pra discutir a reunião. É o máximo! Nós sabemos que o secretário não vai responder o ofício, ou vai demora dois meses pra responder o ofício, quando responder faz um reunião não aparece, manda alguém de segundo escalão, a política pública não anda. É isso que sempre acontece, não é?”</p>
	<p>P6- “Como é que, qual nossa estratégia pra mudar essa porra, a minha expectativa pra conferência é essa. Que a gente tenha, em vez de, pode ter as cinco bonita lá, tô cagando, o Identidade decidiu, que uma delas ou duas delas, não sei, não interessa, que tem uma prioridade ali. O Identidade só decidiu, se a gente acordar que nós vamos melar a cabeça de quem for porque nós queremos que aquilo saia do papel, se a gente e eu conheço as coisa desse grupo., se a gente decidir que aquilo vai sair do papel, ai já não é o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas com o seu planinho. Eu tô cagando pra ele. Ai, é nós vamos fazer o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas andar, junto, e nós vamos lá bater na segurança pública, nós vamos ficar na porta deles. Só que são quatro, nossas perninhas, são as 3, 4 coisinhas que nós vamos decidir que nós vamos fazer no próximo ano ou dois anos, entende? Pra mim é isso que nós temos que, que essa conferência serve, porque você tem toda a razão somos nós seis, então que que nós seis vamos dar conta de fazer.”</p>
	<p>P5- “Quando eu comecei no Identidade eu pensava que a gente podia realmente mudar o mundo, não que eu desacredite agora. Mas eu acho que nosso poder não é tanto quanto eu imaginava que a gente tinha. Então assim, uma das, uma coisas que caíram por terra com a minha maturidade é que é uma reflexão de Rousseau há 1900 e guaraná de rolha que é real, não é o Estado que vive pro cidadão. É o cidadão que vive pro estado. Essa é a impressão que dá. O Estado é o grande senhor e a gente se curva.”</p>
	<p>P5- “Então, realmente eu acho assim, a gente é que serve o Estado, em vez do Estado servir o cidadão, não há lei que faça o contrário, por quê? Porque até as leis são usadas pelo Estado pra derrubar o cidadão. Então eu assim, minha primeira desilusão é em relação a isso, a gente viu isso muito bem na marcha pra Brasília, falou-se tanto da marcha em rumo a, contra a homofobia “tal, tal, tal” e se mobilizou no Fórum de travestis e transexuais. Deu a maior discussão que roupa ia, com que não ia, que a gente tinha que ir limpinho e não vai, como que vai, pra chegar lá o quê? O plano ser contra a homofobia, o kit ser vendido. Então assim, existem acordos, a gente sabe. Eu inclusive hoje também nem sou mais filiado ao PT, porque até do partido político eu já acho dentro de uma grande porcaria, todo mundo rouba, todo mundo mete a mão na sujeira, na lama. Porque eu chego à seguinte reflexão como espírita, o ser humano não presta. É verdade! O ser humano não presta, o ser humano é podre, o ser humano é passível dos sentimentos mais horríveis em relação ao outro, mesmo a gente do nosso movimento. Tem lugares que a gente tá cansado de ir, que a gente é discriminado, principalmente nós travestis e transexuais, pelos gays e lésbicas. A gente mesmo não se tolera, né?”</p>
	<p>P5- “Essa coordenadoria não é respeitada, como a psicóloga do CREAS LGBT de Campinas me falou esses dias, ela, a Coordenadora do</p>

	<p>CREAS LGBT de Campinas me falou, desculpa. Só tá no, só tá no papel, só tá na, nem no papel a coordenadoria não tá. Então, a gente não sabe pra próxima gestão como que vai ficar, mas enfim.</p> <p>P11 – “Coordenadoria de ?”</p> <p>P3- “LGBT”</p> <p>P1- “Política para Diversidade Sexual do município. Ela não é formalizada.”</p> <p>P5- “Ela não é formalizada entendeu.”</p> <p>P0- “ela não tá em.”</p> <p>P6- “No organograma das secretarias.”</p> <p>P5- “Eu acho que ela foi criada na verdade porque era uma forma do prefeito arrumar dinheiro de algum lugar, que deve ter usado isso pra ganhar dinheiro. Então, voltando na questão da proposta, eu concordo com a questão da gente tirar uma, no máximo, três metas de cada tema, eixo. Saúde e tal, segurança pública.”</p>
	<p>P5- “(...) pra ver se o grupo Identidade, a gente consegue por a mão na cara das pessoas necessárias pra gente implementar as propostas. Porque proposta escrita não é como a lei, não significa que vai ser executada depois. E aí eu concordo contigo, P6. Sempre penso isso, que, que a gente vai fazer depois? Como a gente faz nosso controle social? Como que a gente leva o governo a executar a proposta que a gente fez? Agora eu fico pensando, eu tava pensando ontem isso antes de dormir, é em relação a minha vida como funcionário público. Poxa, eu fiz um documento na guarda municipal, pedindo pra que eu use o banheiro masculino porque até hoje eu não consegui arrumar, usar essa bosta de banheiro masculino, por quê? Não me cedem as chaves dos armários. Eu posso usar, ir lá, mijar, posso cagar, posso fazer o que for, mas armário eu não tenho, pra tomar banho e pra usar armário eu tenho que ir no feminino. Daí fiz um documento, o documento veio pedindo meu laudo, meu laudo clínico. A priori, pra resolver a questão, eu coloquei no documento, entrego “ahan”, eu entrego em tantos dias, eu entrego. E daí não consegui conversar com a Angélica a tempo dela me passar o laudo, só que depois eu fiquei refletindo, pra quê que eu tenho que dar um laudo?”</p> <p>P4- “Pra trocar de banheiro?”</p> <p>[Risos]</p>

	<p>P5- “Pra conseguir a chave do banheiro? O cara da segurança pública vai tá lá, eu concordo contigo, não vai sair da mesa não, nem que a gente tenha que fazer, eu acho que, chegar ao absurdo, e de repente usar a imprensa pra isso, vamo fazer uma linha, vai tentar escapar? Vamos fazer alguma coisa, não vamos deixar sair da sala, tranca a sala, faz alguma coisa.” (vão chegando nas contradições pelas suas experiência)</p>
	<p>P5 – “Se eu sou pressionado eu vou levantar e vou embora? Ah vai tomar no cú.</p> <p>P4 – Porque ela no mínimo quando ela fez isso, ela achou que se fosse um bando de animal que ia tudo querer comer ela, porque não é possível!</p> <p>P5 – Por quê? Porque o governo não é competente o suficiente.</p> <p>P7 – Gente, tranqüilo só tem uma porta de saída.</p> <p>[Risos]</p> <p>P5 - Competente pra ter uma resposta e porque a gente sabe que no fundo eles não querem responder. Porque a verdade é essa, se eu que sou funcionário, sou filho da casa sou violentado, imagina o resto?</p> <p>P6 – É.</p> <p>P5 - Entendeu! Então é essa agora a pergunta, é, eu acho que a gente vai chegar a essa resposta o ano que vem, como que a gente vai usar o nosso poder de grupo, de organização social, pra levar o governo a implementar nossas propostas?</p>
	<p>P3- “É, então, aí é o seguinte P5, complementando um pouco, né! Você deu a visão espírita do ser humano, vou dar a visão da Wicca. Eu acho assim, o ser humano, “ah”, ele se comporta de maneira podre sim, mas eu acho que ele está instrumentalizado para os dois extremos, ele pode cometer os atos da pior vileza possível, mas também, está aparelhado pra cometer, pra cometer os atos da mais alta nobreza, entendeu? Ele pode fazer as duas coisas, né! Escolheu a podridão usando do livre arbítrio que tem, né. Mas, e pensando sobre esta questão, existe uma coisa gente, estamos falando da figura do Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas, que já foi citado, é existe tá, a má fé, e existe a pessoa que se sujeita, de boa, de propósito ou não, a servir aquele tipo de pessoas de má fé que estão impostas acima, tá! Que esteja, eu digo, marionete mesmo, tá! No meu entender, tá! O que se poderia chamar de má fé, do Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas é nesse sentido, porque pra mim ele sabe que ele não tem condições de fazer determinadas coisas, entendeu? E ele caga e anda, ele deixa de falar, “ah tá”, “não dá, não pode, não deu”. Eu acho que ele não tá</p>

	<p>nem ai, justamente porque ele já sabe que não pode. Então, ele faz o que dá pra ele mesmo, e ponto.”</p>
	<p>P3- “Tá. Outra coisa. “Ah”, essa minha descrença, que eu coloquei no início assim, o esgotamento, essa realmente vem de um certo esgotamento, né! Não só o presente, por N razões, mas de um esgotamento mesmo nessa coisa da militância sabe! De reunir, e ver aquele puta plano com 70, 80, em outros momentos, em outros lugares, outros raios aí da militância, foram planos bem maiores que a gente acabou discutindo, que como que quase tudo deram na mesma, entendeu? “Ah”, isso geralmente gerou essa descrença em mim, me desenergizou completamente pra esse tipo de ação, dentro dessas vias institucionais, dentro desses espaços aí, tá! Agora, uma coisa no qual eu fecho 100% com todo mundo que colocou, né. Realmente, escolher uma, e eu digo, eu sou sincera, tá! Eu não acho que mais do que uma ação em cada área.”</p>
	<p>P1- “Só queria colocar uma questão aqui, assim, primeiro, é P0, falou uma questão que eu acho super importante, participação popular e controle social, né. Tudo isso, de novo vou falar, é disputa. Nós estamos lá no conselho municipal de saúde, tentando fazer uma série de enfrentamentos aí ao governo, mesmo em questões que envolvem privatização e tudo mais, com todos os limites que isso aí tem, porque mesmo a legislação do SUS que é a legislação que configura um sistema, que é considerado no Brasil o sistema mais avançado, mais forte tudo ainda é uma coisa complicada. Porque a gente, “Ah”, a gente aprova, as coisas e o governo é descumpra. A consequência pro governo ela é ou a mínima ou inexistente. Outra, e uma outra coisa, mas o problema é o seguinte, eu quero ver o que é possível avançar, porque não existe, não tem outro jeito, não tem outro jeito! Nem, eu não vou, eu não vou ser, nem nenhuma das pessoas com quem eu convivo amanhã vai ser filho do Antônio Ermírio, essa é a realidade! E mesmo as pessoas que eu conheço que tem plano de saúde, reclamam muito mais do que as pessoas comuns que usam o SUS.”</p>
	<p>P1- “Então, não adianta! Não adianta, não tem jeito! Agora, é complicado? É complicado, é complicado seguir com uma reunião dum conselho, bom, mas isso eu já falei pra algumas pessoas aqui. Eu acho, esse espaço pra mim e espaço de guerra: GUEEERRAAAA! Significa ir pra, reunião assim, é esse o clima, é bom saber disso, seria melhor que não fosse. Mas tudo é espaço de disputa, a gente vai pra reunião pensando, qual é a maldade que o governo está vindo, e como que a gente vai da porrada!”</p>
	<p>P1- “Agora, por exemplo, questões do orçamento. Ah, nós estamos brigando, por quê? Eu levantei isso aí, né! O Conselheiro Municipal de Saúde e outras pessoas apoiaram não tem que trazer o orçamento depois, já que a lei diz isso, o que o conselho de saúde tem o poder pra deliberar sobre o orçamento, a gente quer saber do orçamento das coisas antes do governo mandar pra câmara. Então tá lá, reclama, reclama, já ouvi assim: “não dá tempo!” Não dá tempo, o caralho! Olhou pra mim, foi por isso, porque iam marcar a reunião no dia 28, o prazo do governo é dia 30, é? Há, há, há! Ah não, olha só, tá tirando com aminha cara. Aí falei, não, bom, aí eu perguntei: “não vai ter uma extraordinária dia 14? Vai.” Então põe na pauta. “Ah, mas será que vai dar tempo?” Vai! Dê tempo! Arruma tempo! Agora é uma é um processo de disputa, se não faz isso, a lógica acaba sendo a seguinte, sempre olha a página, virada, que não, que não incide sobre o que</p>

	<p>vai fazer, só sobre o que já foi feito, em geral pra chorar as pitangas, não foi feito direito, porque o CS do Oziel, até hoje não resolveu? Blá blá blá, e vira aquelas novelas, por que q tá faltando medico não sei aonde. Puta que pariu cara.”</p>
	<p>P1- “Então, esse é problema e é um problema sério, se eu achasse que tem outro jeito de fazer, eu até gostaria, com toda a sinceridade, mas não vejo. Não vejo outro jeito que não seja ir e disputar. Acho que assim, depende do espaço, acho que tem lugares que vale a pena, com todos os problemas, e outros que eu tenho minhas dúvidas, né! O conselho de saúde é um negócio constituído por lei, que tem uma construção histórica, que já mostrou também que mesmo nessas condições é um espaço que “ah”, não tem linearidade, isso é uma outra coisa, assim, na Europa, tinha gente que em 1915 achava: “Nossa! Nós estamos caminhando pro paraíso”. “Ahan! Não 1915 não tinha, em 1910 eles achavam que “estamo caminhando pro paraíso”, “Na Alemanha os homossexuais estão cada vez mais livres”. “Ah vai! Veio uma guerra e veio o nazismo. Não tem linearidade, só avança e daqui a pouco estrupia tudo!</p>
	<p>P1- “Esse é o problema, eu não vou entrar muito nesse mérito, assim, da questão religiosa, minha leitura da história da humanidade não é religiosa, e a minha leitura da história da humanidade é de que existem disputas que vem de construções sociais, ideológicas, e que a gente vive no meio disso tudo! E nós fazemos parte disso.” Cs da determinação histórica do ser humano - confiança</p>
	<p>P1- “Só que eu falei: “escuta, quem aqui nesse auditório”, devia ter uma 100 pessoas lá, é, “mesmo quem é militante de esquerda, aliás, que não foi formado nessa sociedade, influenciado pelos valores dessa sociedade?” E não tem assim, que nem a igreja católica sobre o Jubileu que no ano 2000 tinha uma porta, uma porta religiosa, passava na porta: “aí, tô purificado!” O caralho! Não tem essa, continua criado o machista, racista, pá! E no máximo tenta ver se avança. Agora achar assim ó: “agora entrei no Identidade, e superei todas as” superou o caralho! Desculpa! Esqueça isso! Continua com todas as merdas que, que já tinham vindo antes. Então, primeiro eu acho que tem que ver essa questão, agora pra mim é um espaço de disputa, não adianta, todos eles são. Qualquer lugar que a gente vai estar. Nessa questão especificamente que o P5 citou, lamentavelmente, aí a gente vive os nossos dilemas, tá. Que são, por exemplo, aqui no Identidade, até onde eu me lembro, a gente limpou a área em relação a despatologização, mas é bem capaz da pessoa lá do teu espaço público, pegar o texto: “olha aqui a fulana é do grupo transexual não sei do que, engraçado P5, por que ela fala uma coisa diferente de você?</p> <p>(...)</p> <p>P1- “Entende? Nós devemos isso! Nós devemos isso, porque a merda é essa, não vai, não precisa pegar a pessoa que te deu essa resposta não vai pegar um documento de um fascista, vai pegar um documento de um militante. Dizendo que a questão é o laudo sim, que tem que passar pelo santo médico pra baixar na sua cabeça e dizer: “tu é realmente transexual, criatura e vive tua vida”, é isso.</p> <p>P6 - Mas sabe qual que foi o lance, “quem é você gay?”</p>

P6- “Eu só acho assim, P1, é claro que a gente avalia consensualmente, quando a gente chegar e sentir qual que é a galerinha eu posso mudar minha opinião. Mas são, assim, a minha experiência mostra que por mais que tenha algumas pessoas novas, que a gente sabe que vai dar linha e quem vai pegar o microfone e quem vai falar, a gente sabe disso. Por enquanto, vai surgir um ou outro, um ou outra nova voz. O que eu só acho assim, olha, a gente diz qual é a nossa postura? Claro! Dizemos de público. Vamos apostar em algumas coisas, mesmo que saiam outros textos, mas a gente, a gente tem que ter um foco muito claro, muito nítido, dizemos isso. O que eu não acho é que a gente disputa a conferência inteira, pra que a gente lime outras propostas todas, e fique só centrada em uma, essa é uma disputa que a gente não precisa fazer, se a gente disse de público que a gente vai fazer, nós centramos fogo naquilo.” (essa estratégia de não disputar o número de diretrizes, não polemizar a conferência acreditando que o que estiver escrito será realizado para mim mostra um avanço no sentido de centrar fogo em algumas ações, mas não acreditar que aquele espaço avança – avança e retrocede o tempo todo)

P3- “Eu só queria fazer, eu só queria falar uma coisinha antes, dar uma resposta pra isso que o P1 falou. P1 eu também acho que, que toda essa coisa é uma questão de disputa. Eu não discordo de você nisso daí, o que eu falo é o seguinte, eu estou extremamente cansada, entendeu? Cansada, esgotadíssima! De chegar, fazer aquelas disputas, ultra, super, hiper, macro.. por que é pra onde os garotos, as pessoas estão lá e enveredam essas porras dessas conferências e encontros e seminários e simpósios e outras coisas mais que a gente acaba indo, tá! Agora, isso de diminuir a área de disputa, ou seja, pegou um eixo aqui, pegou uma diretriz, e nesta diretriz a gente vai bater, nesta diretriz a gente vai disputar. Bom, confesso que me renova um pouco! Entendeu?”

(...)

P3- “Agora, sim, como eu falei diminuir essa área de disputar em cima daquilo que a gente acha que tem perna pra fazer ou que a gente tem certeza que tem pernas pra fazer, enfim, entendeu? E dar porrada, sabe? Aonde dói, eu sou a favor que bater onde dói, seja num combate corpo a corpo, seja numa disputa política, entendeu, bate até onde dói.